



DIÁRIO

da Assembleia da República

XVII LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (2025-2026)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 6 DE MAIO DE 2026

Presidente: Ex.^{mo} Sr. [José Pedro Correia de Aguiar-Branco](#)

Secretários: Ex.^{mos} Srs. [Francisco Maria Gonçalves Lopes Figueira](#)
[Maria Germana de Sousa Rocha](#)
[Susana Alexandra Lopes Correia](#)
[António Filipe Dias Melo Peixoto](#)

SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 6 minutos.

Teve lugar a sessão solene de boas-vindas ao Presidente da Verkhovna Rada da Ucrânia, Ruslan Stefanchuk, tendo proferido intervenções o Presidente da Verkhovna Rada da Ucrânia e o Presidente da Assembleia da República.

Foi aprovado um parecer da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados relativo à suspensão do mandato de um Deputado do PS e respetiva substituição.

Em declaração política, a Deputada [Paula Santos](#) (PCP) pronunciou-se sobre as celebrações do 1.º de Maio, o pacote laboral e a situação económica do País, tendo respondido aos pedidos de esclarecimento dos Deputados [João Antunes dos Santos](#) (PSD), [Mário Amorim Lopes](#) (IL), [Ricardo Lopes Reis](#) (CH), [Luís Moreira Testa](#) (PS), [Paulo Nuncio](#) (CDS-PP) e [Inês de Sousa Real](#) (PAN).

Em declaração política, o Deputado [Paulo Nuncio](#) (CDS-PP) elaborou sobre a importância da reforma laboral para o futuro de Portugal e apelou ao bom termo das negociações da concertação social. No final, respondeu a pedidos de

esclarecimento dos Deputados [Isaura Morais](#) (PSD), [Hugo Oliveira](#) (PS), [Alfredo Maia](#) (PCP), [Paulo Seco](#) (CH), [Isabel Mendes Lopes](#) (L), [Mariana Leitão](#) (IL) e [Fabian Figueiredo](#) (BE).

Em declaração política, a Deputada [Dulcineia Catarina Moura](#) (PSD) apresentou as virtudes do PTRR (Portugal Transformação, Recuperação e Resiliência) no âmbito da prevenção de eventos climáticos e fenómenos extremos. Posteriormente, respondeu a pedidos de esclarecimento dos Deputados [Mário Amorim Lopes](#) (IL), [Nuno Fazenda](#) (PS), [Eduardo Teixeira](#) (CH), [Fabian Figueiredo](#) (BE), [Alfredo Maia](#) (PCP), [Patrícia Gonçalves](#) (L) e [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP).

Em declaração política, o Deputado [Daniel Teixeira](#) (CH) teceu críticas ao Governo relativamente às medidas pós-tempestades e à implementação do PTRR. Seguidamente respondeu a pedidos de esclarecimento dos Deputados [Armando Mourisco](#) (PS) e [Ricardo Carvalho](#) (PSD).

Em declaração política, o Deputado [Porfirio Silva](#) (PS) — que respondeu, posteriormente, a um pedido de defesa

da honra do Deputado [Pedro Pinto](#) (CH) — referiu-se à Rota pelo Ensino e Formação Profissional, iniciada pelo Partido Socialista, após o que respondeu a pedidos de esclarecimento dos Deputados [Filipa Pinto](#) (L), [Rui Cardoso](#) (CH), [Inês Barroso](#) (PSD), [Paula Santos](#) (PCP), [Fabian Figueiredo](#) (BE) e [Angélique Da Teresa](#) (IL).

Em declaração política, a Deputada [Mariana Leitão](#) (IL) mostrou preocupação quanto à sustentabilidade da segurança social, propondo um novo modelo. Depois, respondeu a pedidos de esclarecimento dos Deputados [Bruno Nunes](#) (CH), [Rui Tavares](#) (L) e [Alfredo Maia](#) (PCP).

Em declaração política, a Deputada [Patrícia Gonçalves](#) (L) teceu críticas ao custo da habitação, à desigualdade de salários e apelou a mais justiça fiscal. Posteriormente, respondeu a pedidos de esclarecimento dos Deputados [Célia Freire](#) (PSD), [Francisco Gomes](#) (CH), [Paula Santos](#) (PCP) e [Miguel Matos](#) (PS).

O Presidente ([Diogo Pacheco de Amorim](#)) encerrou a sessão eram 18 horas e 53 minutos.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, está aberta a sessão.

Eram 15 horas e 6 minutos.

Vou dar a palavra ao Sr. Presidente da Verkhovna Rada da Ucrânia, Ruslan Stefanchuk.

O Sr. **Presidente da Verkhovna Rada da Ucrânia** (Ruslan Stefanchuk): — Ex.^{mo} Sr. Presidente da Assembleia da República, Caro José Pedro, Ex.^{mas} Sr.^{as} e Srs. Deputados: Antes de mais, gostaria de iniciar o meu discurso com palavras de sincero agradecimento pelo convite para visitar o vosso belo País, bem como pela oportunidade que me foi concedida de discursar desta tribuna da Assembleia da República, o que considero mais uma manifestação da vossa inabalável solidariedade para com a Ucrânia e o povo ucraniano, solidariedade essa que não conhece nem distância nem fronteiras e é igualmente uma demonstração de grande humanidade.

Caros Amigos, vim, aqui, a Portugal, para vos dizer as palavras mais importantes: obrigado! Muito obrigado!

Aplausos gerais, registando-se a ausência do PCP.

Muito obrigado por todas e cada uma das decisões tomadas nestas paredes em apoio à Ucrânia; pela condenação da invasão russa e da ocupação dos nossos territórios; pelo voto de solidariedade para com a Ucrânia, aprovado na presença das nossas crianças ucranianas que foram libertadas do cativo.

Muito obrigado pelo amplo apoio aos ucranianos.

Aplausos gerais, registando-se a ausência do PCP.

Muito obrigado pelo amplo apoio aos ucranianos, pela vossa empatia. Muito obrigado pela vossa proximidade, apesar da distância geográfica que aparentemente nos separa.

Amigos, gostaria de saber mais palavras na vossa bela língua, que ontem foi homenageada a nível mundial, e felicito-vos por essa ocasião.

O famoso poeta brasileiro Olavo Bilac escreveu um dia: «A língua portuguesa é a última flor do Lácio, inculta e bela.»

Estou convicto de que é precisamente o amistoso Portugal que pode ajudar a Ucrânia a abrir as portas para o vasto e belo mundo lusófono, sobre o qual hoje conversámos, aqui, em Lisboa.

Se olharem para o mapa do nosso continente, verão algo notável: Portugal e a Ucrânia são os baluartes da Europa continental. O baluarte ocidental e o baluarte oriental. Portugal é o flanco mais ocidental da Europa continental — um pilar firme da unidade transatlântica, da segurança marítima e da ampla ligação da Europa ao mundo global. A Ucrânia é hoje o guardião oriental da Europa — um guardião firme e de confiança.

Na fronteira onde termina a Europa e onde começa — não, não apenas um outro país, ali, infelizmente, começa um abismo — um abismo mental, um abismo existencial e um abismo civilizacional. É aí que hoje passa a linha de confronto entre a vida e a morte, entre o direito de escolha e a ditadura totalitária.

Entre Lisboa e Kyiv são 4000 quilómetros, além de dezenas de países, milhares de cidades e aldeias, milhões de pessoas, mas a distância não tem importância quando se trata de valores.

Quando, em 1974, os cravos floresceram nas vossas ruas, o povo português provou ao mundo inteiro que nenhum império, nenhuma ditadura, poderá deter um povo que aspira à liberdade.

Aplausos gerais, registando-se a ausência do PCP.

Nessa altura, libertaram-se das correntes do autoritarismo. Escolheram a democracia. Escolheram a Europa. Mais de 50 anos depois, a Ucrânia segue o vosso caminho.

Ex.^{mas} Sr.^{as} e Srs. Deputados: Muito antes do início da invasão em grande escala da Rússia, Portugal já era uma segunda casa para dezenas de milhares de ucranianos. E é com especial satisfação que quero saudar os

representantes da comunidade ucraniana hoje presentes nesta sala. Trata-se de uma das nossas diásporas mais ativas na Europa. Saúdo-vos!

Aplausos gerais, de pé, registando-se a ausência do PCP.

Caros amigos, quando, em fevereiro de 2022, as nossas cidades ucranianas foram atingidas por mísseis russos, Portugal não hesitou nem por um segundo. Nessa altura, abriram não só as vossas fronteiras, mas também os vossos corações àqueles que fugiam das bombas e dos mísseis. Forneceram-nos armas que ainda hoje defendem a nossa terra. Prestaram um forte apoio humanitário e financeiro.

Alguém poderia dizer: «A Ucrânia está tão longe, esta não é a nossa guerra», mas não vós, os portugueses disseram: «não existe guerra alheia quando se luta pela liberdade.» Sim, infelizmente, a guerra continua até aos dias de hoje e isto não é um *blockbuster* de Hollywood, onde o bem vence o mal ao fim de duas horas de filme, é uma maratona extenuante e sangrenta.

A Rússia adapta-se: coloca a sua economia em modo de guerra, compra drones a regimes marginais e até adquire componentes para esses drones junto de alguns dos nossos parceiros, e, noite após noite, continua a aterrorizar os nossos civis.

Esta noite, a Rússia violou de forma cínica e descarada o cessar-fogo proposto pelo Presidente Volodymyr Zelensky. Por isso, hoje, aqui, depois das palavras de agradecimento, peço-vos que continuem a apoiar-nos. Precisamos do vosso apoio tanto como nos primeiros dias da guerra, porque cada sistema de defesa aérea, cada projétil de artilharia, cada veículo blindado, para nós, não é apenas mais um item numa lista; são vidas salvas, são crianças que poderão voltar à escola na manhã seguinte, é uma família cuja casa não será reduzida a cinzas. Ao ajudarem-nos investem na segurança de toda a Europa — de Kharkiv ao Algarve.

Devemos manter a pressão, as sanções contra a Rússia devem tornar-se insuportáveis.

Por vezes, ouço vozes de alguns políticos europeus que dizem: «As sanções também afetam a nossa economia; talvez seja altura de procurar um compromisso.» E eu respondo-lhes: «um compromisso com um tirano é sempre uma guerra adiada.» As sanções não são apenas um instrumento económico; destinam-se a travar a máquina de guerra russa. A Rússia tem de pagar por cada dia desta agressão.

A vossa firmeza nesta questão é uma arma não menos poderosa do que a artilharia.

Caro José Pedro, meu caro amigo, hoje recordei as emoções sinceras que te marcaram profundamente a 31 de março do ano passado, quando visitaste a pequena cidade de Bucha, perto de Kyiv. Foi ali que os russos, durante o inverno e a primavera de 2022, cometeram crimes horríveis contra a humanidade. Lembrou-me muito bem de cada palavra que disseste e recorde, em particular, uma frase tua muito certa: «A justiça é o caminho para a paz.»

Estamos gratos por essa compreensão tão profunda do que é a justiça, bem como pelo apoio à criação de um tribunal especial e de uma comissão internacional de compensação.

Agradeço por cada voz firme de Portugal nas plataformas internacionais. Estou convicto de que essa voz é digna de ser ouvida também no Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Mas existe ainda outra arma de que o Kremlin teme profundamente: o futuro europeu da Ucrânia, porque o futuro europeu da Ucrânia empurra ainda mais a Rússia para um passado sem esperança. Esse futuro transforma-se automaticamente numa sentença para o regime russo, incapaz de oferecer aos seus cidadãos liberdade, democracia e prosperidade económica.

Caros amigos, há precisamente 40 anos, Portugal aderiu à União Europeia e essa decisão mudou para sempre a trajetória do vosso país, transformando-o num estado moderno e bem-sucedido. Vocês percorreram esse caminho e sabem quão importante ele é.

Hoje, a Ucrânia conquista esse direito com o sangue dos seus melhores filhos e filhas. E não pedimos atalhos mais fáceis por compaixão para com a Ucrânia. Estamos a fazer o nosso trabalho de casa, travando o inimigo no leste, no sul e no norte do nosso país. Fazemo-lo sob ataques de mísseis e drones, sob o som das sirenes e, infelizmente, sob o choro humano.

Fazemo-lo com o mesmo empenho com que os nossos filhos fazem os trabalhos de casa — crianças que, nestes últimos anos, cresceram demasiado depressa; fazemo-lo com rigor e responsabilidade. Por isso, pedimos a vossa liderança e a vossa voz em apoio do caminho da Ucrânia à União Europeia...

Aplausos gerais, registando-se a ausência do PCP.

... porque a Ucrânia é Europa — e é Europa não apenas geograficamente — é Europa, acima de tudo, em espírito e em mentalidade. Estamos a regressar à nossa casa europeia.

Eu sei que todos estão cansados da guerra, dos problemas económicos e da incerteza. Sentir cansaço é normal para seres humanos. Mas pensemos no soldado ucraniano. O soldado que está numa trincheira perto de Kupiansk ou de Kostiantynivka também está cansado. Há muitos meses que não vê a sua família, dorme em terra gelada, mas não larga a arma, porque sabe que se ele desistir, o seu país deixará de existir.

E se a Europa desistir, deixará de existir aquele mundo livre que todos procuramos construir. Juntos continuamos a aspirar a isso. Por isso, não temos o direito de nos cansar enquanto o mal não for derrotado.

Um dia, o grande poeta português Fernando Pessoa escreveu estas linhas geniais: «Tudo vale a pena se a alma não é pequena.» E hoje estas palavras descrevem com enorme precisão a luta da Ucrânia. A nossa alma é infinita, o nosso espírito é indomável. Lutamos pela liberdade, pelo futuro dos nossos filhos, para que, na Europa do século XXI, nunca mais haja agressões armadas.

Mantemo-nos firmes na nossa margem da nossa liberdade comum. Vós permaneceis firmes na vossa margem, do Cabo da Roca até à Crimeia ucraniana, que certamente regressará à Ucrânia, mas esta margem é comum. É a nossa margem europeia comum. A margem de um único continente europeu — o continente dos povos livres.

Por isso, peço-vos: permaneçam connosco, continuem a apoiar-nos, e então, juntos, viraremos esta página sombria da história, tal como um dia também vós o fizestes.

Viva Portugal e Glória à Ucrânia!

Aplausos gerais, de pé, registando-se a ausência do PCP.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Presidente da Verkhovna Rada, caro Ruslan, Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Começo por agradecer a visita do Sr. Presidente do Parlamento da Ucrânia a Portugal.

E a sua intervenção tão impressionante, proferida na Assembleia da República. As palavras de V. Ex.^a, Sr. Presidente, com a emoção de quem vive quotidianamente o conflito, levam-nos a refletir. A refletir num dia que não é uma data redonda, pois desde 24 de fevereiro de 2022 todos os dias têm sido de guerra. A refletir fora das nossas zonas de conforto. A refletir longe dos círculos de especialistas que comentam a guerra no dia a dia.

As palavras de V. Ex.^a lembram-nos que tudo o que fizermos, ou não fizermos, enquanto europeus, nesta fase, em relação à Ucrânia terá consequências diretas no futuro do próprio projeto europeu, porque o Projeto europeu é uma construção de paz, não é uma construção contra alguém, qualquer que ele seja.

Aplausos gerais, registando-se a ausência do PCP.

Uma construção baseada na ideia de respeito pela integridade territorial, pelo Estado de direito, pela liberdade dos povos de se exprimirem e de fazerem as suas escolhas e, por isso, baseada em sistemas políticos democráticos, representativos e liberais, em que as instituições parlamentares ocupam um lugar central. A força do projeto europeu reside, precisamente, nos ideais que encarna: democracia e liberdade.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, o povo ucraniano luta pela sua democracia e pela sua liberdade, pelo direito à soberania do seu país e à integridade do seu território, pela possibilidade de escolherem o seu futuro em liberdade, sem o medo da ameaça das armas.

A Ucrânia não quis esta guerra, não é a agressora, é a agredida. A Ucrânia luta pelo seu futuro em liberdade. A Ucrânia quer paz, mas sabe que não há paz sem liberdade.

Apesar do desgaste de quatro anos de agressão e de sofrimento, continua a lutar pela liberdade, a resistir ao sofrimento causado pela violência das armas, à desumanidade do rapto das suas crianças, aos horrores provocados pela política de desinformação, com o objetivo de destruir os factos.

A luta do povo ucraniano permanece, hoje, no cerne do projeto europeu. O que está em causa são os fundamentos desta construção. E, por isso, o que se passa na Ucrânia diz respeito a todos nós, a todos os

que defendem os valores da liberdade e da democracia e querem uma ordem internacional baseada em regras, não na chantagem e no uso da força.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Muito bem!

O Sr. **Presidente**: — Portugal condenou a agressão russa desde a primeira hora e expressou a solidariedade para com a Ucrânia em diversas áreas — militar, diplomática e humanitária. Fê-lo sem hesitações, com o apoio muito substancial — quase unânime — da sociedade portuguesa.

Os portugueses sentiram de forma muito profunda o desespero vivido pelos ucranianos, incluindo os que aqui se refugiaram. Temos nas galerias membros da comunidade ucraniana em Portugal, cuja presença muito nos honra e que eu saúdo particularmente.

Aplausos gerais, registando-se a ausência do PCP.

A Assembleia da República tem-se multiplicado em ações de solidariedade em relação à Ucrânia em diversos formatos. Através de visitas e participação em reuniões parlamentares internacionais de Presidente e Vice-Presidentes, através das comissões permanentes, e do trabalho incansável do Grupo Parlamentar de Amizade Portugal-Ucrânia.

Continuaremos a fazê-lo, mas hoje demos mais um passo, com a assinatura de um memorando de entendimento entre os Secretários-Gerais dos nossos dois Parlamentos; um instrumento que prevê a realização de ações de cooperação a nível técnico, com um impacto muito concreto na aproximação do Parlamento ucraniano aos valores europeus, que são os nossos. Mais do que um documento formal, é um sinal claro de compromisso e da vontade de construirmos juntos um futuro assente na liberdade, na democracia e no respeito da dignidade humana.

Slava Ukraini! Viva a Ucrânia! Viva a liberdade da Ucrânia!

Aplausos gerais, de pé, registando-se a ausência do PCP.

Pedia ao Sr. Vice-Presidente Diogo Pacheco de Amorim para vir agora conduzir os trabalhos. Terei de me ausentar, para me despedir do Sr. Presidente.

Continuarão a nossa ordem do dia e voltarei, logo que me despeça do Sr. Presidente em nome de todos os Srs. Deputados.

Aplausos gerais, de pé, registando-se a ausência do PCP.

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — *Slava Ukraini!*

Entretanto, assumiu a presidência o Vice-Presidente Diogo Pacheco de Amorim.

Neste momento, entrou na Sala o Grupo Parlamentar do PCP.

Protestos do CH, da IL e do CDS-PP e contraprotestos do L.

Burburinho na Sala.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Bom, Srs. Deputados,...

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Que balbúrdia! Que vergonha!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — A conversa não é contigo! Vá, vá!...

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Bom, Srs. Deputados, chegou ao fim o intervalo.

Risos do CH.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — São a vergonha desta Sala!

Tem a palavra, para a primeira declaração política, a Sr.^a Deputada Paula Santos.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Comunistas!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Ao menos não nos fazem passar vergonhas!

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Srs. Deputados...

Protestos do CH e contraprotestos do L.

Peço desculpa, Sr.^a Deputada Paula Santos, temos de apreciar e votar um parecer, ainda antes da sua declaração política. É um minuto, só.

Assim, tem a palavra o Sr. Secretário da Mesa Francisco Figueira.

O Sr. **Secretário** (Francisco Figueira): — Sr. Presidente, passo a anunciar um parecer, vindo da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados, no sentido da suspensão do mandato requerido pelo Deputado Hernâni Vítor Ferreira Loureiro (eleito pelo círculo eleitoral de Braga), por exercício de licença de paternidade, por um período de 30 dias, com efeitos a partir do dia 3 de maio de 2026, inclusive, e até ao dia 1 de junho de 2026, inclusive, cumprindo os requisitos legais, sendo substituído durante esse período pela candidata não eleita seguinte, Isabel Catarina Silva Costa.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Srs. Deputados, está em apreciação o parecer.

Pausa.

Não havendo pedidos de palavra, vamos votá-lo.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Bom, agora sim, Sr.^a Deputada Paula Santos, faça favor, tem a palavra para a sua declaração política.

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados:...

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Fazias melhor em ir para a Rússia!

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — ... Na jornada de luta do 1.º de Maio, Dia do Trabalhador, os trabalhadores, de uma forma muito expressiva e determinada, saíram à rua.

O Sr. **Bruno Nunes** (CH): — Em que canal?!

O Deputado do CH Pedro dos Santos Frazão colocou os auscultadores usados anteriormente para a tradução simultânea do discurso do Presidente da Verkhovna Rada.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Está a falar russo!

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Afirmaram bem alto a rejeição do pacote laboral do Governo e do patronato, afirmaram que não aceitam retrocessos nem que lhes sejam retirados direitos. Exigiram melhores salários, contra o aumento do custo de vida, exigiram a vida digna a que têm direito, para si e para as suas famílias.

Há uma aceleração da degradação das condições de vida dos trabalhadores, dos reformados e dos jovens, mas as crescentes dificuldades que os trabalhadores e o povo sentem todos os dias são os lucros recorde obtidos pelos grupos económicos.

As desigualdades em Portugal agravam-se: temos 1 % da população portuguesa que detém quase um quarto da riqueza, enquanto cerca de metade detém cerca de 4 % dessa mesma riqueza. Hoje mesmo é notícia que 10 % dos mais ricos detém 60 % do total da riqueza do País e que Portugal foi um dos países da União Europeia em que mais subiu a concentração de riqueza. Quem o diz é um estudo da Comissão Europeia. Refere ainda que a riqueza aumentou, mas que não foi distribuída de forma equitativa. Este é o resultado das políticas de direita de sucessivos governos: os ricos mais ricos à custa do empobrecimento dos mais pobres.

Deslumbrado com o exercício de poder, empenhado nos anúncios e na propaganda, em vez de resolver os problemas da vida das pessoas, o Governo demonstra uma profunda desconsideração pelas dificuldades que enfrentam quem trabalha, quem trabalhou uma vida inteira, quem garante o funcionamento do País. Recusa-se a intervir nas margens de lucros dos grupos económicos para reduzir os preços de bens e serviços essenciais; pelo contrário, ainda estimula a especulação e o aproveitamento que estes fazem.

Desde o início do ano, o preço do cabaz alimentar já aumentou quase 17 €. Os preços dos combustíveis têm vindo a aumentar progressivamente. O preço de uma garrafa de gás já custa quase 40 €. E a habitação, o seu custo, sempre a aumentar. Isto num país de baixos salários e pensões que já não chegavam para o mês. Nestes últimos meses, a situação só piorou.

No entanto, para os grupos económicos, arrisco-me a dizer que talvez nunca tenha estado tão bom. Os principais bancos obtiveram, em 2025, mais de 5 mil milhões de euros de lucro. A Galp, mais de mil milhões. A EDP (Energias de Portugal), mais de mil milhões. A grande distribuição, mais de mil milhões.

O aumento dos salários e das pensões, perante a situação que vivemos, é uma prioridade, e eu diria até uma emergência. Impõe-se valorizar os salários. É uma questão de justiça. A riqueza criada pelos trabalhadores não pode ser apropriada pelos grupos económicos. É possível e é necessário este aumento para enfrentar o custo de vida, para combater a pobreza e para melhorar a vida de quem trabalha.

Ao tempo de hoje, as atualizações dos salários e das pensões do início do ano já foram consumidas pelo aumento dos preços. O Governo não pode continuar a fazer de conta que não é nada consigo. Ao fazê-lo, só está a empurrar os trabalhadores para a pobreza, que no nosso País afeta milhares de reformados, que trabalharam toda uma vida, e milhares de trabalhadores que, mesmo trabalhando, não conseguem sair da espiral de pobreza.

Impõe-se, por isso, que a partir de 1 de julho haja um aumento intercalar das pensões e reformas, no mínimo de 50 € por pensionista, proposta que o PCP avançou esta semana e que é fundamental para melhorar a vida dos reformados no plano imediato e que, ao ser integrado na pensão, significa também melhores pensões no futuro. Vir dizer que ainda é cedo, como fez o Primeiro-Ministro, só revela o seu profundo desprezo pela vida difícil dos reformados.

Se o aumento do custo de vida marca a situação nacional, ela também é marcada pela degradação dos serviços públicos, pelas dificuldades no acesso à saúde, à habitação, pelo ataque à escola pública. Hoje mesmo foi tornado público que há uma redução das consultas, das cirurgias, que aumentaram as listas de espera. E isto também é o resultado da política do Governo de destruição do Serviço Nacional de Saúde.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, quanto ao pacote laboral do Governo e do patronato, a IL apoia e o Chega está disponível para viabilizar...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ah!...

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — ... e dar a mão ao Governo para fazer passar o que está amplamente rejeitado pelos trabalhadores.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Olhe que não, olhe que não!

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Não há remendo possível para uma proposta que mantém tudo o que é negativo na legislação laboral, e o que altera, altera para pior, prejudicando os trabalhadores, em particular os mais jovens, já mais afetados pela precariedade e instabilidade nas relações laborais, que o Governo se prepara para agravar, comprometendo o seu futuro. Tudo para favorecer a exploração de quem trabalha, como se os jovens e os trabalhadores não tivessem uma vida e como se a sua vida não tivesse valor. É como se fossem mais uma peça da máquina da fábrica que pode ser descartada quando já não fizer falta ao patronato.

Mas há um aspeto que é incontornável e que por muito que queiram não o conseguem esconder. O Governo não contava com as dificuldades que está a enfrentar e a sua intransigência e sobranceria é o reflexo disso mesmo. Os trabalhadores estão a dar a resposta à dimensão da ofensiva contra os seus direitos; e se a ofensiva cresce, a luta intensifica-se, estando já marcada a greve geral para o próximo dia 3 de junho.

A Sr.^a **Madalena Cordeiro** (CH): — É só o que sabem fazer, mais nada!

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Ontem, hoje, amanhã, queiram ou não queiram, é a força e a unidade da luta dos trabalhadores que é determinante, motor de esperança, confiança e mudança para uma vida melhor.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — A Sr.^a Deputada tem seis pedidos de esclarecimento e informa a Mesa que responderá a três de cada vez.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Um a um!

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Então, para o primeiro pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado João Antunes dos Santos, do PSD.

O Sr. **João Antunes dos Santos** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr.^a Deputada Paula Santos, a questão que eu tinha para lhe colocar era a seguinte: quando é que o PCP cai no mundo real? Mas depois percebi que seria uma questão muito difícil para a Sr.^a Deputada esclarecer, porque nós não podemos pedir a um partido para cair no mundo real, quando o mesmo partido nega que foi a Rússia que invadiu a Ucrânia,...

Aplausos do PSD, do CDS-PP e de Deputados do PS e da IL.

... o mesmo partido nega que foi a Rússia que iniciou uma guerra bárbara, sangrenta, injusta contra a Ucrânia, o mesmo partido nega receber aqui, no Parlamento — como há pouco os Srs. Deputados do PCP fizeram, vergonhosamente! —, o Presidente do Parlamento ucraniano. Não se pode pedir a um partido como o PCP que realmente acompanhe aquilo que é a realidade dos portugueses, porque o PCP, ao não reconhecer a agressão russa à Ucrânia, ao optar entre Putin e Zelensky e ao escolher Putin, o PCP demonstra, mais uma vez, que está completamente desfasado da realidade portuguesa, está completamente desfasado daquilo que pensam os portugueses, está muito alheado, completamente alheado daquilo que é o pensamento, daquilo que vai no coração dos portugueses!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

E é por isso que a vossa representação parlamentar diz muito daquilo que é a vossa adesão à realidade. Os portugueses hoje, mais uma vez, certamente estarão envergonhados pela vossa atitude — a atitude de alguém que deixou de receber, neste Parlamento, alguém legitimamente eleito, alguém que representa uma nação que neste momento está a ser barbaramente atacada. Portanto, o PCP está completamente desfasado da realidade. O PCP envergonha os portugueses e o PCP envergonha Portugal!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Posto isto, pergunto à Sr.^a Deputada Paula Santos: quando é que o PCP deixa o saudosismo soviético...

Protestos do Deputado do PCP Alfredo Maia.

... e adere à transformação que está a ser feita no nosso País, à transformação das reformas, da resolução dos problemas dos portugueses, da resolução dos problemas que os governos que VV. Ex.^{as} apoiaram não foram capazes ou não conseguiram resolver?

Quando é que o PCP percebe que este Governo veio para transformar Portugal, transformar de forma pacífica, de forma justa, e, sobretudo, com muita e muita ambição.

O PCP parou no tempo, e este Governo é um Governo de futuro.

Aplausos do PSD.

Protestos do BE e do Deputado do PCP Alfredo Maia.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Para um segundo pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Mário Amorim Lopes, da Iniciativa Liberal.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr.^a Deputada Paula Santos e restante Grupo Parlamentar do PCP — o que resta dele! —,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ui!...

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — ... onde é que estiveram? Onde é que estiveram?! Esta sessão parlamentar começou às 3 horas da tarde, começou há mais de meia hora. Onde é que os senhores estiveram?

Nós tivemos aqui, a discursar perante nós, o Presidente da Assembleia da República da Ucrânia, a explicar o que o seu povo, o povo ucraniano, está a sofrer por uma guerra que não quis, uma guerra que não desejou. Esteve-nos a explicar que tem os seus homens e mulheres na linha da frente, enquanto as crianças ficam órfãs, porque têm a Rússia à porta da sua casa, porque têm a Rússia à porta da Ucrânia.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — A Rússia esteve sempre à porta da Ucrânia!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Portanto, onde é que estiveram? Onde é que estiveram quando esta sessão parlamentar começou às 3 horas da tarde? A resposta é simples: estavam de costas voltadas para a Ucrânia porque estavam de frente, ajoelhados, perante a Rússia. É isto, o PCP, a história do PCP é estar ajoelhado perante a União Soviética e o pouco que resta dela, que é a Rússia. O PCP esteve sempre — sempre! — a favor destes regimes totalitários. E num momento em que a Ucrânia não luta apenas pela sua soberania, a Ucrânia luta também pela sua liberdade e pela liberdade de todos nós. A Ucrânia carrega a tocha da liberdade. Um dia pode calhar-nos a nós. Hoje é a Ucrânia que está na linha da frente e protege-nos a todos nós, isto porque a Rússia não é apenas uma ameaça para a Ucrânia nem para o leste da Europa, a Rússia é uma ameaça para toda a Europa. E onde é que estava o PCP? Estava ausente!

Sr.^a Deputada e Srs. Deputados, este povo português, há 50 anos, no 25 de Abril, disse: «Portugal não é do povo, Portugal é de Moscovo». E a Ucrânia está exatamente a dizer a mesma coisa...

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — É ao contrário!

Risos do Deputado do CH Pedro Pinto.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — A Ucrânia é do povo, não é de Moscovo. E a garantia que este Parlamento tem de dar é que nenhum ucraniano caminhará sozinho nesta luta pela liberdade, e que este Parlamento, que representa a maioria dos portugueses, estará com eles, indefetível, a carregar a tocha da liberdade e a defender a Ucrânia e o seu povo. Tenham vergonha!

Aplausos da IL e de Deputados do PSD.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Para um terceiro pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Ricardo Reis, do Chega.

O Sr. **Ricardo Lopes Reis** (CH): — Sr. Presidente, Sr.^a Deputada Paula Santos, de um lado estão aqueles que estão do lado correto da História, do outro está o PCP.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Ricardo Lopes Reis** (CH): — E hoje vimos exatamente isso aqui, quando o Presidente da Assembleia da Ucrânia discursava e vocês nem meteram cá os pés. Mas eu sei o que é que vocês fazem no Parlamento Europeu: quando é a bandeira de Cuba, quando é para estar ao lado destes regimes, cá estão vocês, cá estão vocês a bater palmas...

O orador exibiu uma fotografia.

... e a dizer que defendem — isso eu sei! —, e este é o seu Eurodeputado João Oliveira, pode ver daí!

Aplausos do CH.

Mas depois há uma outra questão: é que constantemente crescemos...

Protestos do Deputado do BE Fabian Figueiredo.

Sr. Deputado Fábio Figueiredo, peça a palavra. Onde comem dois, comem três, não tenho problema nenhum de responder-lhe também.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Ricardo Lopes Reis** (CH): — Sr.^a Deputada Paula Santos, queria dizer-lhe uma coisa: quando sobe àquela tribuna e diz que representa os trabalhadores vezes e vezes sem conta, décadas atrás de décadas, constantemente, vamos ver isso ao contrário. Votaram nas últimas eleições 6,3 milhões de pessoas. Em 2025, 5,3 milhões de pessoas estavam a trabalhar em Portugal. Ora, vamos ver, o PCP certamente terá tido uma esmagadora votação de quem trabalha. Olhe, mas eu tenho aqui os números, e foram 183 000 votos. A direita toda junta tem dois terços. Afinal, quem é que representa os trabalhadores? É o PCP ou é a direita parlamentar? Essa é que é a questão!

Aplausos do CH.

Em segundo lugar, há uma narrativa velha e cansada por parte do PCP. Vê-se no Comité Central: envelhecida, bafienta, inclusivamente quando se dirigem aos trabalhadores com as mesmas medidas de há 50 anos, que são exatamente as mesmas e que não têm tido efeito prático — ...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Bem lembrado!

O Sr. **Ricardo Lopes Reis** (CH): — ... congelar rendas, nacionalizações, quiçá, qualquer dia, uma hiperinflação ou até mesmo um racionamento de alimentos, como acontece onde? João Oliveira responde novamente: em Cuba, na Venezuela e em todos estes países!

Aplausos do CH.

Portanto, a pergunta que faço é: que trabalhadores é que vocês ainda representam? Se representam alguém ou se, de facto, representam só aquela pequena minoria do Comité Central ou aqueles dirigentes sindicais em que, francamente, a relação entre o trabalho e esses dirigentes sindicais não é uma relação que tenha corrido bem.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Para responder a este primeiro grupo de pedidos de esclarecimento, tem a palavra a Sr.^a Deputada Paula Santos.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Gostava de ter jovens assim!

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Muito obrigada, Sr. Presidente. Cumprimento também os Srs. Deputados. Permitam-me que faça esta referência. Eu confesso que aguardava um bocadinho mais de criatividade, mas é sempre a mesma ladainha e as atoardas do costume.

Risos do PSD, do CH e da IL.

Sempre, sempre, sempre! Ou seja, para fugir — e isto é muito importante que ouçam — à discussão dos problemas concretos no nosso País.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Vocês é que fugiram!

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — E nós sabemos bem porquê. É porque os senhores são responsáveis por aquilo que está a acontecer neste momento. Porque os interesses que defendem são os interesses daqueles que estão a empurrar os trabalhadores para a pobreza e para a miséria. E os senhores — todos! — têm responsabilidade em tudo isso.

Já agora, deixem-me que vos diga também que há muitas coisas que nos separam...

Vozes do PSD, do CH e da IL: — Há, há!

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — ... e esta é uma delas: as forças políticas que representam são aqui representantes desses grupos económicos — é isso que vos move, é isso que vos defende!

Protestos do PSD, do CH e da IL.

Enquanto as forças políticas que representam estiveram sempre com a guerra, pondo a fatura sobre os povos. De facto, este aumento do custo de vida é da vossa responsabilidade, quando apoiam a guerra, quando alimentaram o sofrimento do povo ucraniano e dos povos e não tomaram uma única iniciativa para encontrar uma solução pacífica para a paz.

Protestos do PSD, do CH e da IL.

Foi o PCP que, desde o primeiro momento, há 14 anos, colocou em cima da mesa a necessidade de um caminho para a paz, que os senhores sempre recusaram. Essa é a vossa responsabilidade e é aquilo que vos incomoda.

Continuação de protestos de Deputados do CH e da IL.

Mas para colocar as questões que dizem respeito ao nosso País, é porque as guerras que os senhores alimentam têm impactos cá.

Protestos da Deputada da IL Mariana Leitão.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Ai, nós é que alimentamos a guerra?

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Têm impactos no aumento do custo de vida, na energia, nos combustíveis, no preço dos alimentos. Essa é uma responsabilidade que os senhores têm e está a levar a dificuldades na vida dos trabalhadores, dos reformados, dos jovens, que continuam sem qualquer perspectiva de futuro no nosso País.

Protestos do Deputado do CH Rodrigo Alves Taxa.

Esta é uma questão central que queremos aqui colocar, e por isso é que a trazemos aqui sempre e continuaremos a fazê-lo. O nosso compromisso é muito claro: é, de facto, com quem trabalha, com quem põe este País a funcionar e está a dar resposta face à ofensiva brutal, com o pacote laboral, que todos se preparam para impor aos trabalhadores, retirando direitos — como se não tivessem vida, como se não tivessem filhos, como se não tivessem direito à sua dignidade!

O Sr. **Rodrigo Alves Taxa** (CH): — É, é...!

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Sr.^{as} e Srs. Deputados, é isto que é preciso que fique bem claro neste debate, porque aquilo que está a acontecer neste País, o agravamento das condições de vida, de facto, é o vosso legado e é a vossa marca.

Aplausos do PCP.

Protestos da Deputada do PSD Ana Isabel Ferreira.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Sr.^{as} e Srs. Deputados, fizeram um pedido de esclarecimento à Sr.^a Deputada Paula Santos. A Sr.^a Deputada Paula Santos respondeu, convém que a deixem responder até ao fim.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem! Olhou para o sítio certo!

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Estamos entendidos, muito obrigado.

Neste segundo grupo, para um pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Luís Testa, do Partido Socialista.

Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Agora vai ser a sério!

O Sr. **Luís Moreira Testa** (PS): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, antes de mais, quero agradecer à Sr.^a Deputada Paula Santos e ao Grupo Parlamentar do PCP por ter trazido a este debate um assunto importante. O País vive momentos de dificuldade, as pessoas vivem momentos de dificuldade, as empresas vivem momentos de dificuldade.

Aquilo que eu acho estranho não é o Governo não ter respostas; a isso, já todos nos habituámos.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Oh...!

O Sr. **Luís Moreira Testa** (PS): — O Governo, a cada dificuldade, tem zero respostas.

O que eu acho estranho é que, perante as dificuldades do povo português, venha o Deputado do PSD João Antunes dos Santos e não tenha perguntas. Esse é que é o problema.

Protestos de Deputados do PSD e da IL.

Com o devido respeito, Sr. Deputado, grave não é o senhor não ter perguntas; grave é o senhor não ter perguntas quando vem da região de onde vem, com as dificuldades que está a passar, que é a região de Leiria. Isso é que é grave, Sr. Deputado!

Aplausos do PS.

Protestos de Deputados do PSD.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Isso é uma defesa da honra? Onde é que está a pergunta?

O Sr. **Luís Moreira Testa** (PS): — Portanto, a Sr.^a Deputada enferma, na minha opinião, de um erro: coloca as dificuldades do País só nas pessoas, nas famílias, nos jovens. Isso é do conhecimento comum. Nós sabemos que as pessoas, as famílias, os jovens, os jovens trabalhadores, estão a passar muitas dificuldades com o que estamos a viver — com o aumento da renda, com o aumento dos preços, com o aumento dos combustíveis. Nós sabemos disso. Mas, Sr.^a Deputada, as empresas estão a passar por dificuldades idênticas, e o grave é que, relativamente às dificuldades por que o País está a passar, este Governo apresenta planos, muitos, sucessivos, todos para executar no limiar de 10 anos, ou seja, fora do escrutínio da execução desta legislatura. E isto é que é grave.

O País merece uma resposta, uma resposta atempada. Na sua opinião, o que é que o País tem de fazer para debelar as dificuldades que vivemos?

Aplausos do PS.

Protestos de Deputados do PSD e da IL.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Ah! Muito bem...!

O Sr. **Luís Moreira Testa** (PS): — Ah, que irritação, que irritação, que irritação!

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Nuncio, para um pedido de esclarecimento.

Burburinho na Sala.

Srs. Deputados, criem as condições para o Sr. Deputado Paulo Nuncio poder falar.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, começo por saudar o Presidente do Parlamento ucraniano e as palavras que nos dirigiu aqui, neste Parlamento. Em nome do Grupo Parlamentar do CDS, quero pedir desculpa à Ucrânia pelo facto de esta causa do povo ucraniano não ser unânime neste Parlamento.

Aplausos do CDS-PP, do PSD e do Deputado do CH Ricardo Lopes Reis.

É uma vergonha, a posição do Partido Comunista Português. A vossa declaração política de hoje foi a vossa vergonhosa ausência durante o discurso do Presidente do Parlamento ucraniano.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Claro!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Depois disso, as palavras que proferiram daquele púlpito, a cassette que proferiram daquele púlpito, não têm qualquer relevância, Sr.^a Deputada. Não têm nenhuma relevância!

Protestos da Deputada do PCP Paula Santos.

Vergonha, Sr.^a Deputada, vergonha! O Partido Comunista é uma vergonha e envergonhou, uma vez mais, Portugal, o nosso País.

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Mas o que é isso?!

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Tem a palavra a Sr.^a Deputada Inês de Sousa Real, do PAN, para um pedido de esclarecimento.

Faça favor, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, gostaria, em primeiro lugar, de saudar o povo ucraniano. Para nós, foi um orgulho termos aqui o Sr. Presidente do Parlamento ucraniano, mostrando que o povo português tem estado, na sua maioria, do lado certo da História, ao lado da Ucrânia.

Mas, Sr.^a Deputada Paula Santos, ao falar dos trabalhadores e não ter a consciência, até por uma questão de imperativo ético, que a Rússia, ao invadir a Ucrânia, prejudicou os trabalhadores portugueses —...

Aplausos de Deputados da IL e do CDS-PP.

... aumentou-lhes o pão, aumentou-lhes a despesa da deslocação para o trabalho e para a escola, aumentou a nossa incapacidade energética, aumentou também uma dificuldade do ponto de vista alimentar — , a pergunta que lhe coloco é se, de hoje para amanhã, a Rússia invadissem Portugal, de que lado é que o PCP estaria.

Aplausos do Deputado da IL Carlos Guimarães Pinto.

Vozes do PSD e da IL: — Muito bem!

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — Porque, efetivamente, a História dá-nos sempre uma oportunidade de corrigirmos as nossas posições. Um opressor não é diferente consoante o seu regime. O opressor não é diferente por ser a Rússia que invade a Ucrânia, se é Marrocos que invade o Saara Ocidental e oprime o povo do Saara Ocidental, ou até mesmo se Trump faz o mesmo em relação a outros países. Há opressores e não há mais do que isso.

Por isso mesmo, Sr.^a Deputada, não poderíamos deixar de lhe colocar essa questão porque, de facto, o PCP, historicamente, até tem...

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone da oradora foi automaticamente desligado.

Aplausos do PSD, do CDS-PP e de Deputados da IL.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Para responder, tem a palavra a Sr.^a Deputada Paula Santos. Espero que a Câmara lhe crie condições para poder esclarecer.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Para quê? É sempre o mesmo!

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, vou referir mais uma vez, porque talvez ainda persistam algumas dúvidas: o PCP esteve, está e sempre estará com a liberdade, com a democracia, com a paz, com a solidariedade.

Vozes do PSD, do CH e do CDS-PP: — Oh...!

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Oiçam! Oiçam!

Protestos de Deputados da IL e do CDS-PP.

Com a liberdade, com a democracia, com a paz e com a solidariedade. E admira-me muito que os Srs. Deputados, que falam muitas vezes da democracia e da liberdade, nada tenham a dizer de um Parlamento e de um regime que proibiu partidos e que decidiu a cessação do mandato de Deputados que foram eleitos.

Continuação de protestos de Deputados da IL e do CDS-PP.

Isto é importante ter presente,...

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Mas o quê?!

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — ... porque é preciso saber de um regime que é apoiado por forças de extrema-direita fascizantes, que acompanharam e que glorificam — glorificam! — quem esteve com o nazismo. Não é verdade? É verdade e é importante que se saiba!

Protestos de Deputados do PSD e da IL.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Essa é a cassete do comunismo!

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Portanto, o PCP, desde o primeiro momento, contrariamente aos senhores, esteve do lado da paz.

Continuação de protestos de Deputados do PSD e da IL.

Aquilo para que alertámos foi, de facto, para a necessidade de se evitar esta guerra, de evitar a guerra da Ucrânia; para que se tomassem todas as medidas, nomeadamente no plano diplomático. É para isso também que serve a diplomacia, para evitar a guerra. Não só nada disso foi feito como, ao longo de todo o tempo até ao momento foi-se alimentando esta escalada da guerra, com as consequências desastrosas para o povo ucraniano e para a destruição daquele país. Foi isso que alimentaram!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Tantas palavras!...

O Sr. **Carlos Guimarães Pinto** (IL): — Quem é que começou a guerra?

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Foi isso que alimentaram e foi isso que levou ao aumento dos preços e dos custos. É preciso ter isto presente e não branquear nem esconder aquela realidade.

Já agora, parece que não sabem, mas mais próximo do regime da Rússia estão os senhores, com o capitalismo. A União Soviética, infelizmente, já há muito terminou.

Portanto,...

Protestos de Deputados do PSD e da IL.

Infelizmente, porque, de facto, foram avanços extraordinários para o povo.

Risos de Deputados da IL.

E registo aqui, inclusivamente, da intervenção do Sr. Deputado do CDS...

Protestos de Deputados do CH e da IL.

..., que os partidos do Governo não querem saber das condições de vida das pessoas. Nós já o sabíamos, mas hoje ficou bem claro.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — O PCP é uma vergonha! Envergonha o nosso País!

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — O CDS disse aqui, com todas as letras, que é irrelevante falar dos trabalhadores e das suas dificuldades. Para o CDS, é irrelevante!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — O PCP é uma vergonha! Envergonha o nosso País!

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Falar das dificuldades dos reformados? Para o CDS, é irrelevante! Falar das dificuldades dos jovens? Para o CDS, é irrelevante!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — O PCP é uma vergonha! Envergonha o nosso País!

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Falar das dificuldades do Serviço Nacional de Saúde? Também é irrelevante para o CDS. E sabemos bem porquê. Porque, conjuntamente com o PSD e com o apoio da Iniciativa Liberal e do Chega, são os responsáveis pela situação em que se encontram, neste momento, as pessoas no nosso País, e pela degradação das condições de vida.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — O PCP é uma vergonha! Envergonha o nosso País!

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Por isso é que se recusam a tomar as medidas que são necessárias e querem prosseguir uma política de levar ainda mais longe essas dificuldades, empurrando as pessoas para a pobreza. Isso é que é uma vergonha!

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Tem agora a palavra, para uma declaração política, o Sr. Deputado Paulo Núncio.

Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Diz-se por aí que este Governo não faz reformas. Mas o que é certo é que, quando as faz e as apresenta neste Parlamento, como foi o caso da reforma fiscal e da reforma das leis de imigração, aqui d'el rei que tudo tem de ficar na mesma.

Reformar? Não, isso não! Não, isso nunca, dizem as oposições.

A reforma laboral é uma dessas reformas apresentadas pelo Governo que é fundamental para o futuro de Portugal. Basta um dado oficial para perceber esta relevância. De acordo com a OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico), em 38 países, Portugal é o país com a segunda legislação laboral mais rígida. Com essa rigidez, prejudica a competitividade, a produtividade e o acesso dos jovens ao

mercado de trabalho — o que explica a elevada taxa de desemprego jovem em Portugal, que ainda ronda os 20 %. É urgente reformar para promover a produtividade, a competitividade e a retenção de talento jovem em Portugal.

O Governo empenhou-se neste processo desde o primeiro momento. Foram nove meses de negociação e a procurar consensos, e fê-lo na sede certa: na concertação social.

A um dia da esperada reunião entre os parceiros sociais, acreditamos que, «até ao lavar dos cestos, é vindima». Até porque, ainda hoje, do lado das confederações patronais, foi dado mais um sinal de que estão disponíveis para aceitar as posições da UGT (União Geral de Trabalhadores) em matérias tão importantes como o *outsourcing*, o banco de horas individual e a reintegração após despedimento ilícito.

A conclusão deste processo irá permitir perceber quem quer efetivamente modernizar a legislação laboral e quem quer que tudo fique «na mesma, como a lesma».

Protestos do Deputado do PCP Paulo Raimundo.

A CGTP (Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses) pôs-se de fora desde o primeiro momento, autoexcluiu-se das negociações e agora protesta veementemente contra a sua própria autoexclusão. Por isso, nada de novo na frente leste.

Protestos do Deputado do PCP Paulo Raimundo.

E a UGT? Sabemos hoje que a UGT foi o parceiro social que menos cedeu nas negociações e que mais imobilismo demonstrou. Por isso, já fiz um apelo à UGT e reitero-o aqui hoje, no Parlamento: ponham os interesses do País à frente dos vossos interesses pessoais.

Protestos do Deputado do BE Fabian Figueiredo.

O País precisa de maturidade e de bom senso,...

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Isso é verdade!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — ... não da concorrência entre centrais sindicais sobre qual se extingue por último.

E o que dizer dos principais partidos da oposição?

O PS diz que recusa a reforma laboral, ainda para mais sem acordo na concertação social. Diz que é uma reforma ilegítima e uma contrarreforma, e que sem acordo na concertação social seria mesmo uma reforma coxa.

Ó Srs. Deputados do Partido Socialista, é preciso descaramento! É preciso muito, muito descaramento, porque então, por esse prisma, coxa está a atual lei laboral. Não esquecemos que a atual lei resultou de uma iniciativa exclusiva do Governo do Partido Socialista, quando tinha maioria absoluta neste Parlamento. Por isso, é absolutamente inaceitável que um partido que ignorou olímpicamente a concertação social faça agora a triste figura de rasgar as vestes por um consenso que nunca quis nem nunca procurou quando fez alterações à lei laboral.

E o Chega? O Chega, aparentemente, não conseguiu resistir a si mesmo e aos seus piores impulsos. A condição apresentada pelo Chega de reduzir a idade da reforma é absolutamente irresponsável,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ah!...

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — ... sobretudo porque foi apresentada sem qualquer análise de impacto orçamental ou de sustentabilidade na Segurança Social.

Srs. Deputados do Chega, isto não é apresentar propostas sérias, isto é brincar à política. É o próprio ex-Primeiro-Ministro Pedro Passos Coelho, que os senhores tanto gostam de elogiar,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Vocês não gostam de elogiar...

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — ... que afirma, sobre a vossa proposta, que é absurda, é irrealista, é populista e mostra um Chega mais socialista do que os próprios socialistas.

Aplausos do CDS-PP e de Deputados do PSD e da IL.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — É verdade!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — É o Chega no seu pior, ao lado da esquerda e dos comunistas, porque, sim, é bom lembrar que o primeiro partido a defender a redução da idade da reforma neste Parlamento foi precisamente o Partido Comunista Português.

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — E muito bem!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — É crime?!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — O Chega, agora, segue-lhe as pisadas.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, quando a reforma laboral chegar ao Parlamento, a todos os Deputados será exigida responsabilidade e sentido de Estado. Se as oposições bloquearem esta reforma tão importante para o futuro do País, então, será à oposição que os portugueses terão de exigir responsabilidades.

Aplausos do CDS-PP e de Deputados do PSD.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Antes de passar aos pedidos de esclarecimento, queria anunciar que estão a assistir, nas galerias, um grupo de 30 alunos e professores do Agrupamento de Escolas Ferreira de Castro, de Oliveira de Azeméis; um grupo de 30 cidadãos da Câmara Municipal de Ílhavo; um grupo de 40 alunos e professores da Escola Básica 2,3 do Viso, no Porto; um grupo de 108 alunos e professores da Escola Secundária Quinta das Palmeiras, da Covilhã; um grupo de 37 alunos e professores do Colégio do Bom Sucesso, em Lisboa; um grupo de 25 alunos e professores da Faculdade de Direito da Universidade Lusófona, em Lisboa; um grupo de 50 cidadãos da Universidade Sénior de Almodôvar; um grupo de 55 cidadãos da Faculdade Sénior de Alcobaça; um grupo de 31 alunos e professores da Universidade Lusófona, em Lisboa; e um grupo de 60 alunos e professores da Escola Secundária Alves Martins, de Viseu.

Os nossos cumprimentos, as nossas boas-vindas.

Aplausos gerais.

O Sr. Deputado Paulo Núncio tem sete pedidos de esclarecimento. Como quer responder?

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Pode ser: três, quatro.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Muito bem, primeiro a um conjunto de três e depois a um conjunto de quatro.

Para o primeiro pedido de esclarecimento, tem a palavra a Sr.^a Deputada Isaura Morais, do PSD. Faça o favor, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Isaura Morais** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Deputado Paulo Núncio, começo, em nome do Grupo Parlamentar do PSD, por saudar o tema que traz hoje na sua declaração política e dizer que a importância que lhe atribui é a mesma importância que o Governo do PSD e CDS-PP também atribui a esta matéria, razão pela qual pretende, sim, colocar Portugal junto dos melhores.

E porquê junto dos melhores? Junto dos maiores países da União Europeia, tendo em consideração que Portugal, atualmente, tem 28 % a menos de produtividade, 35 % a menos no salário bruto dos trabalhadores, já para não falar do desemprego jovem, que é três vezes superior à taxa nacional.

Por isso mesmo, a questão da reforma laboral era inevitável, tanto que foi suportada por um acordo tripartido, na concertação social, em 2024, para 2025-2028, que previa a valorização salarial e o crescimento económico durante esse período. Repito: logo, a valorização salarial será baseada nesta revisão da lei laboral, que será imprescindível.

Ali de cima, da tribuna, o Sr. Deputado pedia a responsabilidade de todos os partidos e sentido de Estado nesta matéria.

Sr. Deputado, em relação ao Partido Socialista, referiu algumas das questões e eu vou referir mais uma: é que o Partido Socialista só dá valor ou só reconhece a importância da concertação social quando está na oposição. Da nossa parte — nós, sim! —, estaremos disponíveis.

Amanhã, decorre mais uma reunião da concertação social e estaremos completamente disponíveis para negociar com todos os partidos no âmbito desta reforma do Estado, que é tão importante para o nosso país e para o nosso mercado laboral.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Hugo Oliveira, do Partido Socialista.

O Sr. **Hugo Oliveira** (PS): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, o Sr. Deputado Paulo Núncio disse que o Partido Socialista ignorava olímpicamente a concertação social. Disse que o fez na última reforma — a Agenda do Trabalho Digno. Pois, deixe-me dizer-lhe: não foi a primeira vez. Não foi a primeira vez!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Ignoraram várias vezes!

O Sr. **Hugo Oliveira** (PS): — Olhe, ignorámos o não-acordo na concertação social sobre a reforma laboral, porque sabíamos que esta iria melhorar as condições dos trabalhadores portugueses.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Ah! Claro!...

O Sr. **Hugo Oliveira** (PS): — Mas também o fizemos contra a direita, quando foi o aumento do salário mínimo: durante anos seguidos, o patronato não aceitava o aumento — dizia que ia aumentar o despedimento, que as empresas não iam aguentar — e o PSD e o CDS votavam contra. Sim, nessa altura também ignorámos, e estamos muito orgulhosos de o termos feito.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Muito obrigado, Sr. Deputado Hugo Oliveira.

O Sr. **Hugo Oliveira** (PS): — Ainda não terminei! Ainda não terminei, Sr. Presidente.

Risos da Deputada da IL Mariana Leitão.

Mas o Sr. Deputado poderia ter dito porque é que a reforma que o Governo apresentou tinha o seu alfa e o seu ómega na questão do aumento dos contratos a prazo, no *outsourcing*, na não-reintegração, no banco de horas — coisa de que, hoje, a CIP (Confederação Empresarial de Portugal), tal como o Sr. Deputado teve oportunidade de dizer, veio dizer que, afinal, está disposta a abdicar.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Não é abdicar! Leia as notícias!

O Sr. **Hugo Oliveira** (PS): — Explique lá! Convinha explicar isso aos portugueses.

Como é que andaram nove meses a dizer que era essencial para a modernização da nossa economia e, hoje, há um parceiro social a dizer que abdica disso?

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Não abdica nada!

O Sr. **Hugo Oliveira** (PS): — Diga lá, Sr. Deputado, como é que o aumento dos contratos a prazo vai modernizar a nossa economia? Como é que o fim da regra do *outsourcing* vai criar condições para que a nossa economia se consiga adaptar à inteligência artificial?

Protestos do Deputado do PSD Ricardo Carvalho.

Espero que consiga dizer isso, porque, caso contrário, a única coisa que fica clara é que esta reforma é, única e exclusivamente, ideológica.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Agora sim, muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Alfredo Maia, do PCP, para um pedido de esclarecimento. Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, ó Sr. Deputado Paulo Núncio, estava a ver que lhe dava uma apoplexia na tribuna!

Risos.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Obrigado pela preocupação!

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Ó Sr. Deputado, deixe-me perguntar-lhe: de que é que se nutre o CDS? O que é que alimenta tanto ódio aos trabalhadores portugueses?

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Aos trabalhadores?!

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Deixe-me ler-lhe, da Agência Ecclesia — da Agência católica Ecclesia, não é do *Avante!* —, o título: «Juventude Operária Católica alerta para a precariedade laboral».

Protestos do Deputado do CDS-PP João Pinho de Almeida.

A notícia cita declarações de um dirigente da JOC (Juventude Operária Católica)...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Da Jota?

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — ... que alerta para a precariedade laboral, que marca muitos jovens e atinge a maior parte dos trabalhadores. Mas mais: «Há muitas linhas vermelhas neste pacote laboral que não devem ser ultrapassadas. Há a problemática dos contratos a termo, ou seja, aumentar o limite dos contratos a termo, e há toda a questão de poder despedir e depois contratar em *outsourcing*. E ainda: «Não é agora, piorando as condições laborais, que estamos a evoluir. Isso é regressão».

Ainda da Agência Ecclesia — não é do *Avante*, mas poderia ser —, a nota da Liga Operária Católica — Movimento de Trabalhadores Cristãos sobre o 1.º de Maio: «Encontram-se em discussão propostas legislativas que, sendo aprovadas, fragilizarão direitos laborais conquistados, promovendo maior precarização e uma flexibilização dos horários de trabalho que dificulta a necessária conciliação com a vida familiar...» — ó Sr. Deputado, a família, cá está a família! — «... o descanso e a participação cívica.»

Ó Sr. Deputado, não lhe peço aqui um ato público de contrição, mas deixe-me perguntar-lhe se costuma terminar o dia em paz com a sua consciência.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Termina, porque ele reza! Ele reza!

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Para responder a este conjunto de perguntas, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Núncio.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, em primeiro lugar, agradeço as perguntas da Deputada Isaura Morais.

Sr.^a Deputada, é exatamente como disse: nós temos um problema na legislação laboral atual, que prejudica a produtividade, que prejudica os salários, que é uma das causas pelas quais, durante a governação do Partido Socialista, assistimos a uma emigração massiva de jovens. Por isso, é fundamental que a reforma laboral seja aprovada, para conseguirmos reverter esses sintomas e para que os jovens voltem a acreditar no nosso país.

Nós acreditamos na concertação social, nós damos valor à concertação social, e esperemos que seja possível, ainda em concertação social, chegar a um acordo.

Relativamente às perguntas que foram feitas pelo Deputado do PS Hugo Oliveira. Ó Sr. Deputado, ainda bem que reconheceu aqui, neste Parlamento, que o PS tem por hábito ignorar olímpicamente a concertação social. Disse-o — e ainda bem que ficou registado! — e não foi uma vez, foram duas, foram três, foram quatro vezes!

A Sr.^a **Isaura Morais** (PSD): — É verdade!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — E depois, com uma enorme presunção, o Sr. Deputado explicou a razão pela qual o PS ignora a concertação social: é quando tem medo, quando tem receio do resultado das negociações. Quando acha que não tem capacidade de chegar a esse acordo, o PS ignora, recusa e acha que os parceiros sociais não são importantes.

O Sr. **Hugo Oliveira** (PS): — É ao contrário!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Para este Governo, como para todos os outros Governos da AD (Aliança Democrática), a concertação social sempre foi importante —...

O Sr. **Hugo Oliveira** (PS): — Por isso é que não há acordo!...

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — ... consigamos ou não consigamos chegar a um acordo.

Mas Sr. Deputado, o mais grave da sua intervenção é não perceber o ridículo, a hipocrisia que aparece no discurso do Partido Socialista: é que, depois de terem ignorado olímpicamente a concertação social, os senhores, hoje, vêm justificar como razão para recusar a reforma laboral o facto de essa reforma poder não ter acordo da concertação social — e isso é absolutamente inaceitável! Ou seja, os senhores recusam olímpicamente a concertação social e, depois, rasgam as vestes, dizendo que a reforma é ilegítima porque não obteve o acordo dos parceiros sociais.

Srs. Deputados, isso é absolutamente inaceitável. É de uma hipocrisia política a que só o PS consegue chegar.

Relativamente ao Sr. Deputado Alfredo Maia, em primeiro lugar, agradeço a sua preocupação pela minha saúde. Estou bem, felizmente, graças a Deus. Agora, há algo estranho que se passa neste Parlamento quando a extrema-esquerda — a começar pelo Bloco de Esquerda, mas também o Partido Comunista — enche a boca com a Igreja e com a doutrina social da Igreja, com a doutrina cristã.

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Porque é que é estranho?

O Sr. **Hugo Oliveira** (PS): — Veja lá se não é você que está mal!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Srs. Deputados, admitindo que o Partido Comunista Português continua a professar o ateísmo...

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Ó homem!...

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — ... e que o Sr. Deputado continua a ser ateu, a única coisa que lhe sugiro e recomendo é que continue a meditar na doutrina da Igreja no seu processo de conversão.

Aplausos do CDS-PP.

É por isso que eu rezo.

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Não se preocupe com a minha alma!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Espero que o senhor chegue, finalmente, a esse nível de conversão, porque caso contrário continua a ser uma enorme hipocrisia.

Aplausos do CDS-PP.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Agora, para um pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Seco, do Chega.

O Sr. **Paulo Seco** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Paulo Núncio, hoje assistimos aqui neste Hemiciclo a dois momentos hilariantes. O primeiro, ao ouvir o Deputado Alfredo Maia falar da Agência Ecclesia, da Igreja. Estou pasmo!

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Ora essa! O Chega policia as minhas leituras?!

O Sr. **Paulo Seco** (CH): — O segundo, ao ouvir o Sr. Deputado Paulo Núncio a falar de interesses nacionais, quando já vão quase 10 meses com o atual Governo a arrastar as negociações da chamada reforma laboral — isso é para rir! São 10 meses de negociações, mais de 50 reuniões, com contínuos recuos e cedências, bem como humilhações sucessivas perante os parceiros sociais. Dez meses em que o Governo ficou totalmente refém da própria UGT.

Não é exagero, Sr.^{as} e Srs. Deputados, o Governo está a 100 % refém da UGT.

Em vez de uma reforma corajosa que modernizasse o mercado de trabalho, que desse mais flexibilidade às empresas e mais segurança e oportunidade aos trabalhadores, o que temos é um processo moroso, coxo e que em nada serve os trabalhadores portugueses. Sempre dissemos que precisamos de uma reforma laboral moderna,...

Protestos do Deputado do PS Porfírio Silva.

... flexível, mas não selvagem; que não ataque as mães trabalhadoras, que não transforme o despedimento em arma discricionária, mas que valorize o trabalho por turnos e as horas extraordinárias.

Aplausos de Deputados do CH.

Do que o País precisa é de mais emprego, menos instabilidade e mais crescimento económico real. Não precisamos de um texto negociado à porta fechada, com uma central sindical que veta tudo o que não lhe convém. Esta reforma, tal como está, não agrada aos portugueses,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Paulo Seco** (CH): — ... muito menos ao Chega, e o Chega estará sempre do lado dos portugueses.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Paulo Seco** (CH): — Em face disto, Sr. Deputado Paulo Núncio, como é possível que o CDS aceite e suporte uma reforma laboral que, após 10 meses de submissão à UGT,...

Risos de Deputados da IL.

... está a ser construída claramente contra os interesses dos trabalhadores.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Como é possível?!

O Sr. **Paulo Seco** (CH): — Até quando o CDS vai continuar a dar cobertura a um Governo refém das centrais sindicais, que sacrifica o futuro dos portugueses em nome de um acordo com a UGT?

Onde estão, afinal, os interesses do País?

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — A Sr.^a Deputada Isabel Mendes Lopes, do Livre, tem a palavra para pedir esclarecimentos.

A Sr.^a **Isabel Mendes Lopes** (L): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Deputado Paulo Núncio, há algo em que nós estamos de acordo: de facto, temos de melhorar a produtividade em Portugal. Agora, estamos em absoluto desacordo na forma como o fazer,...

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — É a semana dos quatro dias!...

A Sr.^a **Isabel Mendes Lopes** (L): — ... porque se o CDS acha que a produtividade se melhora contra os trabalhadores, contra as suas famílias, contra a vida das pessoas, está muito enganado!

Se o CDS acha que, num dos países onde mais horas se trabalha, onde há mais precariedade, com o nível de desemprego jovem como temos, que o remédio é flexibilizar o mercado do trabalho — quando sabemos que «flexibilização» é usado aqui como «maior precariedade» —, o CDS está muito, muito enganado.

Protestos do Deputado da IL Mário Amorim Lopes.

Nós temos, sim, de garantir uma melhor produtividade em Portugal, mas isso faz-se com os trabalhadores, e faz-se também com as famílias. Nós estamos no século XXI e, curiosamente, este anteprojeto é chamado «Trabalho XXI», mas não incorpora aquilo que é a tecnologia, que é a automação, que é a inteligência artificial para melhorar aquilo que são os nossos empregos — e era isso que nós devíamos estar a discutir.

Nós devíamos estar a discutir como é que, usando a tecnologia, conseguiremos melhorar o trabalho, tornar o trabalho algo que compense no dia a dia, para conseguirmos também compensar a nossa vida e termos vidas melhores. Isso implica horários de trabalho mais curtos; implica, por exemplo, a semana de quatro dias, que é uma ferramenta de produtividade, como todos os estudos mostram; implica garantir que as crianças tenham mais tempo com as suas famílias, e nós sabemos que para o CDS a família é muito importante,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É verdade!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bel! Ao contrário de para o Livre!

A Sr.^a **Isabel Mendes Lopes** (L): — ... mas a verdade é que este projeto não traz nada de valorização da família e do tempo de que as crianças precisam para estar com as suas mães e com os seus pais.

Portanto, a minha pergunta é: o que é que, de verdade, vai trazer produtividade a Portugal?

Outra pergunta que também faço: a produtividade para as empresas é também estabilidade e previsibilidade, e sabemos o grau de contestação que este pacote laboral tem na sociedade portuguesa. Portanto, como é que o Governo, o CDS e o PSD acham boa ideia trazer e insistir neste pacote laboral quando sabem que não durará no tempo, porque assim que for possível reverter qualquer alteração que seja feita neste...

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone da oradora foi automaticamente desligado.

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Tem a palavra a Sr.^a Deputada Mariana Leitão, da Iniciativa Liberal, para um pedido de esclarecimento.

A Sr.^a **Mariana Leitão** (IL): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Paulo Nuncio, nós concordamos no diagnóstico, disso não há dúvida. O mercado de trabalho em Portugal é de tal forma rígido que é uma das causas da precariedade,...

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Claro!

A Sr.^a **Mariana Leitão** (IL): — ... é uma das causas dos baixos salários,...

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Claro!

A Sr.^a **Mariana Leitão** (IL): — ... é uma das causas da pouca competitividade das nossas empresas.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Claro!

A Sr.^a **Mariana Leitão** (IL): — Esta reforma não tem ainda a ambição que seria necessária,...

Protestos do Deputado do PSD Ricardo Carvalho.

... mas já dá alguns passos no sentido certo — também concordamos aí.

Mas aquilo que gostava de perguntar, considerando que é Deputado de um partido que apoia o Governo, é: nove meses depois, 60 reuniões depois, com negociações para um lado e para o outro, se as cedências forem de tal forma que os pequenos avanços que se estão aqui a tentar fazer desaparecerem quase por completo — que é aquilo que me parece que vai acabar por acontecer —, o que é que nós chamamos a este Governo? Chamamos a este Governo um Governo de concertação ou chamamos a este Governo um Governo literalmente sem concerto?

Aplausos da IL.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Tem agora a palavra o Sr. Deputado Fabian Figueiredo, do Bloco de Esquerda, para pedir esclarecimentos.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Deputado Paulo Nuncio, a AD fala em modernização, mas era francamente mais honesto falar em redução salarial.

Vozes da IL: — Oh!...

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Tem uma proposta de contrarreforma laboral em que quer instituir um banco de horas que retira até um mês de salário por ano, Sr. Deputado!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Não sabes o que é o banco de horas!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Isto é, literalmente, o relógio a andar para trás, para os grandes patrões. Depois, acha que o futuro dos jovens é com contratos precários sem fim. Não é dinamismo nenhum, é uma geração condenada a valer menos no recibo de vencimento!

Nós já temos o problema de ter as novas convenções coletivas de trabalho coladas ao salário mínimo, e o Sr. Deputado e o Governo que suporta acham que aumentar a caducidade das convenções coletivas de trabalho é o que vai puxar os salários para cima, quando tem exatamente o efeito oposto. Ou seja, o que está a propor é congelar os salários em Portugal, ao mesmo tempo que o custo de vida dispara.

Mas claro, ignora, no meio disto tudo, o facto de certos setores da economia portuguesa apresentarem lucros particularmente extraordinários — só a banca lucra 14 milhões de euros por dia! —, e acha que o futuro do País e o problema da sua economia são os direitos de quem trabalha, apesar da precariedade prevalente entre os jovens trabalhadores portugueses.

Por isso, pergunto-lhe, Sr. Deputado: se o comum dos trabalhadores perde direitos com esta contrarreforma laboral, se os grandes patrões a aplaudem e a banca brinda, afinal de contas, a quem é que serve este pacote laboral?

A Sr.^a **Mariana Leitão** (IL): — A quem trabalha!

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Nuncio, para responder a estas últimas quatro perguntas que lhe fizeram.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Sr. Presidente, bom, começando pelas perguntas do Deputado Paulo Seco, o Sr. Deputado referiu que o Governo esteve na concertação social a negociar durante 10 meses. Isso é uma virtude, não é um defeito!

É um Governo que está disponível para negociar, para ouvir os parceiros sociais, para ouvir as confederações patronais, para ouvir as centrais sindicais e procurar um consenso, aproximar posições.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Falso!

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Isso é positivo, não é negativo.

O Sr. **Paulo Seco** (CH): — Não bate a bota com a perdigota!

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Agora, o Sr. Deputado referiu que o Chega pretende modernizar o mercado laboral — veja-se lá o que isso é, porque com o Chega é difícil perceber o que é que pretendem nesta reforma laboral, tantas vezes já mudaram de posição.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Falso!

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — E dizem uma coisa extraordinária: dizem que estão interessados em modernizar o mercado laboral, mas depois põem uma condição de redução da idade da reforma, que não tem absolutamente nada a ver com a reforma laboral.

Protestos de Deputados do CH.

Isto demonstra que o Chega, verdadeiramente, não está nada interessado em modernizar, em flexibilizar e em tornar o País mais produtivo e mais competitivo.

Ó Sr. Deputado, a condição que o Chega põe, volto a dizê-lo com todas as letras, não é uma medida séria, é brincar à política.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Falso!

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Fazer uma proposta destas sem apresentar uma análise de impacto orçamental nem de sustentabilidade da Segurança Social é brincar com a política. Oçam o ex-Primeiro-Ministro Passos Coelho, que gostam tanto de ouvir e gostam tanto de citar,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — E bem!

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — ... quando diz que o Chega, com esta proposta, está mais socialista do que os próprios socialistas,...

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — É verdade!

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — ... e percebam o que isso significa.

*Aplausos do CDS-PP e de Deputados do PSD e da IL.**Protestos do CH.*

Sr.^a Deputada Isabel Mendes Lopes, esta proposta aumenta a produtividade, porque a produtividade aumenta com a flexibilidade da legislação laboral.

Sr. Deputada, os jovens não querem emprego para toda a vida, como a esquerda procura dizer. Os jovens querem melhores salários, querem melhor acesso ao mercado de trabalho, querem melhores condições de progredir na vida — e não progridem com um desemprego jovem nos 20 %, que foi ao que esta legislação laboral aprovada pelo Partido Socialista levou.

Protestos do L.

Nós queremos uma legislação laboral mais flexível, para haver mais competitividade, mais produtividade e melhor acesso dos jovens ao mercado de trabalho. Não queremos continuar na senda negra do tempo dos Governos socialistas, em que os jovens emigravam massivamente para o exterior!

O Sr. **Armando Mourisco** (PS): — Mas não foi por causa do Partido Socialista! Emigraram foi no vosso Governo, na AD de Passos Coelho!

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Nós queremos reter o talento jovem em Portugal.

Sr.^a Deputada Mariana Leitão, quero dizer-lhe que o Governo não é de concertação, nem precisa de concerto; é o Governo que vai apresentar, na altura certa, uma reforma laboral que vai mudar o futuro do País.

Finalmente, para o Sr. Deputado Fabian Figueiredo: o banco de horas individual, como o Sr. Deputado está farto de saber, não retira salários a ninguém.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Ora!

Protestos do BE.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — E se ainda tem dúvidas, vá ver um vídeo que a ministra publicou nas redes sociais.

Risos da IL.

Sr. Deputado, os salários vão aumentar com esta reforma, tudo o resto que o Sr. Deputado disse é discurso de ódio contra as empresas.

Aplausos do CDS-PP e de Deputados do PSD.

Protestos do BE.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Para uma declaração política, em nome do PSD, tem a palavra a Sr.^a Deputada Dulcineia Catarina Moura.

Faça favor, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Dulcineia Catarina Moura** (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Entre 22 de janeiro e 15 de fevereiro, Portugal continental sofreu um rasto de destruição sem precedente, por via das sucessivas tempestades. Ciente de que fenómenos extremos como este revelam debilidades antigas na forma como o território tem sido planeado e gerido, o Governo de Portugal, desde o primeiro momento, começou, por um lado, a responder ao caos instalado com medidas de apoio, uma estrutura de missão criada e um diálogo de proximidade e de solidariedade na forma de agir; e, por outro lado, diante de tanta destruição e necessidade de reerguer as regiões mais afetadas, entendeu urgente repensar Portugal.

Repensar, assumindo uma visão estratégica integrada, de mais prevenção, melhor coordenação e até mesmo de coragem política para enfrentar fenómenos cada vez mais intensos.

Em boa verdade, a resposta de emergência, apesar de eficaz no imediato, foi superada pela escala e a natureza sistémica dos impactos. Daí a necessidade de se ir além da reposição dos danos, com a resiliência que justifica encontrar oportunidades nas adversidades.

O PTRR (Portugal Transformação, Recuperação e Resiliência), com um investimento previsto de 22,6 mil milhões de euros, surgiu precisamente dessa visão e da consciência de que é preciso prevenir e enfrentar eventos climáticos e outros riscos extremos, e também de que é preciso melhorar a capacidade de resposta de emergência e o apoio às comunidades. E, claro, é fundamental responder em momentos tão difíceis, em que a esperança se desvanece diante da fúria da natureza.

O plano, o PTRR, assenta em três pilares de atuação: recuperar, para que sejam devolvidas as condições necessárias à normalização da vida coletiva e ao relançamento da atividade económica; proteger, para dotar o País de capacidade para antecipar, resistir, adaptar-se e recuperar rapidamente de eventos extremos futuros, transitando de uma lógica reativa para uma lógica preventiva; e em terceiro lugar responder, para acelerar reformas e investimentos estruturais necessários para tornar o País mais seguro, mais competitivo, mais produtivo, mais coeso e mais preparado para os desafios do futuro.

Nesta senda, independentemente da outra fúria — a das críticas ácidas de quem nunca governou e o desviar de atenções daqueles que já governaram, mas que, diante de qualquer catástrofe ou problema, levaram sempre muito mais tempo, menos empenho e ausência de respostas —, o atual Governo entende que aos problemas se deve responder com soluções, mas também com a necessária flexibilidade para que as respostas se ajustem a cada momento.

Sim, este plano convoca, desde o primeiro momento, ao diálogo e à participação das autarquias, do setor empresarial e social e da sociedade civil. Sim, as reuniões e os contributos dos diferentes partidos com assento parlamentar foram de muita utilidade. Ajudaram a identificar prioridades, reforçar consensos estratégicos, melhorar medidas e legitimar o próprio plano como um documento que não é partidário, mas, sim, um plano do Estado.

Sim, este plano está orientado para garantir, com estratégia, intervenções que há muito deveriam pertencer a uma agenda de Governo. Refiro-me à prevenção e gestão das florestas, à proteção civil, ao

SIRESP (Sistema Integrado de Redes de Emergência e Segurança de Portugal), ao combate aos incêndios, à construção das barragens, como a de Girabolhos, por exemplo.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

A Sr.^a **Dulcineia Catarina Moura** (PSD): — Não, não é *marketing* ou propaganda. É agir em prol de um futuro melhor, é recuperar, proteger e responder.

Aplausos do PSD.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, a articulação do PTRR com outros instrumentos estratégicos nacionais e europeus, e também com o próprio Programa do Governo, é a prova de que existe coerência política e programática, a par de uma coerência temporal que garantirá a necessária sustentabilidade das medidas. Essa mesma articulação não compromete nem substitui esses instrumentos financeiros; antes pelo contrário, complementam-se e, em alguns casos, reforçam-se e aceleram a própria execução.

Por esse motivo, importa salientar que quer o Programa do Governo quer a sua Agenda Transformadora permanecerão como o guia estratégico da ação política, em coerência com os objetivos do PTRR. E são exemplos disso: o investimento nas infraestruturas de transporte rodoviário e ferroviário; o investimento na habitação pública, na defesa, nos equipamentos de saúde e educação; a criação de um fundo de catástrofes naturais e sísmicas; o investimento na coesão territorial e o reconhecimento da importância do poder local autárquico e, em concreto, das juntas de freguesia, através da garantia de meios de comunicação que funcionem em cenários de catástrofe.

Finalmente, sobre a sua monitorização e acompanhamento, recorde que foi por iniciativa do Grupo Parlamentar do PSD que se aprovou, nesta Câmara, o projeto de resolução para a criação de uma comissão eventual de acompanhamento do PTRR.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Ora essa!

A Sr.^a **Dulcineia Catarina Moura** (PSD): — O PSD, quer no Governo, quer no Parlamento, tem bem clara e definida a sua posição e a sua conduta: com verdade, transparência, rigor e vontade, as pessoas serão sempre o foco da nossa ação política.

E celebramos hoje 52 anos ao serviço da democracia e ao serviço de Portugal.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — A Sr.^a Deputada Dulcineia Catarina Moura tem sete pedidos de esclarecimento. Admito que queira responder em dois grupos. É isso, Sr.^a Deputada?

A Sr.^a **Dulcineia Catarina Moura** (PSD): — Sim, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Para o primeiro pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Mário Amorim Lopes.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr.^a Deputada Dulcineia Moura, antes de mais, deixe-me felicitá-la, não a si, mas ao PSD pelos 52 anos que hoje faz.

Vozes do PSD: — Obrigada!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Fica o reconhecimento público.

Há 52 anos, o PSD queria aderir à Internacional Socialista. Teve, aliás, nas suas fileiras da JSD (Juventude Social Democrata) Paulo Portas, que dirigia um jornal chamado *Pelo Socialismo*. Entretanto, o PSD cresceu e evoluiu. Portanto, muitos parabéns, Sr.^a Deputada, e a todo o PSD.

Risos da IL.

Quanto ao PTRRR, plano de transformação, recuperação, resiliência e reciclagem, Sr.^a Deputada, eu fui comparar aquilo que está no PTRR com o que está no Programa do Governo de 2025 e com o Programa Eleitoral também de 2025 e já agora de 2024. E o que é que nós encontramos? «Água que Une» está em todos, exatamente as mesmas oito medidas no domínio da água. «Construir Portugal», na área da habitação, está em todos. O programa «Acelerar a Economia» está em quase todos. O plano Floresta 2050, o Plano de Intervenção para a Floresta, está em todos. A Estratégia Digital Nacional também está em todos. Enfim, estão todos em todos, não vou exaustivamente percorrer a lista.

E há, aliás, um aspeto particularmente engraçado. É que há uma frase que é quase copiada *verbatim*. No PTRR, no que concerne à cibersegurança e à Estratégia Nacional de Segurança do Ciberespaço, diz que inclui «elaborar [...] o quadro de referência para a cibersegurança e o plano nacional de resposta a crises». Já no Programa do Governo aparece a seguinte formulação: «Elaborar e implementar uma estratégia nacional de segurança do ciberespaço, um quadro de referência para a cibersegurança e um plano nacional de resposta a crises.» Portanto, esta foi copiada *verbatim* do programa eleitoral.

Sr.^a Deputada, muito bem, estamos a reciclar medidas, nada contra, mas a pergunta que tenho para si é: como é que o Governo vai mesmo executar isto? Qual é o plano de ação? Nós sabemos que neste País a burocracia estrangula tudo, o que depois impede a devida execução das medidas. E era sobre isso que nós gostaríamos de saber. Que instrumentos é que o Governo vai usar para, de facto, implementar aquilo que está aqui a propor e para que não tenhamos de estar, daqui a uns tempos, novamente, a apresentar o novo PTRR ao quadrado, que no fundo mais não seria do que um ecoponto do Programa Eleitoral do PSD?

Aplausos da IL.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Para um pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Fazenda, do Partido Socialista.

O Sr. **Nuno Fazenda** (PS): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr.^a Deputada Dulcineia Catarina Moura, passaram-se mais de três meses desde as tempestades que assolaram o País e, três meses depois, há ainda famílias que aguardam o apoio de 5000 € para recuperar o seu telhado, há ainda famílias que aguardam os apoios para as casas que foram destruídas. Há negócios que foram destruídos e que não estão recuperados e há apoios que não chegam às pessoas, às famílias e aos territórios. E o Governo, em vez de tudo fazer para fazer chegar esses apoios às pessoas, aquilo que faz é apresentar um plano em Lisboa, com um valor de 22,6 mil milhões de euros com projetos para 2034.

Portanto, dito de um modo simples, não há apoios de 5000 € para as famílias, mas há um plano de 22 mil milhões de euros. Ora, isto revela bem a falta de noção da realidade por parte do PSD e do Governo. Há uma falta de noção, há insensibilidade.

Aplausos do PS.

O Governo reconhece que as coisas não estão a correr bem. O Governo reconhece que as coisas não estão a correr bem pela voz até do Sr. Ministro da Economia e da Coesão Territorial, mas a verdade é que nunca assume a responsabilidade. A culpa é sempre dos outros.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora!

O Sr. **Nuno Fazenda** (PS): — É dos autarcas, é dos concursos, é dos técnicos que não existem,...

O Sr. **Firmino Ferreira** (PSD): — É do PS!

O Sr. **Nuno Fazenda** (PS): — ... é do PS, é dos oito anos. Nunca assume a responsabilidade dos dois anos de governação e daquilo que tem de fazer!

Aplausos do PS.

Por isso, o Governo, em vez de concentrar as suas energias em concretizar apoios e planos — planos que falharam na saúde, que falharam na habitação, que falharam na educação, que falharam na economia —, apresenta um PTRR com três grupos de medidas. Medidas requeentadas que foram ao micro-ondas, medidas de curto prazo que não avançam e medidas com intenções para 2034.

Ora, o País não precisa de planos vazios, o País precisa de ação.

A pergunta é muito simples, Sr.^a Deputada: o que é que o PSD tem a dizer a alguém que aguarda há três meses por um apoio de 5000 € para o telhado, quando o Governo, ao mesmo tempo, apresenta um plano de 22 mil milhões de euros com intenções para 2034?

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Tem a palavra, para um pedido de esclarecimento, o Sr. Deputado Eduardo Teixeira, do Chega.

O Sr. **Eduardo Teixeira** (CH): — Sr. Presidente, queria cumprimentar a Sr.^a Deputada Dulcineia Moura pelo tema que trouxe. É, de facto, um tema relevante, mas pensei que vinha trazer mais alguma novidade que o Governo não trouxe.

O Sr. **Ricardo Carvalho** (PSD): — Quem governa é o Governo!

O Sr. **Eduardo Teixeira** (CH): — O seu discurso foi vazio, como foi o discurso do Primeiro-Ministro e o discurso do PSD sobre esta matéria. Não disse nada!

Aplausos do CH.

E, pedindo-lhe desculpa, tenho de lhe fazer algumas perguntas.

O Sr. **Firmino Ferreira** (PSD): — Tem mesmo de pedir desculpa!

O Sr. **Eduardo Teixeira** (CH): — Este foi um plano de *marketing* que o Governo apresentou, um plano de *marketing* que agora a Sr.^a Deputada quis reforçar. É uma fraude o que nos apresentaram, porque, destes 22 mil milhões, 8,3 mil milhões é que competem ao Estado.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

O Sr. **Eduardo Teixeira** (CH): — E todos eles recauchutados, todos eles montantes que vêm de um PRR (Plano de Recuperação e Resiliência) falhado,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Eduardo Teixeira** (CH): — ... que não cumpriu a sua missão numa outra pandemia em Portugal. Agora vêm as catástrofes, o comboio de catástrofes que iniciou este ano.

O Sr. **Ricardo Carvalho** (PSD): — Está 60 % assegurado!

O Sr. **Eduardo Teixeira** (CH): — Há portugueses sem luz, há portugueses que têm telhados por recuperar, e a Sr.^a Deputada trouxe-nos uma mão cheia de nada e outra de coisa alguma.

O Sr. **Ricardo Carvalho** (PSD): — Mas agora é o grupo parlamentar que governa?

O Sr. **Eduardo Teixeira** (CH): — São apenas e só 19 % de fundos comunitários. Mas faço-lhe uma pergunta: quanto dos fundos comunitários vem do PRR?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

O Sr. **Eduardo Teixeira** (CH): — Não são 4 %, como diz o Sr. Ministro, são muitos mais. Na verdade, a calendarização a 9 anos é algo que é um plano absolutamente de *marketing* e cheia a propaganda política.

Sr.^a Deputada, como vice-presidente dessa bancada para essa área, tinha a obrigação de colmatar a falha do Sr. Primeiro-Ministro e trazer aqui muitas mais novidades.

Referiu a Agenda Transformadora, mas não disse quase nada. São chavões que marcam este PTRR. Mais uma vez, Portugal sairá penalizado.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Eduardo Teixeira** (CH): — Nós estamos ao vosso lado, se quiserem, para criar soluções reais, para recuperar o País,...

Aplausos do CH.

... para transformar o País, para criar resiliência, mas não para fazer política que não é para os portugueses e é apenas para um *show-off* para criar governabilidade a pensar em eleições.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Tem a palavra, para um pedido de esclarecimento, o Sr. Deputado Fabian Figueiredo, do Bloco de Esquerda.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr. Presidente, Sr.^a Deputada Dulcineia Moura, o PSD vem aqui hoje apresentar o PTRR como se fosse uma novidade. Vamos aos factos.

Primeiro, segundo as contas, este será o 25.^o plano que o Governo apresenta, o que dá cerca de um plano a cada 15 dias. Pode dizer-se que a AD o que tem em planos falta em execução.

Depois, olha-se para este plano e as medidas emblemáticas que contém e, curiosamente, ignora o facto de o País ter passado por um terrível comboio de tempestades. Dois terços já estavam inscritos no Orçamento do Estado. Isto é um plano de pura propaganda.

Protestos do Deputado do PSD Ricardo Carvalho.

A sigla PTRR não podia estar mais errada. Isto é um verdadeiro PPP — plano de pura propaganda. Ignora-se olímpicamente que o País tenha passado por uma terrível catástrofe climática e o que se faz é um exercício de propaganda mediática, quando devia haver execução, reflexão e mudança profunda.

Terceiro, nós ouvimos aqui *n* vezes o Governo, os responsáveis ministeriais, os Srs. Deputados do PSD e do CDS dizer que iriam pagar os apoios em tempo recorde. Ainda hoje, ouvimos autarcas do PSD dizer que os apoios não chegaram. Em Leiria, só chegaram 8 % dos apoios.

Protestos do Deputado do PSD Ricardo Carvalho.

Três meses depois, onde é que está a promessa de pagar em 15 dias, Sr.^a Deputada? Era nesta altura que o Governo devia mostrar que consegue executar a tempo e horas e não refugiar-se, uma vez mais, atrás de um lamentável exercício de propaganda.

Protestos do Deputado do PSD Ricardo Carvalho.

É caso para dizer: o Luís diz trabalhar muito, mas os resultados são manifestamente fracos.

Pergunto-lhe, Sr.^a Deputada: quantos mais planos é que o Governo vai apresentar até as gentes de Leiria receberem os apoios que o próprio Governo prometeu dar em 15 dias?

Protestos do Deputado do PSD Ricardo Carvalho.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Sr.^a Deputada Dulcineia Catarina Moura, faça favor, para responder a estes primeiros quatro pedidos de esclarecimento.

A Sr.^a **Dulcineia Catarina Moura** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Mário Amorim Lopes, antes de mais, também lhe agradeço as felicitações que nos são dirigidas por estes 52 anos do Partido Social Democrata.

O senhor acrescentou um R de reciclagem. Bem, é da sua autoria, vincula-o a si essa componente da reciclagem, mas é uma preocupação importante. Podia ter piada, mas, pronto, não teve.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Exato! Podia, mas não teve!

A Sr.^a **Dulcineia Catarina Moura** (PSD): — Em relação à questão do Programa do Governo e à repetição de iniciativas no PTRR — sem o R de reciclagem, tiremos-lhe a reciclagem —, isto significa o quê, Sr. Deputado? Significa coerência, significa foco na ação política, diria eu, e significa, neste caso, que há um sentido programático e uma vontade de cumprir. Há, certamente, e pode crer que há. Vamos falar dentro de alguns meses e vamos ver se se cumpre, ou não, a Agenda Transformadora deste Governo.

Em relação ao Sr. Deputado Nuno Fazenda, passaram mais de três meses, Sr. Deputado. Nós os dois conhecemo-nos bem e eu sei qual é o seu círculo eleitoral. Não vamos falar de planos. Se calhar, é melhor não, porque depois o senhor fica mal visto. Vamos falar do plano de revitalização da Serra da Estrela?!

Aplausos do PSD.

Protestos do PS.

É isso, Sr. Deputado, não vamos falar de planos.
Mas, olhe, Sr. Deputado, vou dizer-lhe...

O Sr. **Nuno Fazenda** (PS): — Dois anos! Não há dinheiro! É só avanços!...

A Sr.^a **Dulcineia Catarina Moura** (PSD): — Está a falar de dois anos, daquela resolução do Conselho de Ministros, já depois da derrota eleitoral? Não vamos por aí. Sem nunca ter inscrito a verba em Orçamento? Ai, Sr. Deputado, não vamos por aí, senão assim ainda sai envergonhado e é melhor não.

Sr. Deputado Nuno Fazenda, quero dizer-lhe que há um compromisso político e, até agora, o Grupo Parlamentar do PSD não tem porque duvidar. Há um compromisso político, com toda a humildade, de que os pagamentos serão efetuados até ao dia 30 de junho de 2026.

Em relação à culpa dos incumprimentos, bem, vamos falar de incumprimentos do Partido Socialista, porque nós herdámos aquilo que herdámos do Partido Socialista. A culpa é de quem? Nós não podemos culpar o Partido Socialista, mas vamos culpar quem? Temos de arranjar um culpado para isso.

Protestos do PS, do BE e do L.

Se quer falar de falhanços, Sr. Deputado, vou voltar a recordar que vamos falar do falhanço do Governo socialista, nos incumprimentos do Governo socialista. Falaremos dentro de uns meses e veremos se, até ao dia 30 de junho, não serão efetuados os pagamentos.

Aplausos do PSD.

Sr. Deputado Eduardo Teixeira, hoje perdeu a bela oportunidade de ficar em silêncio. Não lhe digo para ficar calado, mas digo para ficar em silêncio, com todo o respeito.

Perdeu uma oportunidade, porque fala de discurso vazio, mas eu vou dizer-lhe, Sr. Deputado, que o senhor falou, falou, falou, esgotou o tempo e foi tão vazio, tão vazio, em tudo aquilo que disse. Só fala de um plano de *marketing* e propaganda. Veja lá se o Chega consegue ser um bocadinho mais original, apresentar soluções para o País e apresentar soluções para o PTRR, porque o PTRR teve esta disponibilidade e os senhores não a quiseram aproveitar. Deixe-se de propaganda!

Aplausos do PSD.

O Sr. **Eduardo Teixeira** (CH): — Estivemos na reunião do Primeiro-Ministro e apresentámos a proposta!

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Tem a palavra o Sr. Deputado Alfredo Maia, do PCP, para um pedido de esclarecimento.

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Sr. Presidente, Sr.^a Deputada Dulcineia Catarina Moura, peço-lhe perdão por um breve parênteses, mas é para dar duas notas prévias.

Primeira, dispenso os cuidados do CDS com o destino da minha alma.

Risos do PCP, do BE e de Deputados do PS.

Protestos do Deputado do CDS-PP João Pinho de Almeida.

Segunda, não sabia que o CDS patrulha as minhas leituras.

Risos do PCP e do BE.

Protestos do Deputado do CDS-PP Paulo Núncio.

E agora prossigo, Sr.^a Deputada, com a consideração que sabe que tenho por si, com a seguinte apreciação: nós estivemos perante mais um número de propaganda e de fraude política.

Esta propaganda procura iludir o que já toda a gente percebeu: anúncios atrás de anúncios, são muitos, mas não chegam às pessoas, não chegam às famílias, não chegam às empresas, não chegam às autarquias. As autarquias estão hoje já com graves problemas de liquidez e de liquidez comprometida.

O Sr. **Ricardo Carvalho** (PSD): — Têm excedente! A administração local tem excedente!

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Há micro e pequenas empresas sem acesso a medidas, nenhuma espécie de medidas, e milhares de pessoas sem comunicações.

Três meses depois das tempestades, muito, mas mesmo muito, continua por fazer, em termos de reconstrução, apoio às empresas, limpeza da floresta, apoio às autarquias. Trata-se, de facto, de anúncios reciclados, que atiram lá para 2034 as respostas, para fugir ao que não está a ser concretizado e devia ser.

As perguntas à Sr.^a Deputada são as seguintes: qual é a mobilização real e atempada de recursos que o País precisa de fazer para responder às intempéries? E como é que vai apoiar, de facto, as micro e pequenas empresas e as famílias e, já agora, o pequeno comércio, que estão afastados destes apoios?

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Julgo que o Sr. Deputado Hugo Soares quer fazer uma interpelação à Mesa.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Isso mesmo, Sr. Presidente, sobre a condução dos trabalhos.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Sobre a condução dos trabalhos, faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, é apenas para notar o seguinte: o Sr. Deputado Alfredo Maia, e bem, no uso da palavra, conforme o Regimento lhe atribui, preferiu, antes de fazer perguntas à Deputada Dulcineia Moura, dirigir-se ao Deputado do CDS.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Está tudo certo!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Isso está tudo certo. Não há sobre isso problema nenhum, porque o uso da palavra é da competência exclusiva do Sr. Deputado.

Porém, queria apenas alertar a Mesa e a Câmara para que não tem sido assim nem o entendimento da Mesa nem o entendimento das bancadas da esquerda.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É verdade!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Quando deste lado ou do Governo acontece precisamente o mesmo, já houve, nesta Câmara, grandes indignações. Ora, eu quero dizer que não me indigno e que aquilo que o Sr. Deputado fez foi bem feito, mas aquilo que serve para um serve para todos.

Aplausos da PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Muito obrigado, Sr. Deputado, a Mesa toma nota da sua chamada de atenção.

O Sr. Deputado Alfredo Maia está a pedir a palavra para que efeito?

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Para uma interpelação à Mesa sobre a condução dos trabalhos.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Sr. Presidente, é para dar nota do seguinte à Mesa: eu, quando pedi licença à Sr.^a Deputada Dulcineia Catarina Moura...

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Está tudo certo! Está tudo certo!

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — ... para fazer um parênteses, não foi apenas por consideração à Sr.^a Deputada, que, como disse, é muita, foi sobretudo por consideração para com a Mesa e com o Plenário.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Obrigado, Sr. Deputado. Espero que esteja...

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — A conversa não é contigo!

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Sr. Deputado Rui Tavares, também é sobre a condução dos trabalhos?

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Sim, Sr. Presidente. É um pedido de interpelação à Mesa sobre a condução dos trabalhos, nos mesmos termos realizados anteriormente.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — A conversa não é contigo! Senta-te lá!

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Sr. Presidente, tendo em conta que a interpelação do Sr. Deputado Hugo Soares foi não só acerca da condução dos trabalhos neste ponto, mas também em relação a situações anteriores, cumpre-me dizer que há uma distinção entre debates diferentes, que têm regras diferentes,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Isto não é uma interpelação à Mesa! Está calado!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — ... que são definidas pela Conferência de Líderes, onde o Sr. Deputado Hugo Soares está — e eu continuarei a fazer a minha interpelação, ainda que alguns a pretendam interromper —, e conhece-as bem. E, precisamente porque ajuda a defini-las na Conferência de Líderes, deve também ter a hombridade de saber que, em debates por rondas, em que é o Governo a ser questionado, o Governo tem uma obrigação, até constitucional, de resposta perante a fiscalização do Parlamento,...

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Sr. Deputado, já percebemos.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Isto é o quê?!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — ... o que em tudo se distingue de um debate de declarações políticas, em que os Deputados exercem livremente o seu mandato, como o Sr. Deputado Hugo Soares muito bem sabe.

Aplausos do L.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Vergonha! Tens de dizer sempre alguma coisa!

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Srs. Deputados, eu pedia o favor de não eternizarmos este debate com interpelações à Mesa sucessivas. Eu daria por encerrado, senão entramos em histórico...

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Bem, o Sr. Deputado Hugo Soares não quer dar por encerrado. Então, faça favor de dizer, Sr. Deputado.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sr. Presidente, é precisamente nos mesmos termos, sobre a condução dos trabalhos.

De facto, não valia a pena continuarmos este debate, mas foi o Sr. Deputado Rui Tavares que o quis eternizar.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Era para dizer que estava cá! Chegou agora!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Quero apenas dizer à Mesa o seguinte: o Sr. Deputado Rui Tavares não sabe mesmo do que fala,...

Vozes do PSD: — Pois não!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Pois não! Devia estar calado!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — ... porque o que diz o Regimento, sobre este debate que estamos hoje a fazer, é que as questões que os Srs. Deputados devem fazer é às declarações políticas daqueles Deputados que intervieram naquele momento, não é aos que intervieram anteriormente.

Contudo, como os Srs. Deputados são donos de usar a palavra como entenderem, nós entendemos que o Sr. Deputado Alfredo Maia fez muito bem. Aquilo que o Sr. Deputado Rui Tavares não pode ter é dois critérios, mas nós estamos habituados, mesmo muito habituados, a que o Livre tenha dois pesos e duas medidas, conforme lhe convém. É a chamada «literacia de quando convém apenas ao Livre».

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Srs. Deputados, queria pedir a todas as bancadas que se contivessem, porque senão não saímos daqui. Não faz sentido!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — A conversa não é contigo! A conversa não é contigo! Vai-te embora!

Protestos do Deputado do PSD Cristóvão Norte e contraprotestos do Deputado do CH Pedro Pinto.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Srs. Deputados, diálogo é que não!

O Sr. Deputado Rui Tavares pediu a palavra. Faça favor.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Muito obrigado, Sr. Presidente, e obrigado por esta condução dos trabalhos, que dá os mesmos direitos iguais a todos os Deputados para intervirem, nos mesmos termos que os anteriores intervieram.

É preciso acrescentar ao respeito pela Constituição e pelo papel da separação de poderes neste Parlamento, que faz com que não seja de todo a mesma coisa o papel de um Deputado e o papel de um Ministro, que têm a obrigação de resposta aos Deputados desta Casa que para aí são eleitos, o respeito pela honestidade intelectual, da maneira como o debate é apresentado nesta Casa. O Sr. Deputado Hugo Soares,...

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Sr. Deputado, a Mesa já entendeu.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — ... basicamente, tem de se ater aos termos do debate e respeitar os colegas naquilo que eles disseram anteriormente.

Aplausos do L.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Enfiaste o barrete todo!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Comigo não fazes farinha, Hugo!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Mauzão!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Não fazes, não!

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Cala-te! Cala-te!

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Tem a palavra agora, para um pedido de esclarecimento, a Sr.^a Deputada Patrícia Gonçalves, do Livre, se os Srs. Deputados, finalmente...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Mauzão! O aiatola mauzão!

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Vergonha!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Falem, falem!

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Ó Sr. Deputado Rui Tavares, a sua colega de bancada quer falar, imagino que queira intervir e em silêncio. Faça favor, Sr.^a Deputada.

Protestos do Deputado do L Rui Tavares e contraprotestos do CH.

Srs. Deputados!

Sr.^a Deputada Patrícia Gonçalves, faça favor, para um pedido de esclarecimento.

A Sr.^a **Patrícia Gonçalves** (L): — Sr. Presidente, Sr.^a Deputada Dulcineia Moura, o PTRR tem mais de 22 mil milhões de euros para aplicar durante oito anos, mas, de facto, muito pouco aparenta ser investimento novo. Muito já estava previsto, desconhecendo-se quanto dependerá de privados e concessões, quanto virá de fundos europeus, que viriam de qualquer forma, e quanto será pago, no fim, por consumidores contribuintes ou autarquias.

Por isso, pergunto à Sr.^a Deputada: onde está esse investimento novo? O PSD já sabe?

E, sim, o PTRR tem 3 pilares, 15 domínios e 96 medidas. Quando um plano quer reconstruir casas, proteger infraestruturas, reforçar redes energéticas, rever seguros, capacitar municípios, melhorar comunicações, apoiar floresta, água, proteção civil e ainda pensar o País até 2034, deixa de ser claro qual é a prioridade. É tudo prioridade, não é?

Quando tudo é importante, nada é importante, e este plano, que quer ser tudo, arrisca-se a não servir para nada de novo.

Por exemplo, a adaptação para as alterações climáticas, que devia ser a espinha dorsal deste plano, aqui aparece diluída numa lista demasiadamente vasta e não se percebe onde está.

Por isso, pergunto também outra coisa à Sr.^a Deputada. Foi anunciada a criação de uma agência para a gestão do PTRR, entre 2026 e 2034, o que saudamos, pois concentrar a gestão destes de 22 mil milhões de euros e fazer obra não exige menos. Contudo, pouco ou nada sabemos sobre qual vai ser a estrutura de governança da agência, as suas prioridades e o seu calendário. Quando vão chegar estes milhões aos bolsos dos portugueses? Quando é que eles vão começar a resolver os problemas? Sabem responder-nos hoje a estas perguntas ou teremos de esperar mais três meses, como esperámos pelo início do programa e da criação desta agência?

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Tem a palavra o Sr. Deputado João Almeida, do CDS, para um pedido de esclarecimento.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.^a Deputada Dulcineia Catarina Moura, em primeiro lugar, queria também cumprimentá-la a si e a toda a bancada pelo aniversário do PSD.

Queria dizer-lhe que achei, quando percebi que era o último a interpelá-la, que provavelmente, no meu tempo, iria ter de dar resposta às inúmeras propostas e insuficiências que iam ser apontadas pelas outras bancadas ao programa. É normal. É normal que as oposições, quando o Governo apresenta um programa, primeiro, critiquem, e, segundo, apontem as insuficiências e as alternativas. Zero.

Portanto, eu tenho uma pergunta para lhe fazer, e ainda bem que vai ter tempo para responder, porque, de facto, aos outros partidos não há grande coisa para responder.

Porém, queria, antes disso, também assinalar outra coisa. Há uma máxima na política que não falha: quando a oposição diz que as medidas são populistas, eleitoralistas ou de propaganda, normalmente é sinal que se está a fazer bem. Normalmente, é sinal que se está a fazer bem, porque, se as medidas não fossem boas, não diziam que elas eram propaganda. Diziam que eram erradas e diziam porque é que eram erradas. Não disseram.

Portanto, relativamente ao PTRR e ao facto de ser um programa que tem essa característica de ir ao encontro das necessidades concretas da economia nacional, há uma grande diferença, em relação ao desenho inicial do PRR, feito pelo Governo do Partido Socialista — e era sobre isso que eu a queria questionar —, que é o envolvimento dos privados.

Quando se diz «ah, porque parte do dinheiro é privado», não é parte do dinheiro que é privado.

Quando se abre a dimensão privada no PTRR, está-se a fazer concessões e PPP (parceria público-privada) — que, infelizmente, o Partido Socialista abandonou —, que são soluções positivas para rentabilizar os recursos públicos, com o envolvimento dos privados.

Portanto, concretamente, o que lhe pergunto é isto. É ou não é um dos propósitos do PTRR não cometer o erro do PRR, no desenho socialista, de virar exclusivamente para a Administração Pública e depois não ter efeito multiplicador na economia, mas antes envolver os privados para, assim sim, ter não só o efeito multiplicador na economia, mas também captar recursos privados para missões de serviço público no sentido de valorizar esses recursos públicos.

Aplausos do CDS-PP.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Para responder a este último grupo de pedidos de esclarecimento, tem a palavra a Sr.^a Deputada Dulcineia Catarina Moura.

A Sr.^a **Dulcineia Catarina Moura** (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, há pouco não respondi ao Sr. Deputado Fabian Figueiredo, mas consigo responder-lhe agora, tal como ao Sr. Deputado Alfredo Maia, porque as questões vão no mesmo sentido.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Já foi embora!

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Já cá não está!

A Sr.^a **Dulcineia Catarina Moura** (PSD): — Por isso mesmo. Respondo ao Sr. Deputado Alfredo Maia e há de chegar-lhe a resposta.

Risos do CH.

Falavam de mais um plano, dizendo que se não se planeasse talvez fosse melhor. Portanto, parece que a esquerda deve ser contra o planeamento e acho que fazem mal em ser contra esse planeamento. Mas quero dizer-lhe desde já que 5,3 mil milhões de euros foram destinados para uma resposta imediata. Por isso, sim, há execução; sim, há mudança; sim, há poder de transformação do País para que seja mais resiliente e para que esteja mais em sintonia com futuros cenários de catástrofes naturais.

Se calhar, até vou retribuir. Em vez de responder, pergunto se se recordam do tempo da geringonça e dos pagamentos a tempo e horas. É que eu não tenho essa lembrança. Não tenho essa memória de pagamentos a tempo e horas, no tempo da geringonça.

Sr.^a Deputada Patrícia Gonçalves, o PTRR tem essa verba de mais de 22,6 mil milhões de euros e o horizonte temporal que está no documento é de nove anos, Sr.^a Deputada. Pode não fazer diferença, mas temos de ser corretos naquilo que dizemos.

Diz também que é sem planificação, mas existem prioridades, Sr.^a Deputada. O próprio documento está detalhado de acordo com as prioridades. E o pilar «Recuperar» é precisamente o pilar cimeiro do PTRR, porque é preciso efetivamente recuperar o País e prepará-lo para desafios futuros.

Sobre a agência e os custos da agência, retribuo algumas perguntas. Isto porque o Livre apresentou uma proposta para a constituição de uma agência com a mesma finalidade. Assim, pergunto: já estimaram os custos? Os custos ficam para o Governo assumir? É que assim podemos fazer esse encontro de contas e chegar a uma conclusão.

O Sr. **Ricardo Carvalho** (PSD): — Muito bem!

Protestos do Deputado do L Rui Tavares.

A Sr.^a **Dulcineia Catarina Moura** (PSD): — Sr. Deputado João Almeida, do CDS, tem toda a razão. Agradeço-lhe os comentários que fez e corroboro o que acabou de dizer. Acho que estamos no caminho certo. É sinal de que o País está a mudar e está a mudar para melhor. Graças a este Governo da AD, é possível concretizar e tem sido possível transformar Portugal num país melhor.

Efetivamente, este cenário do comboio das tempestades não era esperado, não era desejado por ninguém, pelo que, naturalmente, o Governo teve de agir e teve de agir de imediato. Mas apresentou o PTRR, que é um documento — e em boa hora o Sr. Primeiro-Ministro o disse, no dia da sua apresentação — sem reciclagem. O PTRR é um documento com flexibilidade para ser adaptado e ajustado a cada momento.

E há uma diferença entre o PTRR e o desenho do PRR do Partido Socialista. Aliás, há mais diferenças. Houve uma auscultação muito óbvia, muito clara, muito transparente e muito íntegra. Não queremos cometer os erros do passado, por isso olhamos para os maus exemplos do passado e não queremos repeti-los. Queremos seguir um caminho bem melhor para o País.

Aplausos do PSD.

Entretanto, assumiu a presidência o Vice-Presidente Rodrigo Saraiva.

O Sr. **Presidente**: — A próxima declaração política é do Grupo Parlamentar do Chega. Tem a palavra o Sr. Deputado Daniel Teixeira.

O Sr. **Daniel Teixeira** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, com 52 anos, o PSD celebra mais um aniversário. Mas o facto é que não há grande motivo para a celebração. Isto porque, ao dia de hoje, há uma certeza entre o povo português: a de que o Estado português é incompetente. É extremamente incompetente e tem sido incompetente.

O PTRR é mais uma prova dessa mesma incompetência. Foi apresentado de forma ambiciosa, quase que como uma epopeia, mas deixa muito a desejar.

O Sr. **Francisco Gomes** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Daniel Teixeira** (CH): — E deixa a desejar porque, ao contrário daquilo que aparenta, o País real está totalmente desfasado da visão da AD. O País continua fragilizado e continua sem respostas. Continua, inclusive, sem ter resposta para os seus, para aqueles que, mesmo no meio de uma tempestade, se levantam cedo, acordam, dão tudo de si, trabalham e permitem sustentar o País que todos aqui, batendo no peito, afirmamos amar.

Ora, todos estes — todos estes! —, quando mais precisaram, ficaram totalmente postos de parte, foram totalmente abandonados. Por isso, deixamos uma palavra de força e dizemos que poderão sempre contar com o nosso contributo.

Aplausos do CH.

De facto, há uma verdade que é inegável, Srs. Deputados. Três meses passados, depois das tempestades, existem ainda portugueses que não têm comunicações, empresas que estão fechadas, famílias que foram deslocadas e comunidades inteiras ainda à espera de uma única palavra.

Perante esta realidade, o Governo apresenta-nos então este plano. Temos 22,6 mil milhões de euros, um número que numa primeira instância impressiona, mas que, ao ser destrinçado, rapidamente nos deixa perceber que tem pouca substância.

Uma coisa é óbvia, o problema de Portugal nunca foi a falta de planos. De facto, foram já 25 os planos apresentados por este Governo. O problema de Portugal sempre foi a execução desses mesmos planos. O País tinha a enorme expectativa de que poderia avançar, de que este mesmo plano traria uma maior robustez às empresas, às famílias. No entanto, na prática, isso não aconteceu. Não se define critérios, não se define um calendário específico, não se atribui metas. Deixa por isso um enorme vazio.

Este PTRR começa, inclusive, como resposta a uma catástrofe, mas estende-se a um número exagerado de áreas. Ora, sabemos que quando se tenta dar resposta a tudo, quando tudo lá cabe, o que acontece na prática é que nada é prioridade. Nessa ótica, quem perde são as pessoas. Falo das pessoas que perderam as suas casas, das empresas que perderam as suas estruturas. Para esses, o Governo dá, mais uma vez, uma enorme mão cheia de nada.

Este programa não se diferencia dos outros já apresentados. Não se diferencia nem daqueles apresentados por este mesmo Governo, como foi o caso do programa para a saúde em 60 dias, nem de outros apresentados pelo Partido Socialista, em oito anos. Dão com uma mão e sacam com a outra. Essas são as mãos do sistema, sempre bem representadas tanto por socialistas como por sociais-democratas.

Aplausos do CH.

Srs. Deputados, quando nem o básico se consegue definir — o quando, o como e o onde —, quando nem isso é possível definir, como é o caso deste programa, então o que é mais provável que aconteça, e a história tem-no demonstrado, é que os portugueses venham a receber, mais uma vez, um sólido e redondo nada.

Surge um outro ponto. O Governo prometeu, desde o início, que um dos pilares deste mesmo plano seria a redução da burocracia. Não sei por onde é que tem andado o Ministro Gonçalo Matias. Não sei, de facto. Foi-nos apresentado como sendo um Elon Musk 2.0, mas muito pouco tem feito ainda, tal como muito pouco tem feito também o Governo.

Por isso, lanço um desafio: que qualquer Deputado do PSD, ou quiçá um jornalista, possa apontar neste programa uma medida que reduza a burocracia. É que nem nós encontramos, nem vocês encontrarão, nem qualquer português lá em casa encontrará. Não encontrará, de facto.

Aplausos do CH.

Srs. Deputados, deixo outra questão. Houve um conjunto de empresas, sobretudo na zona Centro, que perderam a sua capacidade tanto para produzir como para exportar e também para se organizarem. E o Governo não dá resposta a estas situações, mas apresenta uma solução. E que solução é essa? Pasmese! A solução é mais endividamento, através — diz o programa — de linhas de financiamento à banca e a seguradoras. Ora, naturalmente que isto irá resultar numa enorme asfixia. Mais uma vez, é um total desprezo, é verdadeiramente um ataque à dignidade daqueles que arriscam e empreendem para gerar riqueza, essa riqueza que nos traz a este lugar e que nos permite estar aqui a servir o País.

Temos ainda o ponto do financiamento, que não é claro. A Deputada Dulcineia falou há pouco da questão dos fundos europeus, mas até nisso não sabemos quando é que esses fundos serão pagos nem sabemos sequer se serão pagos.

Depois, temos ainda duas cerejas no topo do bolo. Em primeiro lugar, a da criação de uma agência. Mais uma agência que será criada para controlar, para ter domínio sobre este plano. Mais uma, como se não bastassem as que já foram criadas.

Ainda assim — pasme-se! —, o Primeiro-Ministro apresentou uma ideia genial. Disse que iria criar uma plataforma que fosse acessível a todos os cidadãos, para que os cidadãos pudessem dar os seus contributos e apresentar as suas ideias.

Ora, uma coisa é clara: se há povo que já tem contribuído é o povo português; se há povo que já tem dado muito de si é o povo português. E o povo português deu a confiança ao atual Governo para trabalhar e para

transformar Portugal. Não é necessário criar mais uma plataforma. É só necessário, de uma vez por todas, o Luís acordar, despertar e trabalhar.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — O Sr. Deputado tem dois pedidos de esclarecimento. Responde em conjunto ou separado?

O Sr. **Daniel Teixeira** (CH): — Em conjunto, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Então, o primeiro pedido de esclarecimento é do Grupo Parlamentar do Partido Socialista. Tem palavra o Sr. Deputado Armando Mourisco, que dispõe de até 2 minutos.

O Sr. **Armando Mourisco** (PS): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Deputado Daniel Teixeira, o Governo, diga-se, com pompa e circunstância, apresentou mais um dos seus planos, desta vez o PTRR. Uma nova operação de *marketing*, sem dinheiro novo, que empacota...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Empacota?!

O Sr. **Armando Mourisco** (PS): — ... as verbas do Orçamento do Estado, os fundos estruturais do PT2030 e o envelope a prever neste próximo quadro plurianual europeu, e que tem, diga-se, em abono da verdade, merecido a desconfiança dos diversos setores: o político, o social, o económico, o da comunicação social e, pasme-se, dos municípios

Muitas dúvidas existem. Uma delas é sobre como é que vai ser financiado, sem o novo balão de oxigénio conforme foi o da bazuca europeia com o PRR. Outra é se a agência a criar vai ser técnica e eficiente ou mais um caso de nomeações políticas, como já estamos habituados. Depois, percebe-se que é um plano em que parte das medidas já constavam de outros planos, planos estes sem execução. Cada vez que surge um problema, o que é que o Governo faz? Um plano e fuga para a frente, perante as dificuldades que tem na governação.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, o crescimento económico é residual. Depois de muitos planos que falharam, depois de tantos anúncios e promessas por cumprir, o povo está desiludido com a falta de resposta à crise dos combustíveis, no cabaz alimentar e na crise da saúde. Aliás, ainda ontem, o jornal *Expresso* tinha como título «SNS em “estado crítico”: dados oficiais mostram menos consultas, menos cirurgias e mais tempo de espera.» Ou seja, o tempo da governação passa e são cada vez mais as promessas por cumprir, com os portugueses a verem a vida andar para trás.

As minhas questões são estas: alguém ainda acredita que vai ser desta vez? Vai, finalmente, ver-se a luz ao fundo do túnel ou vamos ter mais uma vez o «vira o disco e toca o mesmo» e a desculpa de que afinal a nossa incapacidade de governar vem de trás e é do passado?

São estas as questões que nos assaltam e que os portugueses precisam de ver respondidas.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — O próximo pedido de esclarecimento é do Grupo Parlamentar do PSD. Tem a palavra o Sr. Deputado Ricardo Carvalho, que dispõe de até 2 minutos.

O Sr. **Ricardo Carvalho** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Daniel Teixeira, estive a ouvi-lo atentamente.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ainda bem!

O Sr. **Ricardo Carvalho** (PSD): — O debate sobre o PTRR vai longo, mas não posso deixar de ficar um pouco surpreso, porque este plano, ao fim e ao cabo, deveria ser um plano do País e não é um plano única e exclusivamente do Governo. Deveria ser um desígnio nacional. E um desígnio nacional passa obrigatoriamente por contributos de todos os partidos políticos.

Relembro que o PTRR esteve em discussão pública, tendo havido mais de 72 reuniões setoriais. Foram ouvidas as autarquias, as comunidades intermunicipais, as CCDR (Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional), o setor social e os partidos políticos. Ou seja, todos os partidos políticos puderam apresentar as suas propostas. Aliás, o português comum, que nos está a ver lá em casa, podia apresentar a sua própria proposta para este mesmo plano.

Perante isto, pergunto: o plano é assim tão mau? Mas é mau e há propostas de todos os partidos que foram incluídas nesse mesmo plano pelo Governo, ou estamos aqui a dizer mal por dizer mal? Pergunto também: quais foram as propostas do partido Chega? Quais foram as propostas escritas que chegaram ao Governo vindas do Chega?

Vozes do PSD: — Bem lembrado!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muitas!

O Sr. **Ricardo Carvalho** (PSD): — Zero! Zero!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Não é verdade!

O Sr. **Ricardo Carvalho** (PSD): — O Chega continua a ser o partido da bazófia. É uma bazófia!

Aplausos do PSD.

Protestos do CH.

Falam, falam, falam, falam! Mas refiro-me a apresentar propostas, propostas sérias, propostas estruturadas. Quais foram as propostas?

Há cinco propostas do Chega: isenções fiscais no IMI (imposto municipal sobre imóveis) nas zonas afetadas, mas foi na praça pública; *layoff* a 100 %, o Governo era a favor dos 80 %, mas aprovou-se o *layoff* a 100 %; isenções nas portagens, sim, somos responsabilmente contra as isenções nas portagens; fiscalização no combate à fraude, todos fiscalizamos a fraude — aliás, os municípios estão a fazer uma fiscalização dos apoios que têm que dar; reorganização da proteção civil — é o que o Governo está a fazer!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Está a fazer?!

O Sr. **Ricardo Carvalho** (PSD): — Volto a perguntar: quais são as propostas do Chega? Não há propostas do Chega!

Protestos do CH.

Tiveram 6 minutos de tribuna e não sabemos o que é que o Chega pensa. São a favor ou são contra? Qual é a vossa proposta para resolver os problemas do País?

Aplausos do PSD.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Nós cumprimos, vocês não!

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para responder, dispondo de até 3 minutos, tem a palavra o Sr. Deputado Daniel Teixeira.

O Sr. **Daniel Teixeira** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, permitam-me que comece por responder às perguntas do Deputado Armando Mourisco. A primeira nota é para dizer que é caricato ouvir o Partido Socialista falar de transformação e recuperação, até porque se há legado que ele deixou foi de destruição, que é precisamente o contrário.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

Protestos do Deputado do PS Armando Mourisco.

O Sr. **Daniel Teixeira** (CH): — De qualquer forma, as perguntas que me colocou deveriam ter sido feitas precisamente à bancada que sustenta o Governo ou, no limite, ao Ministro que já não está aqui.

Contudo, parece-me importante dizer o seguinte: ouvir o Partido Socialista a falar de nomeações políticas é, no mínimo, caricato, Sr. Deputado.

Em relação ao que foi dito pelo Sr. Deputado Ricardo Carvalho, permita-me que lhe diga, quanto à sua primeira questão, que o Chega já apresentou múltiplas propostas.

O Sr. **Ricardo Carvalho** (PSD): — Quantas?

O Sr. **Daniel Teixeira** (CH): — Olhe, dou-lhe um exemplo em relação à questão da isenção do IMI em zonas afetadas, que, inclusive, foi chumbada aqui no Parlamento. Apresentámos também a proposta para a criação de um fundo, que também foi rejeitada. Falámos encarecidamente sobre o tema das portagens e não obtivemos, de todo, o acompanhamento do Grupo Parlamentar do PSD.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Daniel Teixeira** (CH): — Ou seja, dizer que o Grupo Parlamentar do Chega não trabalha, ou não trabalhou, é uma mentira! E os portugueses já sabem que é mentira.

Aplausos do CH.

Portanto, não é à toa que se há partido que cresce dentro desta Assembleia, dentro deste Parlamento, é precisamente o Chega. E com certeza assim será no futuro.

Mas o senhor apresentou-nos um País que está totalmente desfasado da realidade.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Claro!

O Sr. **Daniel Teixeira** (CH): — Tenho ouvido várias vezes membros do Grupo Parlamentar do PSD a falar sobre Portugal como a grande economia do ano, tal como foi dito pela revista *The Financial Times*,...

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — *The Economist!*

O Sr. **Daniel Teixeira** (CH): — ... *The Economist*, no caso.

Permitam-me só que dê um pequeno exemplo. Regra geral, quando se fala de Índice de Felicidade, a Academia aponta os países nórdicos como os melhores exemplos nessa área. Porquê? Porque são países nos quais a qualidade de vida é consideravelmente elevada. Curiosamente, são países com taxas de suicídio acima da média, quando comparados com o bloco europeu.

Ou seja, isto, para dizer o quê?

Protestos do Deputado do PSD Ricardo Carvalho.

Preste atenção. Isso para dizer o quê? Que a conclusão de um determinado estudo depende de quem o fez e das variáveis analisadas.

Gostaria que o Sr. Deputado saísse daqui, fosse lá fora e dissesse à Maria, ao Carlos, ao Joaquim ou ao Manel que têm a melhor economia da Europa.

Vozes do CH: — Muito bem!

O Sr. **Daniel Teixeira** (CH): — Isso, sim, seria um grande desafio, porque a resposta, garanto-lhe, seria muito clara. Não, não têm! É falso, é mentira e isso em nada nos auxilia na nossa função nem prestigia o trabalho da nossa Assembleia.

Permita-me que dê outro exemplo. Portugal apresenta uma taxa de produtividade 22 % abaixo da média europeia.

Protestos do Deputado do PSD Ricardo Carvalho.

Ora, quando falamos dos salários, sabemos que estão bastante abaixo dessa média. Portanto, é necessário transformar Portugal e poderão sempre contar com o Chega para essa mesma transformação.

O Sr. **Ricardo Carvalho** (PSD): — Vocês são contra a reforma laboral!

O Sr. **Daniel Teixeira** (CH): — Ao contrário daquilo que muitas vezes apontam, se há partido que trabalha muito e que, mais do que trabalhar muito, trabalha bem é esta bancada, é o nosso Grupo Parlamentar.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Vamos passar à declaração política do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, que será feita pelo Sr. Deputado Porfírio Silva, a quem dou a palavra.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Seis minutos de Porfírio Silva, ninguém merece!

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Isto não é o *Twitter*, cuidado!

O Sr. **Porfírio Silva** (PS): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: O Partido Socialista iniciou esta segunda-feira a Rota pelo Ensino e Formação Profissional.

Deputados e dirigentes do PS começaram, no distrito de Braga, esta Rota pelo Ensino e Formação Profissional, que nesta fase nos levará, durante várias semanas, pelo País, a contactar escolas públicas e privadas, centros de formação, instituições de ensino superior, organismos empresariais e sindicais, estudantes e professores, técnicos de orientação. Enfim, toda a comunidade dos que sabem, por experiência vivida, que a formação e o ensino profissional não são uma segunda escolha nem para os menos dotados. É o direito a que cada um seja feliz à sua maneira, para que assim todos enriqueçam o País.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Muito bem!

O Sr. **Porfírio Silva** (PS): — Como sublinhou, no primeiro momento desta Rota pelo Ensino e Formação Profissional, o Secretário-Geral do PS, não é com pacotes laborais retrógrados, que retiram direitos aos trabalhadores, que se resolvem os problemas da economia portuguesa. Mais e melhor emprego para os jovens, mais competitividade para as empresas são objetivos que podemos potenciar valorizando a formação e o ensino profissional.

Aplausos do PS.

Para vencermos a inércia institucional que está a travar a resposta às transformações tecnológicas e sociais, é preciso: combater o desfasamento entre a formação e as necessidades reais das empresas; articular com as associações setoriais e saber que as empresas não têm todas as mesmas necessidades; gerir a rede com rigor institucional e flexibilidade de resposta; não perder de vista a coesão regional; organizar a cooperação efetiva entre os diferentes atores; potenciar as formações pós-secundárias e melhorar a transição dos alunos do profissional para o ensino superior; reforçar e antecipar a orientação vocacional.

Para que tudo isso resulte, é necessário que a formação e o ensino profissional respondam, igualmente, às aspirações dos indivíduos e que abram mundos em vez de limitar caminhos. Que, como propunha Bento de Jesus Caraça, promova a cultura integral do indivíduo ou, nas palavras de um dos empresários que nos acolheram neste primeiro dia da Rota pelo Ensino e Formação Profissional, que «combine ciência e arte, teoria e prática, física e metafísica».

Aplausos do PS.

O ensino e formação profissional, designadamente com os cursos de dupla certificação, contribuiu para democratizar o direito à educação, para reduzir fortemente o abandono escolar precoce, para consolidar o cumprimento da escolaridade obrigatória. Mas é preciso um novo fôlego, e esta iniciativa que o Partido Socialista agora lançou quer ser um contributo para esse desiderato.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, infelizmente, o necessário novo fôlego não virá da reforma «napoleónica» do Ministério da Educação. Pela primeira vez, desde há muitos anos, não há nenhuma estrutura central do Ministério especificamente responsável pelo ensino profissional, tal como não há para a educação de adultos.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Muito bem!

O Sr. **Porfírio Silva** (PS): — O Ministro justifica esta disposição dissolvente dizendo que ela significa que todas as vias são tratadas por igual. Mas não é essa a realidade.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Muito bem!

O Sr. **Porfírio Silva** (PS): — Sabemos como tentaram, anteriormente, matar a educação de adultos, tão importante para criar culturas de aprendizagem intergeracionais. Tal como acontece com o Plano Nacional de Leitura, as prioridades estratégicas acabam dissolvidas na lógica das mega-agências, acabam preteridas pelas urgências das provas, dos exames, dos concursos, dos calendários escolares, da gestão administrativa corrente, das dores de cabeça quotidianas da tutela.

Este Governo herdou uma reforma essencial para a modernização do ensino profissional: os Centros Tecnológicos Especializados. São centenas por todo o País, em andamento, com enquadramento e financiamento garantidos. Mas o Governo descuida a implementação, a ponto de termos ouvido um promotor dizer-nos, neste primeiro dia da rota: «Abrimos o CTE em março de 2025 e ainda não recebemos os 400 000 euros de reembolso do IVA a que temos direito».

Aplausos do PS.

Os ziguezagues em matéria de acesso ao ensino superior acabam por destapar os velhos preconceitos. Em agosto, era para manter o regime vigente, porque ele garantia qualidade, rigor e exigência. Em outubro, as duas provas de acesso até eram boas para os alunos. Depois, uma viragem a que a AD antigamente chamaria facilitismo. Agora, anunciam-se novos filtros de acesso ao ensino superior — literacia, numeracia e língua inglesa — e, veja-se, estes novos requisitos são apenas para os concursos especiais, designadamente para os diplomados de vias profissionalizantes.

Vamos voltar a penalizar o acesso dos alunos do ensino profissional ao ensino superior?

Aplausos do PS.

Vamos voltar ao agravamento das desigualdades regionais e socioeconómicas que estas medidas representam? Mesmo para um ministro que considera um privilégio o acesso ao ensino superior, isto é demais.

Quando se sabe que, em 2025, mais de 20 % de jovens não concluíram o ensino secundário, seria preciso perguntar porquê. Como aconteceu? O que estão agora a fazer esses mais de 20 000 jovens? A propósito deste estudo, o *Público* noticia: «Com menos estudantes a entrar no ensino superior, o Governo quer atrair mais adultos». Mas então, só nos interessamos pelas oportunidades de formação dos adultos para compensar o fluxo?

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Claro!

O Sr. **Porfírio Silva** (PS): — É desta forma que o Governo olha para a qualificação dos portugueses?

Srs. Deputados, Caros Concidadãos, vale a pena continuarem a acompanhar a Rota pelo Ensino e Formação Profissional que está a ser desenvolvida pelo Partido Socialista, porque estamos a construir futuro.

Aplausos do PS.

Entretanto, reassumiu a presidência o Vice-Presidente Diogo Pacheco de Amorim.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado tem seis pedidos de esclarecimento. Como pretende responder?

Pausa.

O Sr. Deputado informou a Mesa que responderá em dois turnos.

Para o primeiro pedido de esclarecimento, tem a palavra a Sr.^a Deputada Filipa Pinto, do Livre. Faça favor, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Filipa Pinto** (L): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, começo por agradecer ao Sr. Deputado Porfírio Silva e ao PS por terem trazido a questão da educação a debate, porque podemos ter as melhores ideias do mundo sobre educação, mas, sem professores, essas ideias não funcionam.

O País enfrenta uma crise grave de falta de professores e o diagnóstico é consensual. Não é por acaso. Todos os anos saem do sistema cerca de 4000 profissionais, enquanto entram apenas cerca de 1200. Este desequilíbrio é o retrato de uma carreira que deixou de atrair, de fixar e de valorizar.

Perante isto, o que temos? Uma proposta do Ministério da Educação sobre o Estatuto da Carreira Docente, que falha no essencial: não devolve atratividade à profissão, não cria expectativas de progressão claras, não valoriza suficientemente quem ensina, em suma, não responde à dimensão do problema. As negociações com os sindicatos já começaram e a frustração é enorme.

Recorde-se que já tivemos, em 1990, um Estatuto da Carreira Docente que tornava a profissão mais atrativa, mais estável e mais respeitada. Hoje, décadas depois, com uma crise instalada, o Governo apresenta-nos uma proposta menos ambiciosa do que aquela que existia há mais de 30 anos.

Pergunto, por isso, ao Partido Socialista: como pode aceitar esta falta de ambição? Como pode olhar para números tão claros — 4000 saídas e 1200 entradas — e considerar que esta proposta irá resolver o problema? Está o PS disponível para corrigir este rumo e defender uma revisão do Estatuto da Carreira Docente que devolva dignidade, previsibilidade e atratividade à carreira docente ou vai continuar a validar soluções que perpetuam a escassez de professores nas nossas escolas?

É que a verdade é simples: sem professores não há escola pública e sem uma carreira verdadeiramente atrativa não haverá futuro para a profissão docente em Portugal.

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Para um pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Rui Cardoso, do Chega. Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Rui Cardoso** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, hoje ficámos a saber uma novidade. O Partido Socialista vai inaugurar uma rota pelo País.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Não, já inaugurou!

O Sr. **Rui Cardoso** (CH): — Isto tem muito que se lhe diga, porque a verdade é que o Partido Socialista virou as costas ao País ao longo dos últimos oito anos.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

O Sr. **Rui Cardoso** (CH): — Portanto, agora tem de se tentar reconciliar.

Mas eu tenho uma questão, que é qual dos secretários-gerais do Partido Socialista é que vai dirigir essa rota. Se é o que se senta na primeira fila, se é o que de há umas semanas para cá se senta na última fila. Ninguém se entende sobre quem é que manda no PS.

Aplausos do CH.

Hoje, gostava de trazer aqui dois assuntos sobre este tema da educação, que são muito importantes. O primeiro deles é sobre os assistentes operacionais, porque, de facto, os assistentes operacionais têm sido esquecidos.

Foram esquecidos, quando foram transferidos para as carreiras gerais da Administração Pública, durante o Governo de José Sócrates; têm sido esquecidos, porque têm um sistema de avaliação de desempenho altamente injusto;...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Bem lembrado!

O Sr. **Rui Cardoso** (CH): — ... têm sido esquecidos, porque não têm conteúdo funcional específico; foram esquecidos, porque, aquando do processo de descentralização de competências, se deixou uma série de critérios e de arbitrariedades entre municípios.

O Chega defende os assistentes operacionais em exercício de funções nas escolas e está empenhado em garantir que tenham uma carreira própria, com conteúdo funcional específico e com valorização da sua profissão.

Vozes do CH: — Muito bem!

O Sr. **Rui Cardoso** (CH): — Gostava de o ouvir também sobre um tema que é gritante: a violência nas escolas. Ainda na semana passada, uma criança cega em Setúbal foi vítima de uma agressão por sete alunos. Sobre isso, nem uma palavra.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É verdade!

O Sr. **Rui Cardoso** (CH): — O Chega tem trazido, a este Plenário, várias propostas para garantir o reforço dos meios do programa Escola Segura, da PSP (Polícia de Segurança Pública), para combater o tráfico de droga, para garantir que o número de armas que circulam nas escolas — que tem batido recordes todos os anos, como o RASI (*Relatório Anual de Segurança Interna*) nos demonstra — é efetivamente combatido.

O Partido Socialista não só não tem propostas sobre esta matéria, como ainda chumba aquelas que o Chega apresenta.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Rui Cardoso** (CH): — Nós aqui estaremos para trabalhar em defesa da dignidade dos professores, dos assistentes operacionais e das crianças, dos alunos de Portugal.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — A Sr.^a Deputada Inês Barroso, do PSD, tem a palavra para um pedido de esclarecimento.

A Sr.^a **Inês Barroso** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Deputado Porfírio Silva, começo pelas perguntas e, depois, passo a contextualizar mais algumas informações.

Pergunto onde é que o senhor estava, ou onde é que o Partido Socialista estava, em 2003? Pergunto-o por uma razão muito simples: aquando da revisão da lei de bases, em que o PSD queria valorizar e dignificar o ensino vocacional, para que os alunos pudessem escolher em função das suas capacidades e entrar no mercado de trabalho o mais rapidamente possível, o que fez o PS? Pergunto-lhe o que fez o PS. Em 2005, suspendeu tudo!

Portanto, agora acordou,...

O Sr. **Pedro Alves** (PSD): — Vinte anos depois!

A Sr.^a **Inês Barroso** (PSD): — ... com esta Rota pelo Ensino e Formação Profissional. Agora acordou para esta necessidade de valorizarmos o ensino profissional, vinte anos depois!

O que fez o PS no financiamento ao ensino profissional, Sr. Deputado? Sabe que, desde 2010, o ensino profissional não era revisto, não era atualizado? Pergunto: o que fez o Partido Socialista? Agora é que está preocupado? Bem-vindo ao assunto «ensino profissional» no nosso País!

Aplausos do PSD.

Agora, partilho com V. Ex.^a duas ou três informações, das quais, eventualmente, ainda não se apercebeu, mas que o Governo está efetivamente a implementar, vivenciando uma fase de forte valorização estratégica do ensino profissional.

Primeiro, refiro o investimento tecnológico de cerca de 500 milhões de euros para mais de 400 centros tecnológicos especializados, que o PS apregoa ter vindo atrás do PRR,...

O Sr. **Porfírio Silva** (PS): — Do PRR! Do PRR!

A Sr.^a **Inês Barroso** (PSD): — ... mas apenas 113 vêm do PRR.

Portanto, o PSD, a AD, está a atuar no investimento tecnológico de Portugal. Estamos a fazer o reforço no financiamento; no acesso ao ensino superior, acabámos com a discriminação entre o ensino profissional irregular; com o debate político e social, já 40 % dos alunos estão no profissional; e, por fim, as CCDR — proximidade na atuação.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Passo agora a palavra à Sr.^a Deputada Paula Santos, do PCP, para um pedido de esclarecimento.

O Sr. **Porfírio Silva** (PS): — Era para responder a três de cada vez!

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Tem toda a razão, peço imensa desculpa. Sr. Deputado Porfírio Silva, para responder às três primeiras questões, tem a palavra. Peço imensa desculpa, já estava a passar à frente.

O Sr. **Porfírio Silva** (PS): — Sr. Presidente, agradeço às Sr.^{as} Deputadas Filipa Pinto e Inês Barroso e ao Sr. Deputado Rui Cardoso pelas perguntas, e vou começar por responder ao Sr. Deputado Rui Cardoso, por uma má razão.

As declarações políticas são sobre aquilo que são, não são sobre aquilo que o Sr. Deputado acha que devem ser, mas vou-lhe responder sobre a violência nas escolas. Realmente, um dos problemas centrais que a educação tem hoje em Portugal é o clima nas escolas, é o ambiente nas escolas. Por isso, propusemos, e a Assembleia aprovou, que pedíssemos ao Conselho Nacional de Educação um estudo...

O Sr. **Rui Cardoso** (CH): — Mais um estudo!

O Sr. **Porfírio Silva** (PS): — ... sobre o Estatuto do Aluno e Ética Escolar, para podermos trabalhar toda a dimensão dos problemas que hoje se vivem nas escolas.

Também lhe vou dizer uma coisa, Sr. Deputado Rui Cardoso: uma parte dos problemas que temos na sociedade são os maus exemplos, são as gritarias, é a indisciplina, é a violência na relação entre as pessoas, e nessa matéria, o Sr. Deputado é mestre. Nessa matéria, o Sr. Deputado é mestre!

Aplausos do PS, do L e do BE.

Risos e protestos do CH.

Agora, vamos passar às questões sérias. Sr.^a Deputada Inês Barroso...

Protestos do Deputado do CH Pedro Pinto.

É isto! É isto! É esse o exemplo que os senhores dão às escolas!

Aplausos do PS, do L e do BE.

Protestos do CH.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — És uma vergonha!

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Srs. Deputados...

O Sr. **Porfírio Silva** (PS): — É esse o exemplo que os senhores dão às escolas. É isso mesmo! É por isso que os senhores são os destruidores das escolas!

Protestos do Deputado do CH Pedro Pinto.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Srs. Deputados, pedia o favor de deixarem o orador prosseguir a sua intervenção.

Faça favor de continuar.

O Sr. **Porfírio Silva** (PS): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr.^a Deputada Inês Barroso, vou-lhe ler uma citação, a ver se a Sr.^a Deputada adivinha de quem é: «No espaço de 20 anos, nós passámos de um País que era visto externamente como um País de pessoas pouco qualificadas, com uma escolaridade muito baixa, para um País que não só tem uma população com níveis de escolaridade muito elevados, sobretudo nos mais jovens, mas também tem instituições que formam pessoas ao mais alto nível.»

Sabe quem disse isto, há pouco tempo? Foi o Sr. Ministro da Educação, Fernando Alexandre, aqui. Sabe quem é que esteve no Governo nesses 20 anos?

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Esse nariz vermelho é de palhaço?!

O Sr. **Porfírio Silva** (PS): — Os senhores fartam-se de repetir que, nos últimos 20 anos, foi quase sempre o PSD no Governo, mas fomos nós, fomos nós que fizemos isso! Foi essa a nossa obra!

Aplausos do PS.

Já agora, para lhe relembrar o ensino profissional, não é bonito, Sr.^a Deputada...

Protestos do Deputado do PSD Pedro Alves.

Eu sei que o Sr. Deputado costuma gritar para não ouvir. Como é incómodo ouvir, grita para não ouvir, mas vai ter de ouvir na mesma.

Continuação de protestos do Deputado do PSD Pedro Alves.

Sr.^a Deputada Inês Barroso, não é bonito citar o dinheiro, a obra e os projetos que herdaram do anterior Governo e que agora estão a executar como se fossem vossos.

Aplausos do PS.

Vou-lhe lembrar: na nossa experiência governativa mais recente, reforçámos o investimento no ensino profissional. Durante esse período, a percentagem de jovens com qualificação profissional de nível secundário subiu de 14 % para 20 %. Regulámos a rede e deixámos praticamente feito o catálogo de qualificações, que os senhores têm na gaveta, à espera, a fazer não sei o quê.

Protestos do CH.

A taxa de conclusão nos cursos profissionais subiu de 74 % para 84 %.

Isto são os resultados. Os resultados não se conseguem com palavras, conseguem-se com trabalho e com persistência.

O Sr. **Pedro Alves** (PSD): — Ora aí está!

O Sr. **Porfírio Silva** (PS): — Se os senhores se deixassem de má-língua e passassem ao trabalho, talvez conseguissem os mesmos resultados.

Aplausos do PS.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Os senhores são responsáveis por as pessoas fugirem para os colégios!

O Sr. **Porfírio Silva** (PS): — Responderei à Sr.^a Deputada Filipa Pinto a seguir.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Sr. Deputado Pedro Pinto, pede a palavra para que efeito?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sr. Presidente, é para a defesa da honra da bancada.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Faça favor.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sr. Presidente, não posso admitir que o Sr. Deputado Porfírio Silva tenha, não insinuado, mas dito mesmo que a violência nas escolas é culpa dos Deputados do Chega.

O Sr. **Ricardo Lopes Reis** (CH): — Uma vergonha!

Protestos do PS.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Não posso admitir isso. Foi isso que disse aqui, perante esta Câmara.

Protestos do Deputado do PS Porfírio Silva.

O Sr. **Rui Cardoso** (CH): — Foi! Foi sim!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Não lhe vou admitir isso nunca. Nunca!

O Sr. **Rui Cardoso** (CH): — Devia ter vergonha!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sabe porquê? Porque aquilo que o Sr. Deputado Porfírio Silva fez foi tentar encarar um jovem Deputado como o Rui Cardoso, e devia ter respeito pelos jovens Deputados.

Protestos do PS.

É isto que os senhores não têm, é respeito pelos nossos jovens. E o senhor não tem respeito.

Aplausos do CH.

Sabe porquê? Porque este Deputado que está aqui ao meu lado enfrenta o sistema sem medo, enfrenta a podridão do sistema sem medo,...

O Sr. **Ricardo Lopes Reis** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — ... inclusive o Sr. Deputado. É isto que nos vangloria e é isto que nos dá gozo. Sr. Deputado, a culpa da violência nas escolas não é desta bancada parlamentar; é da inação do Partido Socialista durante anos e anos e anos. Esqueceram a escola pública, Sr. Deputado!

Aplausos do CH.

A culpa da violência nas escolas é da falta de proteção aos professores.

O Sr. **Rui Cardoso** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Os senhores deixaram que alunos agredissem professores e ficaram em silêncio. A culpa do que se passa nas escolas portuguesas e da violência é do Partido Socialista, porque deixam que os auxiliares sejam agredidos por alunos de alguma etnia...

O Sr. **Rui Cardoso** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — ... e escondem-se e ficam sempre em silêncio, Sr. Deputado.

Aplausos do CH.

A culpa da violência nas escolas é vossa, tem um rosto: chama-se inação do Partido Socialista.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — São os senhores que nunca fizeram nada para evitar esta violência nas escolas.

Ó Sr. Deputado, não venha depois falar em gritos, porque quem gosta muito de gritaria também é o Sr. Deputado, que já por mais do que uma vez exaltou a voz aqui. E mais: quem provoca é quem vai para o *Twitter*, fazer *tweets* às quatro da manhã, como o Sr. Deputado.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Admito que o Sr. Deputado Porfírio Silva queira usar da palavra?

O Sr. **Porfírio Silva** (PS): — Obrigado, Sr. Presidente.

Eu não sou fácil de intimidar, nem com berraria, mesmo que seja de um líder parlamentar. Não sou fácil de intimidar.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Já estás a falar baixinho!

O Sr. **Porfírio Silva** (PS): — Vou aqui lembrar-lhe, Sr. Deputado Pedro Pinto...

O Sr. **Pedro Alves** (PSD): — Está a usar da palavra para que efeito?!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Está a responder!

O Sr. **Porfírio Silva** (PS): — Vou aqui lembrar ao Sr. Deputado Pedro Pinto...

Protestos dos Deputados do PSD Fernando Queiroga e Pedro Alves.

Está a defender o Chega, é?!

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Srs. Deputados, não pode haver diálogo.

O Sr. **Porfírio Silva** (PS): — Sr. Presidente, eu peço desculpa, mas gostaria que explicasse ao Sr. Deputado do PSD, que está aqui aos gritos ao lado, que estou a falar porque o Sr. Presidente me deu a palavra para responder àquilo que foi dito.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Exato, foi exatamente isso.

O Sr. **Porfírio Silva** (PS): — Nos termos regimentais...

Protestos do Deputado do PSD Pedro Alves.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Srs. Deputados...

O Sr. **Porfírio Silva** (PS): — Não sabes o Regimento? Aprende, pá!

O Sr. **Pedro Alves** (PSD): — Mas estás no café?!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Não sabe o Regimento?

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Chama-se dar explicações!

Burburinho na Sala.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Sr. Deputado Porfírio Silva, pedia-lhe que se sentasse para já e, quando as condições estiverem reunidas, dou-lhe a palavra.

Srs. Deputados, eu estou disponível para estar aqui o resto da tarde, à espera que se calem. Se querem todos ficar aqui durante mais umas horas, a escolha é vossa, Srs. Deputados.

Pausa.

Vejo que agora já pode falar.

Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Porfírio Silva** (PS): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Como o Sr. Presidente não explicou ali aos Srs. Deputados, eu explico: nos termos regimentais, houve uma defesa da honra, tenho de dar explicações e vou dar.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Foi nesse papel que lhe dei a palavra.

O Sr. **Porfírio Silva** (PS): — É, mas parece que há Deputados que não sabem isso. Estão aqui há tanto tempo e ainda não estudaram o Regimento para saberem isso.

Risos e protestos do PSD.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, repito,...

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Se é para repetir, não vale a pena!

O Sr. **Porfírio Silva** (PS): — ... não me intimidam com gritos. Falo de factos, e vou informá-lo, Sr. Deputado Pedro Pinto, sendo o líder dessa bancada, de uma coisa que aconteceu nesta Casa ontem à tarde.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Não se aponta o dedo, que é feio!

O Sr. **Porfírio Silva** (PS): — A Comissão de Educação recebeu, em audiência, duas associações de dirigentes de escolas por causa do tema dos influenciadores digitais, daqueles senhores que andam nas escolas a sexualizar as nossas crianças e a expô-las a conteúdos pornográficos. É o que é que o Deputado do Chega escolheu fazer nesse dia? Em vez de obter esclarecimentos dos dirigentes escolares sobre o que é que se devia e o que se podia fazer, passou a sua intervenção a atacar um Eurodeputado do PS e a confundir divulgação política, a confundir trabalho político com influenciadores digitais. Isso é uma vergonha!

Protestos do CH.

O Sr. Deputado, como líder parlamentar, devia ter vergonha!

Aplausos do PS e de Deputados do L.

Continuação de protestos do CH.

Devia ter vergonha desse comportamento e devia obrigar o seu Deputado a pedir desculpa às escolas, a pedir desculpa aos jovens e a pedir desculpa ao povo português.

Aplausos do PS e do L.

Protestos do CH.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Sr. Deputado Pedro Pinto, pede a palavra para que efeito?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Para uma interpelação à Mesa, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Sobre a condução dos trabalhos?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sim, sobre a condução dos trabalhos.

Era apenas para pedir que o Sr. Presidente explicasse ao Sr. Deputado Porfírio Silva que não condiciona nenhum Deputado desta Casa, que eles são livres de dizer aquilo que dizem.

Aplausos do CH.

Esta é a Casa da liberdade, a Casa da democracia.

Protestos do Deputado do PS Porfírio Silva.

E quero dizer mais: tenho muito orgulho em todos os Deputados desta bancada.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Sr. Deputado Pedro Pinto, julgo que está tudo esclarecido, vamos passar à frente.

Sr.^a Deputada Paula Santos, finalmente, para fazer o seu pedido de esclarecimento, tem a palavra.

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Porfírio Silva, queria cumprimentá-lo pelo tema da sua declaração política.

As questões que traz a propósito da educação e do ensino profissional demonstram, de facto, que tem havido uma desresponsabilização do Estado e uma desvalorização do ensino profissional no nosso País, que exige uma verdadeira igualdade e uma valorização efetiva. O ensino profissional não pode impedir os estudantes com menos condições económicas ou os estudantes que são filhos dos trabalhadores de poder aceder aos mais elevados níveis de ensino no nosso País. Ele tem de ser devidamente valorizado.

Registei que, na sua intervenção, fez inclusivamente referência à cultura individual...

O Sr. **Porfírio Silva** (PS): — Integral!

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — À cultura integral do indivíduo exatamente! Este é um aspeto que consideramos fundamental na educação, para garantir a todos os estudantes o conhecimento, a experiência, o contacto com as diversas áreas do saber e do conhecimento, coisa que está muito amputada na escola pública, também por via da desvalorização.

Registo também — e isto prende-se com a pergunta que lhe queria fazer — que, na governação do PSD e do CDS nestes dois anos, foram já vários os momentos, por parte deste Governo, de afirmações, declarações, opções políticas e medidas adotadas que vão no sentido da elitização do ensino, da segregação do ensino, da limitação do acesso até aos mais elevados graus de ensino. Aliás, as alterações que estão em cima da mesa, em matéria de graus e diplomas, são bastante preocupantes, porque podem, de facto, ser um bloqueio, um obstáculo aos filhos dos trabalhadores para aceder aos mais elevados graus de ensino.

A pergunta que lhe queria fazer é a de saber se acompanha esta nossa preocupação, esta nossa reflexão de que este não pode ser o caminho e esta opção deve ser rejeitada.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Tem agora a palavra, para um pedido de esclarecimento, o Sr. Deputado Fabian Figueiredo, do Bloco de Esquerda.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Porfírio Silva, cumprimento-o pelo tema trazido, pelos termos em que o colocou e, sobretudo, pela paciência, pedagogia e firmeza democrática que trouxe a esta Câmara, que é bem necessária nestes tempos.

Aplausos do L e de Deputados do PS.

Sobre educação, creio que o tema verdadeiro é a distância entre aquilo que o Ministério de Educação promete e o que as escolas vivem. Certamente estará recordado de que o Sr. Ministro prometeu, em setembro, que 98 % das escolas teriam aulas a todas as disciplinas; passada uma semana, 78 % dos alunos tinham, pelo menos, falta de uma disciplina.

Portanto, a pergunta que lhe queria deixar é a de saber quantos alunos é que acha que precisam de não ter aulas, para o Sr. Ministro deixar de achar que o problema é muito menor do que se diz. E qual o risco que há para a escola pública, pelo facto de o Sr. Ministro desvalorizar o problema da falta gritante de professores?

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Agora, para um pedido de esclarecimento, tem a palavra a Sr.^a Deputada Angélique Da Teresa, da Iniciativa Liberal.

A Sr.^a **Angélique Da Teresa** (IL): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, o Sr. Deputado Porfírio Silva fez um discurso apaixonado sobre ensino profissional, rotas pelo ensino profissional. Falou inclusive em reformas napoleónicas — gostei particularmente dessa parte — e falou também do impulso do Partido Socialista na educação.

Gostaria de saber onde é que estava o Partido Socialista quando, há relativamente pouco tempo, soubemos pelo atual Ministro da Educação que há funcionários do Ministério que, para saber quem são aqueles que se reformam dentro do Ministério, andam a lamber — literalmente a lamber — *Diários da República* para darem baixa desses funcionários.

O Sr. **Rui Cardoso** (CH): — É verdade! Isto é uma bandalheira, é o que é!

A Sr.^a **Angélique Da Teresa** (IL): — Portanto, dentro desse ímpeto reformista e desse roteiro pela formação profissional, gostaria de saber onde é que esteve o PS durante oito anos, sabendo desta realidade, porque não é de agora, e também não é de agora que há falta de professores.

Onde é que estava o PS e o que fez para resolver uma situação tão anedótica? Isto nem contado — nem contado! — poderia ser aceitável e real, quanto mais num País europeu como o nosso.

Aplausos da IL.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Para responder a estes pedidos de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Porfírio Silva.

O Sr. **Porfírio Silva** (PS): — Sr. Presidente, queria agradecer à Sr.^a Deputada Paula Santos, ao Sr. Deputado Fabian Figueiredo e à Sr.^a Deputada Angélique Da Teresa as questões que colocaram.

Vou começar por responder à Sr.^a Deputada Angélique Da Teresa. Em primeiro lugar, o discurso apaixonado tem uma explicação — a nossa história de vida também explica coisas. Eu fiz...

O Sr. **Rui Cardoso** (CH): — A 4.^a classe!...

O Sr. **Porfírio Silva** (PS): — ... quer a minha licenciatura quer o meu mestrado como trabalhador-estudante, e sei o que isso custa. E custa-me que hoje seja tão difícil, ou mais difícil do que era, naquela altura, trabalhar e estudar ao mesmo tempo. Por isso, preocupo-me.

Parece que há alguns bem instalados no mérito; estão bem instalados aqueles que acham que são melhores do que os outros, porque têm mais mérito, e não se preocupam com isso.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Mas o que é isso?! Que parvoíce!

O Sr. **Porfírio Silva** (PS): — Quando é que nos lembrámos do problema da falta de professores? Em 2018, Sr.^a Deputada.

O Sr. **Pedro Alves** (PSD): — E o que é que fizeram?!

O Sr. **Porfírio Silva** (PS): — Ainda o presidente seguinte do PSD não tinha dito, em 2019, que havia professores a mais, já estávamos nós a propor, aqui, que pedíssemos ao Conselho Nacional de Educação um estudo...

O Sr. **Rui Cardoso** (CH): — Mais um estudo?!

O Sr. **Porfírio Silva** (PS): — ... sobre recrutamento e colocação de professores. E como é que votaram todos os outros partidos, à exceção do PAN, que não está cá agora e que votou a favor? Os outros abstiveram-se, acharam que não valia a pena, acharam que se calhar não era um problema.

Portanto, Sr.^a Deputada, talvez seja bom perceber que o mundo começou antes de chegar a esta Casa...

Protestos de Deputados do PSD.

... e que houve outros que fizeram coisas antes de aqui chegarem.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — O PS fez estudos!

O Sr. **Porfírio Silva** (PS): — Sr. Deputado Fabian Figueiredo, sobre os alunos sem aulas, o Sr. Ministro pegou num mecanismo que era para colocar professores e pensou que era um número para contar professores, e começou a criticar o mecanismo para colocar professores, como se fosse um número para contar, mas não era. O Sr. Ministro está muito interessado nas estatísticas, mas está pouco interessado na realidade que está por trás das estatísticas.

Protestos do Deputado do CH Bruno Nunes e do Deputado da IL Mário Amorim Lopes.

Portanto, não lhe sei responder. Acho que ele vai ficar mais alguns anos, se conseguir, a tentar responder à sua pergunta. Eu não vou conseguir.

Sr.^a Deputada Paula Santos, queria também responder à Sr.^a Deputada Filipa Pinto, à questão da elitização e dos professores, porque há aqui uma circunstância que me permite responder a ambas ao mesmo tempo, se me permitem, se me desculpam.

A propósito do *Inquérito ao Conhecimento dos Professores*, da OCDE, recentemente divulgado, o jornal *Público* tem o seguinte título: *Professores portugueses lideram na pedagogia. Ministro surpreendido com os resultados*. A boa notícia é o reconhecimento da qualidade dos nossos professores; a notícia triste é a surpresa do Ministro.

Maria Emília Apolinária, Deputada do PSD na XV Legislatura, publicou no *Facebook* uma nota em que explica: «Não se surpreenda, Sr. Ministro [...]. Sabe porquê? Porque, ao admitir que “foi uma surpresa, tendo em conta as diferenças nos resultados obtidos pelos alunos nas diferentes regiões do País”, revela desconhecer que um dos principais fatores promotores dessas diferenças são as assimetrias económicas e sociais dos alunos e das comunidades onde se inserem.»

Também há gente que foi Deputada do PSD e sabe quais são os problemas reais do País, sabe que temos de atacar as desigualdades, não a meritocracia. É atacar as desigualdades, é que todos possam efetivamente...

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.

Aplausos do PS e da Deputada do L Patrícia Gonçalves.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Para uma declaração política, tem a palavra a Sr.ª Deputada Mariana Leitão, da Iniciativa Liberal.

A Sr.ª **Mariana Leitão** (IL): — Sr. Presidente, Sr.ªs e Srs. Deputados: Esta semana não tivemos nenhuma sondagem, mas posso afirmar que o camarada André Ventura quer ocupar todo o espaço socialista.

Risos da Deputada da IL Angélique Da Teresa.

Vamos a factos: Portugal está a envelhecer, tendo hoje 24 % da população com mais de 65 anos; daqui a 20 anos serão, naturalmente, mais. Os jovens que ficam em Portugal estão a descontar para uma reforma que nunca vão receber. E esta Assembleia, em vez de encarar este problema, tem passado os últimos anos a torná-lo pior.

A Sr.ª **Angélique Da Teresa** (IL): — Muito bem!

A Sr.ª **Mariana Leitão** (IL): — Quem tem hoje 35 anos, se se reformar aos 70, receberá uma primeira pensão equivalente a 40 % do último salário. Ou seja, por cada 1000 € de salário, recebe 401 € de pensão. Em 2018, a projeção, para a mesma pessoa, era de 557 €. São menos 156 €, por causa de medidas erradas, ano após ano, Governo após Governo.

E para quem tem hoje 25 anos? As projeções são de 389 € de reforma, se o último salário for de 1000 €. Em 2018, eram 559 €, uma diferença de 170 €.

Estes são os números que todos os Deputados eleitos pelos portugueses conhecem e que a maioria prefere ignorar, porque arruinam uma narrativa. Falar de pensões em Portugal é falar dos reformados de hoje, nunca dos jovens que ainda não trabalham. Esses não votam nas próximas eleições, por isso, não contam.

O que fez a classe política com esta realidade? Ano após ano, a mesma receita: 10 € aqui, 6 € acolá, complemento extraordinário, suplemento extraordinário, bónus condicionado à execução orçamental — uma manta de retalhos, sem nunca se fazer o essencial, que é reformar a segurança social. Ninguém reformou as carreiras contributivas, ninguém criou condições para a capitalização individual, ninguém teve coragem de dizer aos portugueses que um sistema de repartição com a nossa demografia tem um prazo de validade e que esse prazo se aproxima.

A Sr.ª **Angélique Da Teresa** (IL): — Muito bem!

A Sr.ª **Mariana Leitão** (IL): — Olho para a esquerda e vejo décadas deste padrão. O PS governou 8 dos últimos 10 anos e deixou a taxa de substituição mais baixa do que a encontrou. O PCP quer aumentos imediatos num sistema que já não aguenta...

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Aguenta, aguenta!

A Sr.ª **Mariana Leitão** (IL): — ... o que tem. O Bloco quer o mesmo, mas com um bocadinho mais de indignação.

Mas há quem vá ainda mais longe. Há um partido que viu tudo isto, percebeu o padrão e decidiu superá-lo, quer na irresponsabilidade, quer no populismo. O Chega quer, no fundo, baixar a idade da reforma, quer

equiparar a pensão mínima ao salário mínimo, num País demograficamente envelhecido, com cada vez menos jovens a sustentar cada vez mais pensionistas.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Muito bem!

A Sr.^a **Mariana Leitão** (IL): — Propôs aumentos extraordinários permanentes, viabilizou propostas do PS à tarde, depois de o ter acusado de irresponsabilidade orçamental de manhã.

Sr. Deputado André Ventura, isto não é solidariedade, é puro populismo e total irresponsabilidade, e os jovens já começaram a perceber.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Muito bem!

A Sr.^a **Mariana Leitão** (IL): — Se tivessem hipótese de governar, rebentavam de vez com a segurança social — diria mesmo que o Chega rebentava com o País! E tudo para quê? Para comprar votos com dinheiro que não existe.

Aplausos da IL.

O camarada André Ventura — é uma pena que não esteja aqui hoje —...

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Está com a CGTP!

A Sr.^a **Mariana Leitão** (IL): — ... apresenta-se como o homem que diz o que os outros não têm coragem de dizer. Pois bem, eu vou dizer o que o camarada não tem coragem de dizer: as suas propostas são irresponsáveis,...

Protestos da Deputada do CH Patrícia Carvalho.

... insustentáveis e uma completa mentira. As pessoas merecem melhor do que isto — nem o Partido Socialista foi tão longe! E porquê? Porque é mais fácil ser populista do que ter razão.

O Sr. **Rui Cardoso** (CH): — E tu, nem razão nem votos!

A Sr.^a **Mariana Leitão** (IL): — Porque é mais fácil dizer uma mentira do que lidar com a realidade.

O Chega e os restantes partidos da esquerda estão a condenar os jovens duas vezes: primeiro, no mercado de trabalho, bloqueando as reformas que dariam mais mobilidade, salários mais altos e uma economia mais produtiva; depois, na reforma, entregando-lhes um sistema esgotado, sem reservas, sem capitalização, sem futuro. São duas condenações aplicadas à mesma geração, pela mesma classe política que se apresenta como defensora dos mais vulneráveis.

Ora, nós também queremos melhor qualidade de vida para todos, mas isso só é possível se apresentarmos propostas sérias que reformem a segurança social sem hipotecar o futuro dos jovens. Por isso, propomos uma transição gradual para um modelo assente na solidariedade...

Protestos do Deputado do L Paulo Muacho.

... e na capitalização individual: contas individuais, fundos de pensões, poupança que pertence a quem trabalha. É o modelo que os portugueses que emigram para a Suíça, para o Reino Unido, para o Canadá, já têm, e eles optam por ir para esses países.

Vozes da IL: — Muito bem!

A Sr.^a **Mariana Leitão** (IL): — Se lá funciona, porque é que não pode funcionar em Portugal?

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, esta não é meramente uma questão técnica, é também uma questão moral. Que futuro queremos deixar para os que vêm a seguir? Os que têm hoje 25 anos e já perderam 170 € por cada 1000 € da pensão a que teriam direito, os que trabalham, descontam todos os meses e constroem uma vida com o que sobra, merecem uma resposta honesta.

Protestos da Deputada do CH Patrícia Carvalho.

Srs. Deputados, ponham o País à frente dos interesses eleitorais e da tática política. Os portugueses merecem mais e melhor.

Aplausos da IL.

Protestos do Deputado do CH Pedro Pinto.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Estamos a aguardar inscrições. Há mais inscrições?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Não há, não há. É seguir em frente!

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — A Sr.^a Deputada Mariana Leitão tem cinco pedidos de esclarecimento. Como é que quer responder? Três mais dois. Muito obrigado, Sr.^a Deputada.

O primeiro pedido de esclarecimento é do Sr. Deputado Bruno Nunes, do Chega. Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Bruno Nunes** (CH): — Sr. Presidente, Sr.^a Deputada, a Sr.^a Deputada Mariana Leitão, camarada que desce a Avenida da Liberdade de cravo vermelho e com a bandeira LGBT (lésbicas, gays, bissexuais e transgénero),...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Liberais!

Protestos de Deputados da IL.

O Sr. **Bruno Nunes** (CH): — ... deixe-me dizer uma coisa. Eu, ouvi com atenção e, de facto, percebo claramente a vossa preocupação com a reforma aos 65 anos, porque, se assim for e se isto passar, o vosso líder João Cotrim de Figueiredo reforma-se no próximo ano e terão dificuldade de ter alguém para liderar as vossas ideias,...

Risos da IL.

... que cada vez estão mais perdidas no espectro político nacional.

Aplausos do CH.

Estão perdidas por uma simples razão: os liberais estão preocupados com o setor social do Estado,...

A Sr.^a **Mariana Leitão** (IL): — Com os jovens!

O Sr. **Bruno Nunes** (CH): — ... e os senhores têm dificuldade de perceber o local onde estão enquadrados.

Sabe que existe, de facto, uma direita social, bandeira que o CDS deixou cair, e hoje já nos atacou com a questão do socialismo, esquecendo o Deputado Paulo Nuncio que, em 1978, o CDS fez um Governo com Mário Soares, do Partido Socialista...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora!

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Bem lembrado!

O Sr. **Bruno Nunes** (CH): — ... e já deu a mão aos socialistas n e n vezes, garantido assim que perdia muitos quadros e que continuava a «ser o abraço do urso» e insignificante, na maior parte das políticas.

Risos da IL e do L.

Agora, há uma questão de que a Sr.^a Deputada Mariana Leitão fala, e com toda a razão, mas, se fosse de facto liberal... Eu tenho algumas dúvidas de qual a escola do liberalismo que tem, mas posso oferecer-lhe o livro do Fukuyama,...

Risos da IL e do L.

... que diz claramente: «a situação do liberalismo e os seus descontentes». Francis Fukuyama diz claramente aquilo que quer ouvir, que é a questão de ter de existir mais riqueza, para podermos ter uma vida tranquila, no final da vida.

Protestos da IL.

Os senhores não querem gerar riqueza, os senhores continuam a ter um problema sério de viver numa realidade paralela e de não entenderem onde é que estão colocados.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Bruno Nunes** (CH): — Até Adam Smith, que defende claramente o posicionamento do Estado, onde deve estar com a mão invisível, os senhores têm dificuldade de entender.

Vocês são uma amálgama de LGBT com cravos vermelhos,...

Risos da IL.

... com uma tentativa de tecnocracia, o que, ao final do dia, metido na *bimby*, dá algo muito frustrante, que é ser quase impossível considerar-vos liberais progressistas, muito diferentes daquilo que é o Bloco de Esquerda.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Tavares, para um pedido de esclarecimento.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Sr. Presidente, Caras e Caros Colegas, Sr.^a Deputada Mariana Leitão, dizia o célebre senador norte-americano Moyhihan que todos temos direito às nossas opiniões, mas não temos cada um direito aos seus próprios factos.

Risos de Deputados da IL.

Vê-se mal, numa época que já é de desinformação e que já é de confusão ideológica, o que é que se ganha em decidir basicamente atribuir etiquetas ideológicas a partidos, conforme as conveniências que são mais de debates nas redes sociais do que da seriedade de um parlamento.

O Chega senta-se à direita, quer sentar-se à direita, e nunca fez nenhuma impressão à Iniciativa Liberal, por exemplo,...

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Mas o Chega está à nossa esquerda...!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — ... a nomeação por parte do Chega de Deputados que estão na direção da *Folha Nacional* para o Conselho de Opinião da RTP (Rádio e Televisão de Portugal).

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Ora bem!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Deixam passar isso, nunca vos incomodou. Incomoda-vos, o que é extraordinário, quando o Chega, por acaso, exprime uma preocupação com a idade da reforma.

Protestos de Deputados da IL.

Tomara nós se, de facto, as pessoas pudessem aposentar-se mais cedo. A preocupação em si não está errada, a questão é se se pode fazer ou não.

A Sr.^a **Mariana Leitão** (IL): — Mas o que sabes sobre o meu voto?!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Também é curioso que, a seguir, o Chega critica a Iniciativa Liberal por uma das poucas coisas que a Iniciativa Liberal quer fazer bem, que é celebrar a diversidade no nosso País e o 25 de Abril.

Vozes do CH: — Ora bem!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Aparentemente, vocês só se zangam pelas coisas que uns ou outros, de vez em quando, se lembram de fazer bem

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Sr. Deputado, está a fugir um bocado ao tema, creio eu.

Protestos do L.

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Olha, agora!

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Era o que mais faltava!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Sr. Presidente, peço uma interpelação à Mesa sobre a condução dos trabalhos.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Não pode fazer isso!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Pode, pode, não invente! Pode, pode!

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Faça favor, Sr. Deputado.

Protestos do CH e contraprotestos do L.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Leia o Regimento!

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Srs. Deputados!
Faça favor, Sr. Deputado Rui Tavares.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — O Sr. Presidente dá-me palavra para que efeito? Para a interpelação à Mesa ou para terminar a intervenção? É como desejar. É a Mesa que conduz os trabalhos.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Para terminar a intervenção.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Então, fica já pedida uma interpelação à Mesa sobre a condução dos trabalhos, quando terminar a intervenção. Para mim, é igual, é a Mesa que dirige os trabalhos.

Eu faço a intervenção sobre o debate que está a decorrer e cingindo-me às intervenções que foram feitas antes.

Sr.^a Deputada Mariana Leitão, se vamos falar sobre reforma do Estado, há, desde logo, algo que nós deveríamos encarar em Portugal: porque é que o Estado português é financiado, acima de tudo, pelo IVA (imposto sobre o valor acrescentado), ou seja, pelos impostos sobre o consumo, que os mais pobres pagam, mais de metade do Estado é financiado por impostos indiretos e, nos outros países da OCDE, em geral, vai-se buscar a quem tem mais e maiores rendimentos para financiar o Estado? Onde é que está a preocupação da Iniciativa Liberal com isto? Não vejo.

Sobre a sustentabilidade da segurança social, de que falou, ela não se assegura apenas pela mecânica da demografia. Tem a ver também com o saldo migratório. Onde é que estava e como é que tem votado a Iniciativa Liberal estas leis sobre imigração, quando os imigrantes contribuem cinco vezes mais para a Segurança Social do que gastam nela?

E onde é que está a Iniciativa Liberal sobre a taxação de novas fontes de rendimento para a Segurança Social, como, por exemplo, através de tecnologia e de inteligência artificial,...

Protestos do Deputado da IL Mário Amorim Lopes e contraprotestos do Deputado do L Paulo Muacho.

... que é um debate que está a fazer-se em todo o mundo e acerca do qual...

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — O Sr. Deputado Rui Tavares pediu a palavra. Faça favor.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Sim, eu tinha pedido uma interpelação à Mesa sobre a condução dos trabalhos.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Mas é uma interpelação, não é para dar conversa outra vez!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Muito obrigado, Sr. Presidente. Eu lembro que os Deputados desempenham, em liberdade de funções, o seu mandato e que, desde que se cinjam ao debate que está a decorrer e às intervenções que decorreram durante esse mandato, estão a fazê-lo, creio eu, segundo as regras regimentais.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Mas é sobre o quê?! Qual é a interpelação?

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Ainda por cima, enquanto estão na sua intervenção, creio eu, para a boa condução dos trabalhos, não devem ser interrompidos. Se há algum reparo a ser feito, ele deve ser feito no fim da intervenção.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Isto é uma intervenção!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — E também, quando fazem uma interpelação sobre a condução dos trabalhos, como não é debate corrente, acho que é do interesse de todos os Deputados, inclusive das outras bancadas, deixar que essa interpelação se faça em boas condições.

Solicito à Mesa que garanta que todas estas condições se verifiquem, para a boa condução dos nossos trabalhos. Muito obrigado.

Aplausos do L.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Vá, vá! Agora já podes sair!

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Muito obrigado, Sr. Deputado Rui Tavares. Dou-lhe razão em que teria sido melhor ter esperado que terminasse a sua intervenção,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Era tão má!

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — mas pronto, daí peço as minhas desculpas. Do resto, acho que tinha razão. Muito obrigado.

Agora, a Sr.^a Deputada Paula Santos também tem um pedido de interpelação à Mesa. Faça favor, Sr.^a Deputada. É sobre a condução dos trabalhos?

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, se me permite, eu gostaria de lhe fazer uma questão. Interrompeu a intervenção do Sr. Deputado Rui Tavares, referindo-se ao tema do debate, dizendo que estava a fugir — creio que foram essas as suas palavras —, mas era exatamente o Sr. Presidente que estava a dirigir os trabalhos, quando eu fiz a declaração política e me foram colocadas perguntas e, tirando a do Partido Socialista, eu acho que mais nenhuma teve a ver com o tema que eu trouxe a debate.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Claro!

O Sr. **Luís Moreira Testa** (PS): — Tem razão, tem razão!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Mas tem razão o quê?! O que estás aí a fazer também?!

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Sr.^a Deputada, aí o meu entendimento não é o mesmo. Peço imensa desculpa, mas eu é que tenho de tomar uma decisão. Muito obrigado, Sr.^a Deputada.

Srs. Deputados, vamos terminar, espero, este ponto. Tem a palavra o Sr. Deputado Alfredo Maia, do PCP, para um pedido de esclarecimento.

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputada Mariana Leitão, 42 300 milhões de euros é o saldo do Fundo De Estabilização Financeira da Segurança Social.

A Sr.^a **Mariana Leitão** (IL): — Já sabia!

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Isto é quase 14 % do PIB (Produto Interno Bruto), em 2025.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Agora, são a alternativa do +Liberdade!

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Lá para 2040,...

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Isso!

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — ... o próprio Governo aponta a perspetiva de serem à volta de 40 % do PIB,...

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — São mesmo previsíveis!

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — ... ou seja, um bolo muitíssimo apetitoso para os fundos de pensões e outros jogos da roleta capitalista.

Protestos do Deputado da IL Mário Amorim Lopes.

E deixe-me dizer-lhe assim: a Sr.^a Deputada foi ali criticar, entre outras coisas, o projeto que o PCP apresentou para um aumento intercalar de 50 € para todos os pensionistas, como se essa medida justíssima fosse um crime de lesa-património do Estado e da Segurança Social.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Os jovens é que vão pagar isso!

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Eu não vi idêntica preocupação da Sr.^a Deputada com as borlas fiscais de 1800 milhões de euros, nem com as descidas do IRC (imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas).

Vozes do PCP e do PS: — Exatamente!

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Quero dar-lhe nota de que nós sabemos, sim, quanto é que custa esta medida. Custa 1000 milhões de euros.

A Sr.^a **Mariana Leitão** (IL): — Mais!

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Não é nada, comparado com aquilo que os senhores defendem.

Sr.^a Deputada, deixe-me dizer-lhe outra coisa: nós não vemos a Sr.^a Deputada preocupada com a diminuição dos salários com o banco de horas. Não vemos. Não vemos a Sr.^a Deputada preocupada com as receitas a título da taxa social única. Não vemos a Sr.^a Deputada preocupada com a necessidade de taxar as empresas de capital e de tecnologia intensiva. Não vemos a Sr.^a Deputada preocupada com a necessidade de aumentar, de facto, os salários, para garantir melhores carreiras contributivas aos trabalhadores.

Sr.^a Deputada, afinal, de que lado da barricada é que a Sr.^a Deputada está?

Aplausos do PCP.

Protestos de Deputados da IL e do Deputado do CDS-PP João Pinho de Almeida.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Tem a palavra a Sr.^a Deputada Sofia Pereira, do Partido Socialista.

A Sr.^a **Mariana Leitão** (IL): — É três mais dois! Já tenho muito para dizer!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Três é mais barato!

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Tem toda a razão. Peço imensa desculpa. Já estava a passar-lhe mais uma pergunta. Faça favor, Sr.^a Deputada Mariana Leitão, para responder.

A Sr.^a **Mariana Leitão** (IL): — Sr. Presidente, agradeço imenso as perguntas que me foram dirigidas.

Sr. Deputado Bruno Nunes, eu compreendo que possa estar aí a fazer piadas, a citar autores, a falar de 20 assuntos que não têm nada a ver com aquilo que eu fui à tribuna dizer, e, se calhar, percebo porque o Sr. Deputado até não concorda com a proposta, não é?

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Claro que não!

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Eh, pá!

A Sr.^a **Mariana Leitão** (IL): — Parece-me, por algumas das suas intervenções na área económica.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Claro!

A Sr.^a **Mariana Leitão** (IL): — Mas é muito provável que assim seja.

Portanto, o que é que vem fazer? Vem tentar, com coisas completamente ao lado, que não têm nada a ver com baixar a idade da reforma, dizer umas coisas, porque, pronto, não pode explicitamente ser contra a proposta, porque obviamente o seu chefe não deixa.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Isso!

A Sr.^a **Mariana Leitão** (IL): — Depois, vem para aqui com os LGBT e não sei o quê, quando os senhores, ainda há umas semanas, andavam aí muito orgulhosamente com os cravos verdes. Portanto, acho que sobre essa matéria já estamos conversados.

Neste momento, o Deputado do CH Pedro Pinto exibiu um cravo verde.

Risos gerais.

Aplausos da IL.

Mas ainda bem! O respeito pelo próximo é essencial.

Sr. Deputado Rui Tavares, eu lamento, mas é exatamente a mesma coisa: mais uma amálgama de temas para evitar discutir o essencial.

O Sr. **Rui Tavares**: — Não, Vocês não têm respeito!

A Sr.^a **Mariana Leitão** (IL): — Sr. Deputado Rui Tavares, agora é a minha vez de falar.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Calma, tens de ouvir, Rui!

A Sr.^a **Mariana Leitão** (IL): — A única coisa que interessava aqui era o senhor dizer se concorda ou não concorda com baixar a idade da reforma. Concorda ou não concorda? Acha que é possível continuarmos nesta dinâmica e ter sustentabilidade daqui a 20, 30 ou 40 anos?

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Isso!

Protestos do Deputado do L Rui Tavares.

Não é. Olhe, e outra coisa: reduzir o peso do Estado implica também uma consequência direta que poderá ser reduzir os impostos. Já pensou nisso?

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Claro!

A Sr.^a **Mariana Leitão** (IL): — Se calhar, se pensasse nisso, não tinha tanta necessidade de falar de temas laterais.

Sr. Deputado Alfredo Maia, eu já sabia que me ia perguntar isso, era inevitável.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Óbvio!

A Sr.^a **Mariana Leitão** (IL): — Portanto, sim, aqui os números de que falou são reais, mas os números de que falou são do imediato.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Claro! Mas onde é que está o futuro?

A Sr.^a **Mariana Leitão** (IL): — O problema que eu vim aqui evidenciar é o futuro, é o problema estrutural de médio-longo prazo.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Claro!

A Sr.^a **Mariana Leitão** (IL): — E vou dizer-lhe outra coisa: não só isso está no relatório da Comissão Europeia, como o próprio Livro Verde, que veio de um grupo de trabalho criado pelo Partido Socialista — portanto acho que aí somos insuspeitos — diz exatamente isto, reconhece esta trajetória e propõe coisas, algumas das quais, inclusivamente, nós também defendemos. Portanto, se calhar, não somos nós que estamos assim tão mal.

E outra coisa, Sr. Deputado, já que tenho aqui mais 30 segundos. Falou do banco de horas, falou dos salários... Não há nada que ajude mais a aumentar salários do que tornar o mercado laboral mais flexível.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Claro!

A Sr.^a **Mariana Leitão** (IL): — Aquilo que os senhores andam a defender, do banco de horas, é uma falácia completa e absoluta.

Aplausos da IL.

Não há redução de salários. Nós somos o único País da OCDE, único, por favor confirmem isto, somos o único País da OCDE que proíbe na lei banco de horas individual, explicitamente.

Vozes da IL: — É verdade!

Aplausos da IL.

A Sr.^a **Mariana Leitão** (IL): — Único! Se calhar, por alguma razão é que andamos, cada vez mais, a ir mais para trás nos *rankings*.

Aplausos da IL e do CDS-PP.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Único!

Protestos do BE.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Agora, sim, tem a palavra a Sr.^a Deputada Sofia Pereira, do Partido Socialista.

A Sr.^a **Sofia Pereira** (PS): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, depois de ouvir a Sr.^a Deputada Mariana Leitão, acho importante também falarmos das reformas da Iniciativa Liberal, porque, de facto, ninguém, em abstrato, se opõe às reformas. Mas, temos de perguntar: reformar o quê? Com que ideia de País? Há uma diferença entre reformar o Estado e usar a palavra «reforma» como uma embalagem velha para uma opção ideológica velha, que é diminuir o Estado.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Velho é o socialismo!

A Sr.^a **Sofia Pereira** (PS): — A Iniciativa Liberal chama reforma a baixar impostos de forma cega, mesmo quando isso significa menos recursos para a escola pública, para o Serviço Nacional de Saúde, para a habitação, para os transportes, para a ciência.

Aplausos do PS.

Chama reforma a flexibilizar ainda mais o mercado de trabalho num país onde os jovens, como aqueles que eu conheço e que conhecem, demasiadas vezes conhecem bem os recibos verdes e os salários baixos. Chama a reforma, também, a habitação como ativo financeiro quando uma geração vive esmagada pela especulação.

Uma pergunta simples: que reformismo é este que olha para o País desigual e conclui que o problema é haver demasiada proteção?

Protestos da IL.

Que olha para uma geração precária e conclui que o problema é haver direitos a mais? Que olha para serviços públicos pressionados e conclui que o problema é haver Estado a mais?

A Sr.^a **Mariana Leitão** (IL): — E é! Exatamente!

A Sr.^a **Sofia Pereira** (PS): — Mas nós também queremos reformas, mas reformas a sério. Reformas a garantir que trabalhar compensa, é subir salários, é combater a precariedade, é que a segurança social tenha sustentabilidade, de facto, é reformar e modernizar também a Administração Pública, é certo, mas servir as pessoas — servir as pessoas, Srs. Deputados —, é reforçar o Estado, não é enfraquecê-lo como bem querem.

Portanto, as pessoas, quando precisam, não ligam para o mercado, ligam para o Estado, ligam para os bombeiros, para o Serviço Nacional de Saúde,...

Aplausos do PS.

... para a escola pública, ligam para as autarquias, ligam para os serviços que precisam de lhes dar resposta, que são bem mais do que as vossas folhas de *Excel*.

E é nestes momentos que se percebe a diferença entre a teoria que vocês têm, que são muito insistentes, e o País, as pessoas, o País que precisa das políticas públicas.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — É um país da Europa!

A Sr.^a **Sofia Pereira** (PS): — Porque para a Iniciativa Liberal a liberdade começa quando o Estado sai da frente, mas para nós a liberdade começa quando ninguém fica para trás. Porque uma sociedade onde cada um fica sozinho perante o risco pode ser o vosso programa, mas não é, de certeza, o nosso País.

Aplausos do PS.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Só clichés!

O Sr. **Francisco Gomes** (CH): — Valores! Nós temos valores!

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Tem a palavra o Sr. Deputado Marco Claudino, do PSD.

O Sr. **Marco Claudino** (PSD): — Sr. Presidente, queria começar por agradecer à Iniciativa Liberal, porque eu creio que nem nós conseguiríamos ter um tema tão adequado à nossa própria pretensão, diz exatamente aquilo que nós entendemos porque refere reformas, mercado laboral,...

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Etc....!

O Sr. **Marco Claudino** (PSD): — De facto, é verdade, são tantas e tantas as reformas que não cabem dentro deste papel que a Iniciativa Liberal teve de resumir dizendo «etc.»

Aplausos de Deputados do PSD.

Portanto, a AD, de facto,...

Protestos de Deputados da IL.

«Etc.», é verdade!

Dizia eu, a AD tem reformas ao nível das finanças, reduziu impostos, aumentou salários, valorizou trabalhadores como nunca foi valorizado ao nível das carreiras de Administração Pública,...

Protestos do Deputado do PCP Alfredo Maia.

... reformou ao nível da imigração, reformou ao nível da habitação, reformou ao nível das decisões dos serviços públicos, que hoje têm menos de 3 milhões de pessoas a ter de ir ao atendimento presencial, precisamente porque há plataformas que permitem substituir com mais eficiência e facilidade para os cidadãos e para as empresas.

O Sr. **Luís Moreira Testa** (PS): — Que país é esse?

O Sr. **Marco Claudino** (PSD): — O Governo também aprovou recentemente o CCP (Código dos Contratos Públicos), que vai retirar 3 milhões de documentos, isto é, vai retirar burocracia às empresas que se candidatam só à contratação pública.

Por isso, Sr.^{as} e Srs. Deputados, creio que vivemos num Governo que, para apresentar reformas, tem, de facto, dizer «etc.» porque não contém o seu tempo. E isto contrasta muito com aquilo que era o Partido Socialista, que tinha no seu líder, António Costa, alguém que dizia que tinha alergias a reformas. Era, de facto, o Governo do *status quo*, o Governo que não decidia, o Governo que ficava paralisado.

Relativamente ao Chega, temo uma pergunta muito importante para fazer: ao nível das reformas, o Chega vai, de uma vez por todas, em várias matérias, tomar decisões que sejam construtivas e não sejam só decisões *sine die*?

Portanto, temos o partido do *status quo*, o partido do *sine die*, a Iniciativa Liberal, muitas vezes, o partido muito *sui generis* e, de facto, a AD é o partido que faz reformas, reformas e reformas, tem de ser «etc.» para poder caber...

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.

Aplausos do PSD.

Protestos do Deputado do PS Luís Moreira Testa.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Para responder, tem a palavra a Sr.^a Deputada Mariana Leitão.

A Sr.^a **Mariana Leitão** (IL): — Sr. Presidente, Sr.^a Deputada Sofia Pereira, que é também Presidente da Juventude Socialista...

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Secretária-Geral!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Ah, perdão!

A Sr.^a **Mariana Leitão** (IL): — Peço desculpa. Vou corrigir, a Sr.^a Deputada Sofia Pereira, que é também Secretária-Geral da Juventude Socialista...

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Nós somos de esquerda!

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Chama-o camarada! A IL e o PS são todos camaradas!

A Sr.^a **Mariana Leitão** (IL): — ... e que, portanto, tem como grande preocupação, presumo eu, os jovens, gostava que... Isto é uma pergunta quase retórica, mas vou fazê-la: para onde é que imigram os jovens e porquê?

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Pois! Para a Alemanha, para a Suíça, para o Luxemburgo, para a Holanda...

A Sr.^a **Mariana Leitão** (IL): — Diga-me lá! É pelo extraordinário funcionamento do nosso Estado? É pelo extraordinário funcionamento dos nossos serviços públicos? É pelo extraordinário mercado de trabalho que nós temos no nosso País que eles imigram? Diga lá, é por isso?

É que vocês estão constantemente a pintar um país extraordinário, as pessoas lá fora estão a sofrer, as pessoas lá fora não conseguem ir ao SNS (Serviço Nacional de Saúde), as pessoas lá fora não conseguem ter acesso à educação digna. Sabe porquê?

O Sr. **Rui Tavares** (L): — É o que vocês defendem!

A Sr.^a **Mariana Leitão** (IL): — E os senhores, a vossa receita é «enfie-se lá há mais dinheiro.»

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Isso!

O Sr. **Luís Moreira Testa** (PS): — Vocês vêm para aqui falar da Ucrânia!

A Sr.^a **Mariana Leitão** (IL): — O dinheiro não resolve tudo, Srs. Deputados, não resolve tudo! Por isso, insistimos sempre e vamos continuar a insistir, pode ter a certeza disso, que reformar, transformar os serviços públicos para garantir serviços de qualidade ao cidadão será sempre,...

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — É o banco de horas!

A Sr.^a **Mariana Leitão** (IL): — ... será sempre, uma das nossas missões.

Quanto ao setor empresarial do Estado, deixe-me que lhe diga, havia tanta coisa para despachar literalmente, olhe, despachar, vender, fechar, o que quer que seja.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Oferecer!

A Sr.^a **Mariana Leitão** (IL): — Já viu qual é o prejuízo do setor empresarial do Estado este ano? Vá ver, Sr.^a Deputada, e depois falamos.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — E?! E o que é que faz?

A Sr.^a **Mariana Leitão** (IL): — Sr. Deputado Marco Claudino, vou ser sincera. Vi aí uma lista qualquer, nem sei o que é que é, nem sei o que é que é o «etc.»

Vou-lhe dizer, vou-lhe ser sincera, o Sr. Deputado, provavelmente, não tinha muito mais para acrescentar, então veio aqui dizer umas coisas. É um bocado como as reformas do Governo, prometem muita coisa, mas depois, na hora H, são assim umas coisas meio insípidas e muito poucochinhas, uns passinhos de bebé, exatamente sem grande coragem, sem grande ambição, e nós, sinceramente, Sr. Deputado, estávamos à espera de muito mais.

Mas o problema não somos nós, o problema são os portugueses lá fora e é a esses que os senhores estão a defraudar.

Aplausos da IL.

O Sr. **Luís Moreira Testa** (PS): — O vosso secretário resolve tudo!

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Tem a palavra a Sr.^a Deputada Patrícia Gonçalves, do Livre.

A Sr.^a **Patrícia Gonçalves** (L): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Imaginemos uma família com dois adultos, ambos trabalhadores, e dois filhos em idade escolar. Os dois adultos recebem o salário mínimo, 920 € brutos mensais cada um, no total, o agregado tem 1840 € brutos por mês.

Agora, coloquemos esta família perante o custo real da habitação. Em Lisboa, o preço médio pedido no arrendamento está nos 22 € por m², o que significa que um T2 de 70m² pode facilmente representar cerca de 1 500€ por mês. Mesmo nas zonas mais afastadas do centro, encontrar um T2 abaixo de 1000 € por mês tornou-se cada vez mais difícil, quando não simplesmente irrealista para muitas famílias.

Se este casal pagar uma renda de 1200 €, fazendo as contas todas, sobram cerca de 640 €. Mesmo se um dos membros do casal receber um salário médio, cerca de 1650 € brutos por mês, após pagamentos à Segurança Social, retenção na fonte, incluindo subsídio de almoço, sobram cerca de 1100 € mensais. São menos de 10 € por dia, por membro da família, para o supermercado, para a luz, para o gás, para a água, para os transportes, para o vestuário, para os medicamentos, para a escola dos filhos e para os imprevistos. E falo de pessoas que trabalham, que contribuem, que cumprem as regras e que fazem aquilo que, durante décadas, foi apresentado como o caminho normal para uma vida digna.

A tirania do mérito começa quando uma sociedade olha para quem não consegue chegar ao fim do mês e lhe responde apenas «esforça-te mais.»

Aplausos do L.

Mas quando dois salários não chegam para pagar uma casa e criar dois filhos, o problema não é a falta de esforço, é uma economia que deixou de recompensar o trabalho com dignidade. E essa família não é pobre por não trabalhar, mas, sim, apesar de trabalhar.

Aplausos do L.

O Sr. **Jorge Pinto** (L) : — Muito bem!

A Sr.^a **Patrícia Gonçalves** (L): — É uma família que vive a esticar os rendimentos e a sobreviver à medida que as desigualdades aumentam. E este tem de ser o ponto de partida de qualquer discussão séria sobre desigualdade em Portugal. Porque a desigualdade não se mede apenas olhando para quem está na pobreza extrema, mede-se olhando para a distância crescente entre quem vive do seu trabalho e quem vive protegido por património, por rendimentos de capital, por heranças e por ativos que valorizam muito mais depressa que os salários.

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Muito bem!

A Sr.^a **Patrícia Gonçalves** (L): — Sr.^{as} e Srs. Deputados, se o Estado social neste País deixasse de existir, mais de 40 % dos portugueses estariam em risco de pobreza.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — É para os camaradas da Iniciativa Liberal!

A Sr.^a **Patrícia Gonçalves** (L): — E este número o que é que nos diz? Diz-nos que o Estado social é uma das poucas barreiras que ainda impedem que a fragilidade económica de milhões se torne numa crise social. Mas também nos diz que o mercado de trabalho português continua a ser incapaz, por si só, de garantir rendimentos suficientes para uma parte significativa da população, para que essa parte significativa da população viva com segurança.

E se queremos falar seriamente de justiça fiscal, temos também de perguntar quem paga, sobre que tipo de rendimento paga e que formas de riqueza continuam a escapar a uma contribuição proporcional à sua verdadeira capacidade económica.

Aplausos do L.

Porque Portugal não é só um País de baixos salários, é também, e cada vez mais, um país de forte concentração patrimonial. Em Portugal, em 2024, apenas 1 % dos residentes, pouco mais de 100 000 pessoas, concentrava mais de 220 mil milhões de euros, quase um quarto da riqueza de todas as famílias portuguesas.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — São esses!

A Sr.^a **Patrícia Gonçalves** (L): — No extremo oposto, metade da população, 5,4 milhões de pessoas, repartia entre si pouco mais de 3,5 % desse património. Metade do País ficou com menos de 5 % da riqueza, o 1 % do topo ficou com quase um quarto.

Este contraste é ainda mais grave quando percebemos que a fiscalidade continua a tratar de forma muito diferente o trabalho e o capital. O rendimento do trabalho é visível, mensal, sujeito a retenção na fonte, declarado, controlado e tributado, antes mesmo de chegar à conta bancária do trabalhador.

Todos conhecemos o comentário do Warren Buffett, um dos homens mais ricos do mundo, sobre a taxa efetiva do imposto que pagava ser inferior à da sua própria secretária. Segundo uma análise da Comissão Europeia conhecida esta semana, os 10 % mais ricos de Portugal detêm mais de 60 % de toda a riqueza nacional.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

A Sr.^a **Patrícia Gonçalves** (L): — E não estamos a falar de uma fotografia isolada num determinado ano, estamos a falar de uma tendência. Portugal foi um dos países da União Europeia onde a concentração de riqueza no topo mais aumentou nas últimas duas décadas.

Por isso, quando se diz que o País cresceu, a pergunta que vem a seguir tem de ser «mas cresceu para quem?»

Aplausos do L.

A Comissão Europeia diz que em Portugal devemos reforçar a redistribuição, olhar para as grandes fortunas e discutir a tributação do património e das grandes heranças. E não se trata de inveja, nem de tirar tudo a quem tem, o que queremos é que quem tem mais contribua justamente como contribui quem vive do seu trabalho.

O Sr. **Paulo Mucho** (L): — Muito bem!

A Sr.^a **Patrícia Gonçalves** (L): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, a resposta à desigualdade é garantir que a riqueza criada por todos não fica aprisionada em alguns poucos. É garantir um país verdadeiramente livre, em que o lugar onde nascemos e aquilo que a nossa família possui não definem o lugar onde podemos chegar. E é garantir um país verdadeiramente justo e digno, onde todos possamos viver com dignidade e bem-estar num país em que os filhos de todos nós possam crescer sem que a desigualdade lhes limite o futuro.

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — A Sr.^a Deputada tem quatro pedidos de esclarecimento. Quer responder de uma vez só ou em duas vezes?

A Sr.^a **Patrícia Gonçalves** (L): — Em duas vezes, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Tem a palavra a Sr.^a Deputada Célia Freire, do PSD, para pedir esclarecimentos.

A Sr.^a **Célia Freire** (PSD): — Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr.^a Deputada Patrícia Gonçalves, o tema que nos traz aqui hoje é muito pertinente, e tenho a certeza de que qualquer político orienta diariamente o seu trabalho para erradicar essas desigualdades. É exatamente essa a prioridade do Governo da AD, mas são-no também os valores que guiam o PSD, que comemora hoje os seus 52 anos: servir os cidadãos, zelando pela justiça social e igualdade de oportunidades, combatendo também as desigualdades.

Vou, por isso, lembrar alguns indicadores: a economia portuguesa cresce muito acima da média europeia —,...

O Sr. **Paulo Mucho** (L): — Para quem cresceu?

A Sr.^a **Célia Freire** (PSD): — ... não foi por acaso que a economia portuguesa foi considerada a economia do ano, em 2025, pela prestigiada publicação *The Economist* —; e temos o maior número de pessoas empregadas da nossa história, são mais de 5,3 milhões de pessoas.

Pode perguntar o que é que tudo isso tem a ver com a qualidade de vida dos portugueses. Tem tudo a ver! Sabe a Sr.^a Deputada que o rendimento líquido dos portugueses foi o que mais cresceu na OCDE? Não estamos a falar só da Europa, mas de toda a OCDE, incluindo países como os Estados Unidos, o Japão, o Canadá ou a Austrália.

E o que contribuiu para esses resultados? Quero mostrar-lhe um gráfico, que me parece bem elucidativo, que apresenta a carga fiscal sobre os rendimentos do trabalho — já que a Sr.^a Deputada também falou sobre esses rendimentos — entre 2018 e 2025.

A oradora exibiu o gráfico que mencionou.

A laranja temos a média da União Europeia e a azul a de Portugal. Penso que é bastante fácil entender o momento da entrada em funções do Governo da AD.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — A devolução de IRS (imposto sobre o rendimento das pessoas singulares) foi feita pelo PS!

A Sr.^a **Célia Freire** (PSD): — Pela segunda vez consecutiva, em 2025, a carga fiscal total sobre os rendimentos do trabalho baixou em Portugal, sendo a maior redução entre os 38 países da OCDE.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Vocês votaram contra!

A Sr.^a **Célia Freire** (PSD): — Reconhece ou não reconhece que, desde que a AD entrou em funções, houve uma diminuição brutal da carga fiscal sobre os rendimentos dos portugueses...

Vozes do L: — Não!

A Sr.^a **Célia Freire** (PSD): — ... e que, por essa via, houve uma melhoria da qualidade de vida dos portugueses, que têm mais rendimento disponível?

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Gomes, do Chega.

O Sr. **Francisco Gomes** (CH): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr.^a Deputada Patrícia Gonçalves, do alto da vossa soberba, do alto da vossa arrogância,...

Vozes do L: — Eh!...

O Sr. **Francisco Gomes** (CH): — ... do alto da vossa hipocrisia, vem o Livre a esta Casa dar lições de moral, vem dar palestras sobre qualidade de vida e desigualdade.

Protestos do Deputado do L Rui Tavares.

A pergunta que lhe faço é só uma: mas que moral, que moral tem o Livre para falar de qualidade de vida?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Francisco Gomes** (CH): — Que moral tem o Livre quando defende acordos que esmagam os nossos agricultores?

O orador exibiu um documento.

Que moral têm quando defendem quotas que esmagam os nossos pescadores?

O orador exibiu um documento.

Que moral têm quando defendem políticas que esmagam os nossos polícias?

O orador exibiu um documento.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — Grita mais, grita!

O Sr. **Francisco Gomes** (CH): — Que moral têm quando defendem as drogas, que esmagam os nossos jovens?

O orador exibiu um documento.

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Ouve lá, o que é que tomaste?!

O Sr. **Francisco Gomes** (CH): — Que moral têm quando defendem o aborto, que esmaga as nossas famílias?

O orador exibiu um documento.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

A Sr.^a **Sofia Andrade** (PS): — Que vergonha!

O Sr. **Francisco Gomes** (CH): — Que moral têm quando defendem a imigração descontrolada, que esmaga o nosso País?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

Aplausos do CH.

O Sr. **Francisco Gomes** (CH): — Que moral têm quando defendem os regimes islâmicos, que promovem a pedofilia?

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — A pedofilia?!

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — Olha o Parda!

O Sr. **Francisco Gomes** (CH): — Que moral têm quando batem palmas a Castro, Allende, Kirchner, Chávez, Maduro, Morales, Lula da Silva — todos os vossos amigos, todos os vossos amigos, bandidos e assassinos? Que moral têm?

Aplausos do CH.

O Sr. **Paulo Mucho** (L): — Onde é que está o Arruda?

O Sr. **Francisco Gomes** (CH): — Que moral têm para falar de qualidade de vida quando, há bem pouco tempo, na Europa, o vosso partido batia continência ao informador da Stasi? Que moral é que vocês têm?

Protestos do Deputado do L Rui Tavares.

Deixo-lhe aqui uma lição muito clara: vocês não têm moral, vocês não têm qualquer papel e não têm lições para dar a este Parlamento.

Aplausos do CH.

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — Já desabafaste? Estás bem?!

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Tem a palavra a Sr.^a Deputada Patrícia Gonçalves para responder.

A Sr.^a **Patrícia Gonçalves** (L): — Sr. Presidente, Sr.^a Deputada Célia Freire, gostava que o PSD dissesse como é que baixam os impostos e para quem, porque baixam os impostos para os ricos e mantêm os impostos para os pobres,...

Aplausos do L e de Deputados do PS.

... porque o IVA, por exemplo, é o imposto que vocês não querem baixar,...

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Não é «vocês», é «Srs. Deputados»!

A Sr.^a **Patrícia Gonçalves** (L): — ... cuja receita é praticamente igual à do IRS mais o IRC e acaba por ser um imposto que onera muito mais as pessoas que têm menos rendimentos do que aquelas que têm mais. Portanto, estamos conversados.

Se estão tão preocupados com a igualdade e com a desigualdade, então porque é que chumbaram a medida que o Livre propôs, aqui, para a devolução do IVA do cabaz de bens essenciais às pessoas de mais baixos rendimentos?

Aplausos do L.

Sr. Deputado Francisco Gomes, o Livre tem a moral que têm todos os Deputados, aqui, neste Parlamento: foram eleitos democraticamente.

Aplausos do L.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Zero, zero!

A Sr.^a **Patrícia Gonçalves** (L): — De resto, estamos conversados sobre o descontrolo do Chega e sobre o mau exemplo que dão aos alunos, que há pouco foram referidos, em relação à escola pública.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Tenha vergonha!

O Deputado do CH Francisco Gomes exibiu uma fotografia.

A Sr.^a **Patrícia Gonçalves** (L): — A intervenção do Sr. Deputado foi uma bela — ou não! Estou a ser irónica — demonstração desse descontrolo.

Aplausos do L.

Protestos do CH e contraprotestos do L.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Continuando, Srs. Deputados, para um pedido de esclarecimento, tem a palavra a Sr.^a Deputada Paula Santos, do PCP.

Continuação de protestos do CH e de contraprotestos do L.

Srs. Deputados, criem condições para a Sr.^a Deputada Paula Santos poder falar.

Pausa.

Acho que já pode falar, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr.^a Deputada Patrícia Gonçalves, queria cumprimentá-la pelo tema que traz a debate.

Na nossa declaração política, hoje, também quisemos abordar a questão das desigualdades e do seu aprofundamento no nosso País, mas, se me permite, não posso deixar de expressar a nossa perplexidade perante aquilo que ouvimos da parte do PSD, porque só pode estar, de facto, a brincar.

Protestos De Deputados do PSD.

A vida está pior, as condições de vida das pessoas estão a piorar, cada vez com mais dificuldades, e conseguem continuar a enfiar a cabeça na areia a fazer de conta que está tudo bem.

Sr.^a Deputada, se há crescimento económico no nosso País e a vida está pior, isso quer dizer que essa riqueza que é criada — e é criada por quem trabalha! — está a ser apropriada por alguém. E está a ser apropriada por quem?

A Sr.^a **Ana Isabel Ferreira** (PSD): — Vergonha!

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Está a ser apropriada pelos grupos económicos, pela especulação dos preços que fazem nos alimentos, no combustível, nas energias.

A Sr.^a **Ana Isabel Ferreira** (PSD): — Vira o disco e toca o mesmo!

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — O Governo recusa intervir sobre essa matéria, mas essa riqueza está a ser apropriada também pela política de baixos salários que o PSD e o CDS querem continuar a impor no nosso País!

É aceitável ter uma perspetiva de um salário mínimo de 1100 €, em 2029 — foi isso que disseram —, muito abaixo daquilo que hoje já é praticado em Espanha?

A Sr.^a **Ana Isabel Ferreira** (PSD): — Aumentámos o ordenado mínimo!

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — É essa a vossa perspetiva de igualdade, de combater as desigualdades, de combater a pobreza?

Não! São os responsáveis por atirar para a pobreza mais trabalhadores e mais reformados.

Como disse na sua intervenção, e é verdade, em Portugal empobrece-se a trabalhar! Como é que isso é possível?! Como é que isto é admissível? Quanto a isto encolhem os ombros, como se não fosse nada convosco — é o resultado das vossas políticas!

A Deputada do PSD Célia Freire exibiu o gráfico mostrado anteriormente.

Sr.^a Deputada, a questão que lhe queria fazer era se, de facto,...

A Sr.^a **Ana Isabel Ferreira** (PSD): — Não desvie o olhar! Veja os factos!

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — ... não considera haver necessidade urgente, não só do aumento dos salários e do aumento das pensões — aliás, como o PCP propôs nesta semana, um aumento mínimo de 50 € —,...

Protestos da Deputada do PSD Ana Isabel Ferreira.

... mas também de uma intervenção firme para combater estas desigualdades e o contraste, no nosso País, entre lucros e baixos salários e baixas reformas;...

Continuação de protestos da Deputada do PSD Ana Isabel Ferreira.

... uma intervenção firme para taxar, efetivamente, estes lucros dos grupos económicos, que são escandalosos.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Costa Matos.

Continuação de protestos da Deputada do PSD Ana Isabel Ferreira e contraprotestos da Deputada do PCP Paula Santos.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — O mercado já acabou!

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr.^a Deputada Patrícia Gonçalves, Almeida Garrett perguntava quantos pobres são necessários para fazer um rico, e nós sabemos que hoje, em Portugal, são precisos muitos pobres para fazer um rico. Aliás, os salários dos gestores — saiu hoje esta notícia — cresceram 20 vezes mais do que os salários dos trabalhadores. E isso não é só uma injustiça, Srs. Deputados! A ciência económica diz-nos que, quando esta desigualdade existe, é um travão ao crescimento, aumenta o crime e piora a saúde.

Protestos da Deputada do CH Patrícia Carvalho e da Deputada da IL Mariana Leitão.

Sim, a desigualdade é má porque não dá a quem menos tem as condições de liberdade para agir, para competir, para mostrar o seu mérito, o seu valor. Mas a desigualdade não é só má para esses, é má para todos.

Srs. Deputados, a desigualdade pode parecer uma inevitabilidade. A IL vai dizer que é uma inevitabilidade, aliás, porque existem hoje as grandes empresas tecnológicas, as grandes empresas energéticas, e elas têm é de lucrar. Parece uma inevitabilidade, mas não é, Sr.^a Deputada Mariana Leitão.

Protestos da Deputada da IL Angélique Da Teresa.

Enquanto o PS governou, o salário mínimo subiu e a pobreza baixou — estava acima da média da União Europeia e agora está abaixo.

Aplausos do PS.

E os rendimentos médios subiram. Sim! E o IRS baixou!

Continuação de aplausos do PS.

Aliás, no choque fiscal de que o PSD tanto se gaba, 80 % era mesmo da descida de IRS que o PS já tinha aprovado no seu Orçamento.

Aplausos do PS.

Sr. Presidente, este é um caminho que nós começámos, mas que ainda não terminou. Entretanto, passaram dois anos de governação da AD e, bom: na altura, os salários cresciam 7 %; depois, no primeiro ano de governação da AD, passou para 6 %; e agora já vai em 5 %. Srs. Deputados, onde é que isto vai acabar?!

Protestos da Deputada da IL Mariana Leitão.

Os acordos de rendimentos já não se aprovam! Na concertação social só querem saber de um pacote laboral iníquo. É assim que o PSD vai combater a desigualdade?

As descidas do IRS, de facto, só beneficiam os mais ricos. E a classe média está a pagar o aumento de impostos na bomba de gasolina. Aliás, aqui, dizem que não aumentam impostos, mas, para Bruxelas, enviam um documento em que dizem que aumentaram o ISP (imposto sobre os produtos petrolíferos e energéticos) em 700 milhões de euros.

Aplausos do PS.

Digam a verdade, só por uma vez! E pasme-se, afinal as rendas de 2300 € passaram a ser moderadas! Pasmese, afinal um senhorio vai passar a pagar menos de IRS do que um enfermeiro ou um comerciante. É claro para todos que isso não é justo! É claro que isso não é defender a igualdade.

Sr.^a Deputada, acha que é isto a liberdade de que eles tanto falam?

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — O Sr. Deputado Alberto Machado pediu a palavra para que efeito?

O Sr. **Alberto Machado** (PSD): — Sr. Presidente, é para uma interpelação à Mesa sobre a condução dos trabalhos, para a distribuição de um documento, se me permite.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Alberto Machado** (PSD): — A pedido de várias famílias — porque vários Srs. Deputados estavam com alguma inveja do nosso gráfico —, gostaria de pedir ao Sr. Presidente para fazer o favor de mandar distribuir este gráfico sobre a carga fiscal sobre os rendimentos do trabalho.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — É favor fazê-lo chegar à Mesa e será distribuído.

Protestos do PS.

O Sr. **Alberto Machado** (PSD): — É que o Sr. Deputado Eurico Brilhante Dias diz que esta descida era de Fernando Medina...

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Isto já é uma intervenção!

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Sr. Deputado, já está pedida a distribuição. Faça-o chegar à Mesa para ser distribuído.

O Sr. **Alberto Machado** (PSD): — Só para concluir,...

Protestos de Deputados do PS.

... este gráfico é relativo a Mário Centeno, João Leão, Fernando Medina e Miranda Sarmento.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — O Sr. Deputado Miguel Costa Matos também pediu a palavra. É para que efeito?

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — Sr. Presidente, é para uma interpelação à Mesa sobre a condução dos trabalhos, para solicitar os bons ofícios da Mesa, no sentido de distribuírem as atas com as votações do Orçamento do Estado para 2024,...

Protestos do PSD.

... em que o PSD votou contra e em que a descida do IRS foi aprovada.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Sr. Deputado, a Mesa distribui-las-á.

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — E, já agora, Sr. Presidente, os resultados da votação da lei que foi aprovada em 2024, na anterior legislatura, em que o PSD votou contra, e mais uma vez baixámos o IRS com os votos contra o PSD.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Sr. Deputado, são documentos públicos, portanto, as pessoas terão acesso.

Tem a palavra a Sr.^a Deputada Patrícia Gonçalves, para responder.

A Sr.^a **Patrícia Gonçalves** (L): — Sr. Presidente, Sr.^a Deputada Paula Santos, sim, partilho da sua perplexidade com a intervenção do PSD e também partilho da sua...

Vozes do PSD: — Ah!...

A Sr.^a **Patrícia Gonçalves** (L): — Partilho, sim. Aliás, já o testemunhei antes, na minha resposta anterior, não vou voltar a isso neste momento.

Também partilho da opinião de que, sim, são necessários melhores salários; sim, são necessárias melhores pensões. As pessoas trabalham e trabalharam uma vida inteira, mas chegam ao fim do mês e já não têm dinheiro para ir ao supermercado e para garantir que as suas famílias tenham o mínimo de qualidade de vida. Sim, partilho.

Partilho também de outra ideia, a de que é necessária uma melhor distribuição, e não aquilo que o PSD tem feito. Aliás, tivemos bastantes discussões, em sede de Orçamento do Estado, este ano, sobre isso e volto à carga com o IVA; volto à carga com esta baixa do IRS, que só veio beneficiar as pessoas que mais têm;...

Vozes do PSD: — Falso!

A Sr.^a **Patrícia Gonçalves** (L): — ... volto à carga com o IRC, que baixou bastante e isso não vem, de forma nenhuma, compensar quem trabalha.

A Sr.^a **Mariana Leitão** (IL): — Vocês querem é acabar com a classe média!

A Sr.^a **Patrícia Gonçalves** (L): — Há muitas formas de construir o *cocktail* de impostos e o que queremos é uma forma mais justa. E esta, hoje em dia, está-se a ver que não o é.

A Sr.^a **Mariana Leitão** (IL): — O que os senhores querem é mais pobres!

Aplausos do L.

A Sr.^a **Patrícia Gonçalves** (L): — Sr. Deputado Miguel Costa Matos, esta forma de liberdade não é a nossa. Não é a nossa!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — A vossa é a da Coreia do Norte e do Irão!

A Sr.^a **Patrícia Gonçalves** (L): — Volto a referir o que disse há pouco na minha intervenção.

Vozes do PSD: — Não é liberdade?!

A Sr.^a **Patrícia Gonçalves** (L): — Não. Não é liberdade, sequer.

Volto a referir o que há pouco apontei na minha intervenção, e estes números, que são da Comissão Europeia, são insuspeitos.

A Comissão Europeia vem dizer que os 10 % mais ricos em Portugal — se não me ouvirem há pouco, repito — detêm mais de 60 % de toda a riqueza nacional. O que é que isso quer dizer?

Protestos do Deputado do CH Pedro dos Santos Frazão.

Quer dizer que as pessoas que trabalham não estão a ser compensadas por aquilo que produzem, de forma digna e justa. Têm de ouvir isto!

Aplausos do L.

Além disso, a Comissão Europeia também veio dizer — é insuspeita, a Comissão Europeia, não é?! — que devemos reforçar a distribuição, olhar para as grandes fortunas, discutir a tributação do património e das grandes heranças.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Não é verdade!

A Sr.^a **Patrícia Gonçalves** (L): — Sim! é verdade. O próprio FMI também diz que é preciso taxar mais o património e menos as transações imobiliárias, por exemplo.

Vozes da IL: — Ah!...

A Sr.^a **Mariana Leitão** (IL): — O património!

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Querem taxar as heranças?!

A Sr.^a **Patrícia Gonçalves** (L): — Portanto, há muito a fazer! Mas, aquilo com que estou preocupada, e que quis trazer aqui, é com a questão da desigualdade de quem trabalha um mês inteiro e não tem forma de chegar ao fim do mês de uma forma justa,...

Burburinho na Sala.

... e os seus filhos não têm as mesmas hipóteses nem as mesmas oportunidades dos filhos daqueles que herdaram fortunas e que são proprietários à nascença!

Aplausos do L.

A Sr.^a **Mariana Leitão** (IL): — Estão todos aí!

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Querem taxar as heranças, agora?!

Burburinho na Sala.

A Sr.^a **Patrícia Gonçalves** (L): — Esta é que é a questão: o elevador social está avariado e é preciso consertá-lo.

Este Governo do PSD e os Srs. Deputados da IL também não, e aqueles Srs. Deputados do Chega também não: ninguém tem uma receita para o consertar. Não têm!

A Sr.^a **Mariana Leitão** (IL): — Só o Livre!

A Sr.^a **Patrícia Gonçalves** (L): — Portanto, vamos olhar para o que é necessário dar às pessoas pelo trabalho que fazem. Isso é fundamental.

Aplausos do L.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Vocês só querem trabalhar quatro dias!

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Terminado este ponto, passo a palavra ao Sr. Deputado Francisco Figueira para fazer um anúncio à Câmara.

O Sr. **Secretário** (Francisco Figueira): — Sr. Presidente, dou conhecimento à Câmara de uma comunicação de S. Ex.^a o Presidente da República, que informa que a sua deslocação a Paris fica sem efeito, mantendo-se no entanto a deslocação a Itália, nos exatos termos que aqui aprovámos a 24 de abril de 2026, no Projeto de Resolução n.º 875/XVII/1.^a.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Srs. Deputados, amanhã continuamos, pelas 15 horas, com a ordem de trabalhos que está consultável nos meios informáticos da Assembleia.

Muito obrigado e boas tardes.

Eram 18 horas e 53 minutos.

Presenças e faltas dos Deputados à reunião plenária.

A DIVISÃO DE REDAÇÃO.